Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: junho de 2009.

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Projeto retira poderes da União na área ambiental – João domingues - Estado de São Paulo - Vida & - 01/07/2009 10

Eles não falaram – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 01/06/2009 . 11

"Consumo cego" acelera desmate da Amazônia, diz ONG – Folha de São Paulo – Mundo – 01/06/2009 12

Famato faz nota de desagravo e pede a demissão do ministro Minc – Sítio Eletrônico da CNA – 02/06/2009 13

CNA protocola denúncia contra ministro do Meio Ambiente – Sitio eletrônico da CNA – 02/06/2009 16

Se fosse Mundo sustentável – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 02/06/2009 16

Governo da Verba para desmate, diz Greenpeace – Cristina Amorim - Estado de São Paulo – Nacional - 02/06/2009 18

Procuradoria pede indenização de pecuaristas por desmatamento – João Carlos Magalhães – Folha de Sào Paulo – Brasil – 02/06/2009 19

Para Minc, novo índice é passo rumo ao "menor desmatamento dos últimos 20 anos" – Sítio Eletrônico do MMA – 02/06/2009 21

Desmatamento, não Produção, sim – Sítio Eletrônico da CNA – 03/06/2009 22

Desmatamento, não; produção, sim – Kátia Abreu – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 03/06/2009 24

Minc troca farpas com a senadora Kátia Abreu – Estado de São Paulo – Nacional – 03/06/2009 26

Desmate cai 97%; nuvens distorcem dado do INPE – Estado de São Paulo – Nacional – 03/06/2009 27

Líder ruralista cobra de Lula demissão de Minc – Marta Salomon e Hudson Correa – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2009 31

Lula afirma que vai acabar com "algazarra" na área ambiental – Folha de São Paulo – Brasil – 03/07/2009 32

Polícia Federal prende seis em operação contra desmatamento – José Maschio – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2009 33

Senado vota regularização de terras; ecologistas protestam – Sítio eletrônico da CNA – 04/06/2009 33

Presidente da CNA diz que recuo de Minc não muda posição da entidade – Sítio Eletrônico da CNA – 04/06/2009 35

'A mim ele não engana', diz Kátia Abreu sobre Minc – Sítio Eletrônico da CNA – 04/06/2009 35

Um estorvo para o meio ambiente – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 04/06/2009 36

Senado vota regularização de terras; ecologistas protestam – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2009 38

Enquadrado, Minc recua nos ataques aos colegas de governo – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2009 39

Áreas protegidas aumentam no mundo – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 04/06/2009 40

Desgastado, Minc é alvo de queixas e se isola – O Globo – Capa – 04/06/2009 .. 41

Ambiente carregado para Minc na Esplanada - Catarina Alencastro, Luiza Damé e Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 04/06/2009 42

Um mundo mais verde – O Globo – Ciência – 04/06/2009 44

Kátia Abreu defende pagamento por serviços ambientais – Sítio Eletrônico da CNA – 05/06/2009 45

Energia esquenta o meio ambiente – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 05/06/2009 46

Minc ataca ruralistas, que o acusam de circo eleitoral – Estado de São Paulo – Capa – 05/06/2009 49

Para Kátia Abreu, ataques têm motivação eleitoral – Célia Froufe - Estado de São Paulo – Nacional – 05/06/2009 51

Derrotado, PT pede que Lula mude "MP da grilagem"- Estado de São Paulo – Nacional – 05/06/2009 52

ONGs atacam "desmonte" ambiental no governo Lula – Afra Balazina – folha de Sào Paulo – Brasil – 05/06/2009 53

Regularização começa por local que mais desmata – Marta Salomon – Folha de Sào Paulo – Brasil – 05/06/2009 54

"Estão pedindo meu pobre pescocinho", afirma Minc – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2009 56

ONGs denunciam retrocesso ambiental – O Globo – Capa – 05/06/2009 57

O luto dos ambientalistas – Soraya Aggege – O Globo – O País – 05/06/2009 57

Minc admite que foi enquadrado - Catarina Alencastro e Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 05/06/2009 59

Lula assina manifesto pela Amazônia –O Globo – O País – 05/06/2009 60

PT pressiona Lula por veto a MP – Catarina Alencastro e Bernardo Mello Franco - O Globo – O País – 05/06/2009 60

O nome da crise – O Globo – Opinião – 05/06/2009 61

Lula, Minc e nós? – Israel Klabin – O Globo – Opinião – 05/06/2009 62

Minc promete não mais brigar com ministros e Lula desiste de demiti-lo – João Domingues - Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2009 64

Kátia Abreu e Indústria de Carne vão processar Greenpeace por "mentiras"- Eduardo Fadel e Guilhere Scarance - Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2009 65

Ambientalistas elegem parlamentares "amigos" e "inimigos"da Amazônia – Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2009 66

Em novo ataque, senadora chama Minc de "alienado" – Folha de São Paulo – Brasil – 06/06/2009 66

Minc elogia "ecopresidente", que não o garante no cargo – Simone Iglesias – Folha de São Paulo- Brasil – 06/06/2009 67

Mudança climática, decisão já! – Fernando Henrique Cardoso – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 07/06/2009 68

Lula e a MP da Grilagem – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 07/06/2009 70

Não se atropela o meio ambiente – Estado de São Paulo – Nacional – 07/06/2009 72

Um golpe amazônico – Janio de Freitas – Folha de São Paulo – Brasil – 07/06/2009 78

Evento com Minc gera novos atritos – Estado de São Paulo – Nacional – 09/06/2009 79

A Bolsa Grilagem – Zuenir Ventura - O Globo – Opinião – 10/06/2009 80

Lula afirma que vai vetar excessos da MP da Amazônia – João Domingues - Estado de São Paulo – Nacional – 11/06/2009 81

Procuradores da Amazônia pedem veto a MP – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 11/06/2009 82

Abin e PF fiscalizarão regularização de terras na Amazônia – Marta Salomom – Folha de São Paulo – Brasil – 11/06/2009 84

Lula avisa que vetará trechos da 'MP da Grilagem' – O Globo – O País – 11/06/2009 84

Progresso em área desmatada não é sustentável – Alexandre Gonçalves -Estado de São Paulo – Vida & - 12/06/2009 85

Minc e o cérebro – Melchiades Filho – Folha de São Paulo – Opinião – 12/06/2009 86

Desenvolvimento insustentável - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 12/06/2009 87

Impunidade também contra verde - Soraya Aggege – O Globo – O País – 13/06/2009 89

Uma cidade clandestina dentro da Floresta do Bom Futuro – O Globo – O País - 13/06/2009 91

Embrapa vai mapear fazendas que desmatam para criar gado no Pará - Catarina Alencastro – O Globo – 13/06/2009 92

Conferência de Bonn termina com sinal promissor dos EUA – Estado de São Paulo – Vida & - 13/06/2009 94

Levantamento vai começar por seis municípios – Catarina Alancastro – O Globo – O País – 14/06/2009 95

Ódio Ambiental – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/06/2009 96

Reservas ajudam a impedira savanização da Amazônia – Estado de São Paulo – Vida & - 16/06/2009 98

Países devem extrair CO2 emitido, diz cientista – Estado de São Paulo – Vida & - 16/06/2009 100

Meio Ambiente pede ação contra desmatamento - Demétrio Weber e José Meirelles Passos – O Globo – O País – 16/06/2009 100

Unificação de cadastro ambiental e fundiário conterá avanço do desmatamento Sítio Eletrônico do MMA – 16/06/2009 102

EUA admitem impactos do aquecimento – Estado de São Paulo – Vida & - 17/06/2009.....103

A difícil missão de proteger a Amazônia - Silvia Torikachvili – Valor Econômico – Empresas – 17/06/2009.....104

"Operação Abate" investiga frigoríficos em Rondônia e leva 22 pessoas a prisão – Murillo Camarotto, Alda do Amaral Rocha e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 17/06/2009.....104

Desmatamento e Créditos de Carbono – Sítio Eletrônico da CNA – 18/06/2009 106

Ruralistas tentam preservar MP – João Domingos - Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2009.....107

Empresários e ONGs atacam MP da grilagem – Cristina Amorim - Estado de São Paulo – Nacional – 19/06/2009.....108

Ambientalistas protestam contra MP da Grilagem – Lino Rodrigues – O Globo – O País – 19/06/2009.....109

Luciano Coutinho: BNDES não é corresponsável por desmatamento - Aguinaldo Novo e Liana Melo – O Globo – Economia – 19/06/2009.....110

Assentados receberão incentivos para recuperar áreas degradadas – Sítio Eletrônico do MDA – 19/06/2009.....111

Quem desmatou não é bandido, afirma Lula – Sítio Eletrônico da CNA – 20/06/2009.....112

Minc anuncia Bolsa Verde – João Domingos - Estado de São Paulo – Nacional – 20/06/2009.....114

Lula anistia desmatadores do passado - Chico de Góis – O Globo – O País – 20/06/2009.....115

Dilma: É possível desenvolver preservando – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 20/06/2009.....116

PT aprova resolução contrária a mudanças no Código Florestal - Adauri Antunes Barbosa – O Globo – O País – 20/06/2009.....117

A política do esquecimento e os crimes ambientais – Valor Econômico – Opinião – Editorial – 21/07/2009.....118

O desafio de crescer e preservar – Sítio Eletrônico da CNA – 22/06/2009.....119

Desmatamento ameaça reduzir cerrado à metade – Valor Econômico – Brasil – 22/06/2009.....123

Produtor rural será remunerado por conservar água – Sítio eletrônico da CNA – 23/06/2009.....124

Stephanes: meio ambiente não é monopólio de ambientalistas – Sítio Eletrônico da CNA – 23/06/2009.....125

Stephanes: debate ambiental não tem participação de quem produz – Sítio Eletrônico da CNA – 24/06/2009 126

Deputado propõe comissão especial para debater Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 24/06/2009 127

Minc e Stephanes não escondem divergências - Catarina Alencastro e Isabel Braga – O Globo – O País – 24/06/2009 127

Desmatamento na Amazônia cai 89% no mês de maio – Sítio Eletrônico do MDA – 24/06/2009.....128

ONGs discutem lei para mudança climática – Daniela Chiaretti – Folha de São Paulo – Brasil – 24/06/2009 129

Cresce cerco ao boi na Amazônia- Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 24/06/2009.....130

Varejista impõe metas para os fornecedores – Valor Econômico – Agronegócios – 24/06/2009.....131

Wal-Mart exige auditorias em propriedades da região - Bettina Barros, Murillo Camarotto* e Cláudia Facchini – Valor Econômico – agronegócios – 24/06/2009 132

MP 458: Lula deve vetar artigo sobre áreas ocupadas por empresas – Sitio eletrônico da CNA – 25/06/2009 134

Atacado por ruralistas, Minc pede desculpas na Câmara – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 25/06/2009.....135

Desmatamento cai 88% na Amazônia - Soraya Aggege e Catarina Alencastro – O Globo – O País – 25/06/2009.....136

Lula recebe mais de 7 mil mensagens por veto à MP 458 – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Política – 25/06/2009 137

Preservação já dá dinheiro a agricultores de três cidades – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 25/06/2009 138

Desmatadores fora da lista do Ibama – Bettina Barros e Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócios – 25/06/2009 140

Câmara aprova nova lei para rastrear bovinos – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 25/06/2009 141

Municípios pioneiros abastecem áreas metropolitanas – Valor Econômico – Agronegócios – 25/06/2009 142

Espírito Santo recorre a royalties do petróleo para expandir política – Betina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 25/06/2009 143

Cobrança de água garante verba no Rio – Valor Econômico – Agronegócios – 25/06/2009 144

Brasil pode aumentar capacidade produtiva do agronegócio recuperando áreas degradadas – Sítio Eletrônico da CNA – 26/06/2009 145

Lula veta transferência de terra da Amazônia para empresas – Sítio Eletrônico da CNA – 26/06/2009 148

Minc anuncia mudanças no Código Florestal – Sítio Eletrônico da Fetraf – 26/06/2009 149

Uma nova política rural – José Carlos de Carvalho – O Globo – Opinião – 26/06/2009 151

Minc afirma que,com os vetos, medida é boa - Carlos Souza – O Globo – O Pais – 26/06/2009 153

Lula veta transferência de terra da Amazônia para empresas – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Política – 26/06/2009 155

OMC apoia tarifa contra produto de país poluidor – Fiona Harvey – Valor Econômico – Internacional – 26/06/2009 156

MP do Pará rejeita contra-proposta de frigoríficos – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 26/06/2009 157

A pecuária é a maior inimiga da Amazônia? – Roberto Giannetti da Fonseca Folha de São Paulo – Tendências e debates – 27/06/2009 158

A pecuária é a maior inimiga da Amazônia? – Paulo Barreto – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 27/06/2009 159

Amazônia: ONGs criticam lei sancionada por Lula - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 27/06/2009 161

Gado será rastreado via satélite na Amazônia - Eliane Oliveira e Ilimar Franco – O Globo – Economia – 27/06/2009 162

Desmatamento na Amazônia cai 89% em maio – Sítio Eletrônico da Contag - 29/06/2009 167

Brasil aumenta produção agrícola em áreas degradadas – Sítio eletrônico da Contag -29/06/2009.....168

País poupa 2 bilhões de toneladas de CO2 em 4 anos – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 29/08/2009.....169

Projeto retira poderes da União na área ambiental – João domingues - Estado de São Paulo - Vida & - 01/07/2009

Um projeto elaborado pela bancada ruralista no Congresso promete atear fogo aos debates

Sobre agronegócio, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. A proposta, que sera apresentada nesta semana pelo d e p u t a d o Va l d i r Co l a t t o (PMDB-SC), consolida o atual Código Florestal e as leis ambientais em um único Código Ambiental. O ponto mais polêmico é a transferência a Estados e municípios da prerrogativa de fixar, por exemplo, o tamanho das áreas de proteção permanente nas margens dos rios e córregos, o que hoje é atribuição da União.

A proposta revoga o Código Florestal (Lei 4.711/65, reformado pela MP 2.166/96), a política nacional do meio ambiente (Lei 6.938/98), a Lei de Crimes Ambientais (9.605/98), as normas sobre poluição ambiental (Decreto-lei 1.413/75), as regras sobre o zoneamento ecológicoeconômico (Decreto 4.297/02) e parte da Lei 9.985/2000 – a que confere ao poder público o direito de criar unidades de conservação.

"O Brasil não tem um Código Ambiental e sim um amontoado de leis. Queremos fazer um código que crie as diretrizes gerais e, em obediência ao artigo 24 da Constituição, faça com que União, Estados e municípios legislem sobre o meio ambiente", defende Colatto.

Se a proposta passar, a constitucionalidade do Código Ambiental de Santa Catarina não poderá mais ser questionada. O Estado decidiu recentemente que a mata ciliar nas propriedades abaixo de 50 hectares pode ter até cinco metros. O Código Florestal exige 30 metros.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em delicada situação política (mais informações na pág. A7), prometeu reagir, mobilizando parlamentares e ONGs para impedir que a legi sl ação mude. Segundo Minc, da proposta encabeçada porColatto, só cerca de 30% dos dispositivos são aproveitáveis. "É preciso ter muito cuidado, porque se esse projeto for aprovado, daqui a pouco não vamos ter mais nada da Amazônia", alerta.

Colatto responde que os ruralistas não querem mais nenhum metro de área desmatada, apenas regularizar "situações seculares". Para ele, se itens da legislação atual forem aplicados, "todo mundo ficará na clandestinidade". Hoje o plantio em áreas de encostas e morros, prática fundamental para as lavouras de café, maçã, uva e mate, segundo os produtores, é proibida.

Pela proposta dos ruralistas, as áreas de preservação permanente, nas beiras de rios, deverão ser usadas para o cálculo das reservas legais. Estas não precisarão mais fazer parte da propriedade e sim de um conjunto que poderá ficar distante, desde que na mesma bacia hidrográfica.

Hoje o Código Florestal exige que na Amazônia Legal as reservas sejam de 80% do tamanho da propriedade; de cerrado na Amazônia, 35%; e 20% nos demais biomas, como cerrado fora da Amazônia, pampa, caatinga e Pantanal.

A bancada ruralista não estabelece porcentuais. Quer que os Estados e os municípios o fa- çam depois dos zoneamentos ecológico-econômicos.

O Código Florestal aceita que as áreas de reserva legal sejam de até 50% do tamanho da propriedade na Amazônia, desde que feito o zoneamento. Hoje, só os Estados do Acre e Rondônia o têm. O Pará está fazendo o zoneamento por áreas.

Hoje, unidades de conservação podem ser criadas por decreto do presidente da República. O projeto dos ruralistas revoga essa prerrogativa. Diz quo Congresso, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais terão de aprovar as novas áreas de conservação. ●

● ● ● A ONG Greenpeace lança hoje um relatório que liga o corte criminoso da floresta amazônica, para abrir espaço ao gado, a uma série de grandes marcas. Segundo a organização, importantes frigoríficos do Brasil abastecem empresas do setor alimentício, cosmético e de moda, que por sua vez alimentam os mercados nacional e internacional com carne, couro e outros subprodutos de animais que pastaram em áreas desmatadas ilegalmente.

Os produtos bovinos da Amazônia, indica o relatório, vão para indústrias da China, Estados Unidos, Itália e Reino Unido, além de brasileiras, onde são usados na

produção de comidas congeladas e refrigeradas, calçados, bolsas, cosméticos, estofamento para veículos e móveis. Os consumidores não têm acesso a essa informação, denuncia o relatório. ●

CRISTINA AMORIM

Eles não falaram – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 01/06/2009

FORAM DUAS horas, na casa de meu avô, no antigo seringal Bagaço, no Acre. Meu pai não tirava o ouvido do rádio, segurando o botão para manter a frequência e melhorar o chiado, a outra mão agarrada à tábua que era o suporte do aparelho. Equilibrava-se ora num pé, ora noutro, sem arredar um minuto. Ele acompanhava a transmissão da posse do general Garrastazu Médici na Presidência da República, em outubro de 1969.

A criançada ao lado, em silêncio, sabia só que estava acontecendo alguma coisa muito importante. Quando terminou, meu pai desligou o rádio, soltou os braços ao longo do

corpo e olhou para minha mãe: "Ele não falou nada do aumento do preço da borracha". Na semana passada, me vi tendo a mesma reação de desânimo de meu pai. Li atentamente as entrevistas do presidente Lula e do ex-presidente Fernando Henrique à revista "Época" sobre as perspectivas do Brasil para 2020. E eles não falaram nada do meio ambiente.

Para não dizer que não tocaram no assunto, um o abordou ainda como problema, e o outro como exemplo de um tema novo da globalização. Mesmo assim, "en passant". Claro, trataram de temas importantes, demonstraram ser duas das mais importantes lideranças brasileiras, mas ambos estão na agenda do século 20, não tangenciaram a mudança de perspectiva que é a marca do século 21.

Os dois presidentes já tomaram iniciativas importantes na área ambiental, ambos têm discursos bem formulados a esse respeito, mas no improviso, parece que a coisa não vem de dentro. Parece não estar no cerne de sua concepção de futuro.

Não reconhecem no Brasil, mais do que em qualquer outro país, o território propício ao surgimento de um modelo de desenvolvimento capaz de fazer a fusão concreta da justiça social sempre procurada, da dinâmica econômica e da dinâmica ambiental. No momento da decepção de meu pai, a empresa extrativista na Amazônia entrava em total decadência.

As fazendas começavam a ocupar espaço, a campanha "integrar para não entregar" entrava no ar, fazia-se propaganda para a compra de terras na região. Um mundo entrava em colapso, e quem havia passado a vida dentro da mata se sentia perdido.

Hoje, em âmbito incrivelmente maior, estamos num sistema em decadência e, novamente, não se tem uma visão estratégica de futuro, com sustentabilidade. O modo dominante de pensar está ancorado em questões compartimentadas. Há uma enorme dificuldade em reconhecer no ambiente natural o eixo integrador, a fonte dos limites, das oportunidades e do rumo que deve tomar a mudança estrutural que é a tarefa civilizatória do nosso século.

"Consumo cego" acelera desmate da Amazônia, diz ONG – Folha de São Paulo – Mundo – 01/06/2009

Greenpeace rastreou o comércio dos produtos pecuários das indústrias que funcionam no Norte

Marcas famosas de diferentes países usam produtos que podem ser provenientes da destruição da Amazônia. A afirmação está num relatório elaborado pelo Greenpeace. Não é novidade que a pecuária provoca uma das maiores pressões para o desmatamento na

região amazônica. Porém, o que a ONG ambientalista fez agora foi rastrear o comércio de produtos pecuários de fábricas de processamento de carne para a exportação.
E, de acordo com o Greenpeace, o "consumo cego de matéria-prima está alimentando o desmatamento e as mudanças climáticas". A ONG afirma que as investigações mostraram que centenas de fazendas no bioma Amazônia fornecem gado para os frigoríficos das empresas na região.
E, nas vezes em que foi possível obter os mapas das propriedades, as análises de satélite revelaram que fornecimento significativo de gado vinha de fazendas envolvidas em desmatamento recente e ilegal.
"Dados comerciais também mostraram negócios com fazendas envolvidas em trabalho escravo", diz o documento, que será mais bem detalhado hoje.
Além de abordar a questão do comércio de carne, o relatório aponta diversos compradores de couro em outros países que, de certa forma, acabam sendo corresponsáveis pelo desflorestamento. O documento diz que na China, por exemplo, fabricantes de tênis usam o couro acabado de compradores instalados na Amazônia.

Acionista
O governo é acionista das empresas que contribuem para a derrubada da Amazônia, diz a ONG. Entre 2007 e 2009, estas empresas -responsáveis por mais de 50% das exportações de carne do país- receberam US$ 2,65 bilhões do BNDES.
O documento do Greenpeace defende o financiamento da proteção das florestas como forma de resolver o problema.

Famato faz nota de desagravo e pede a demissão do ministro Minc – Sítio Eletrônico da CNA – 02/06/2009

As declarações ofensivas do Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, causou indignação no setor rural em todo País. As manifestações de repúdio às declarações de Minc surgiram de entidades representativas dos produtores rurais, de líderes ruralistas e do Congresso Nacional. A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), além da elaboração de uma nota de desagravo, enviou um ofício ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, solicitando o afastamento imediato do Ministro.

Segue em anexo a Nota de Desagravo e o Ofício

NOTA DE DESAGRAVO

A FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO – FAMATO vem a público manifestar seu repúdio à infeliz e leviana declaração do Sr. Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em seu pronunciamento no dia 27/05/2009, durante a manifestação dos agricultores familiares em frente ao Congresso Nacional.

O Sr. Ministro, ao rotular os ruralistas de "vigaristas", deu mais uma evidência de sua imaturidade e irresponsabilidade que o desqualificam para ocupar o elevado cargo que ocupa.

Ruralistas são aqueles que se dedicam à defesa do produtor rural, responsável pela produção de alimentos e pela geração de excedentes exportáveis que têm servido de suporte para toda a política econômica deste país. Estejam eles compondo as bancadas do Congresso Nacional ou na liderança das instituições que congregam os produtores, estão sempre propugnando pela segurança, estabilidade e harmonia nas relações que se estabelecem no processo de produção rural.

É lamentável que um ministro, que deveria estar contribuindo para a paz social no campo, esteja a promover e incentivar ódios e rancores com declarações ofensivas, tendenciosas e vulgares como a que estamos nos referindo.

A Famato registra aqui a sua moção de desagravo a todos que, no Estado de Mato Grosso, estão engajados na luta por melhores condições de trabalho, de vida e produção no campo, os ruralistas mato-grossenses.

Cuiabá, 2 de junho de 2009.

OFÍCIO N.º 188/2009 – FAMATO Cuiabá, 2 de junho de 2009

Ao Excelentíssimo Senhor

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República Federativa do Brasil

Brasília – DF

Assunto: Afastamento do ministro Carlos Minc

Senhor Presidente,

O setor produtivo rural de Mato Grosso é responsável pela produção de 25 milhões de toneladas de grãos, maior produtor nacional de carne, gera 37% dos empregos diretos do estado e responde por aproximadamente 80% do PIB estadual. Um setor que é a base da economia do estado merece e exige respeito. A civilidade possui um limite que não pode ser extrapolado. Atônitos e indignados, tivemos a infelicidade de ver um ministro de Estado, numa postura que em nada condiz com o cargo que ocupa, proferir palavras de baixo calão e ofender, de forma direta e incisiva, o produtor rural brasileiro.

É profundamente lamentável que num momento crucial para o país, quando os diversos setores, de forma harmoniosa e democrática, avançam nas discussões sobre as questões ambientais, econômicas e sociais, um membro do governo federal, numa atitude descabida, profira tal agressão.
A construção de um país justo e democrático se faz através de ações e atitudes dignas de nosso povo. O ministro Carlos Minc, ao tomar atitudes que estão longe da civilidade, vem na contramão deste processo, prestando um enorme desserviço ao Brasil.

Precisamos manter uma convivência de harmonia e respeito entre todos os segmentos da sociedade e do governo em suas várias esferas. Para isso, não podemos admitir que pessoas irresponsáveis, sem o equilíbrio necessário, ocupem um cargo de tal relevância para o País.
Assimilando o sentimento de revolta e indignação da classe produtora do nosso estado, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso solicita da Presidência da República o afastamento imediato do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. O Brasil precisa de dirigentes responsáveis, equilibrados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Nação.
Os produtores rurais e a sociedade brasileira merecem respeito.

Respeitosamente,

RUI CARLOS OTTONI PRADO

Presidente

CNA protocola denúncia contra ministro do Meio Ambiente – Sitio eletrônico da CNA – 02/06/2009

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) protocolou hoje (2/6), na Comissão de Ética Pública do Governo Federal e na Procuradoria Geral da República (PGR), denúncia contra o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que na semana passada chamou lideranças do setor agropecuário de "vigaristas". A informação foi dada pela presidente da entidade, senadora Kátia Abreu. "A CNA não vai aceitar passivamente agressões desta natureza que venham de qualquer lugar", justificou. Diante do comportamento do ministro, Kátia Abreu descartou qualquer possibilidade de diálogo a partir de agora. "Não com este cidadão que mostrou preconceito explícito e violento, que prejudicou a honra e a imagem dos produtores rurais", afirmou Kátia Abreu, em entrevista coletiva.

Na avaliação da senadora, as declarações do ministro mostram que ele não tem condições de exercer o cargo de ministro de Estado. "Agora queremos que a justiça possa corrigir esses rumos e punir este cidadão, que se comportou com falta de ética e irresponsabilidade", disse a presidente da CNA. No caso da denúncia protocolada na PGR, a entidade pede que a denúncia seja apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF), por crime de responsabilidade (Lei 1.079/50). Kátia Abreu também disse que esperava mais pulso por parte do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em razão das atitudes de Carlos Minc contra o setor agropecuário. "Entendo que um ministro com esta atitude, não tem preparo e não deveria estar no posto que ocupa", frisou.

Se fosse Mundo sustentável – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 02/06/2009

A natureza está em alta nesta semana. Em 5 de junho celebra-se o Dia Mundial do Meio Ambiente. Governos, escolas, empresas e ONGs programam significativos eventos. Bonitos discursos serão ouvidos. Há o que comemorar?

O meio ambiente é assunto recente na História da humanidade. Um impactante relatório, intitulado Os Limites do Crescimento, publicado em 1972 pelos especialistas do Clube de Roma alertava para o colapso nos recursos naturais. Foi um marco teórico. No mesmo ano, a ONU promoveu a Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano. Representantes de 113 países recomendaram, pela primeira vez, a utilização de políticas públicas em defesa do meio ambiente. Governos entraram na briga.

Antes disso, cientistas e entidades civis já se movimentavam pela causa ecológica. A primeira ONG, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), surgiu em 1947, na Suíça. No Canadá, apareceu em 1971 o Greenpeace. O agrônomo José Lutzenberger, na mesma época, formou a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan).

Logo depois, José Goldemberg e Fábio Feldmann despontaram com sua luta idealista. Dois livros cumpriram papel fundamental na tomada da consciência ecológica. Primeiro, o impressionante Primavera Silenciosa, de Rachel Carson, publicado em 1962. Sua contundente crítica contra a contaminação por agrotóxicos dos pinguins da Antártida varreu o mundo. A vida do planeta estava ameaçada. Segundo, o marcante ensaio População, Recursos e Ambiente, escrito por Paul e Anne Ehrlich e publicado em 1970. O foco crítico dos cientistas norte-americanos recaía sobre as nefastas consequências da explosão demográfica. Assim se inicia o livro: "... essa massa humana ameaça destruir a maior parte da vida no planeta. A própria humanidade está agora muito próxima da destruição total". Apavorante. Obviamente, os donos do poder reagiram a essas posições, amenizando-as. Influenciado pelo catolicismo, até hoje o ambientalismo menospreza a demografia. Mas a questão ambiental entrou, para não mais sair, na agenda do desenvolvimento mundial. E os resultados da luta começaram a aparecer. Uma década após as denúncias de Rachel Carson, os perigosos inseticidas organoclorados, extremamente contaminantes, como o DDT e o BHC, começaram a ser mundialmente banidos. Grande vitória. O então chamado Terceiro Mundo demorou a participar da agenda ambiental. Justamente o Brasil capitaneou a posição conservadora dos países periféricos. O governo militar da época defendia claramente o "direito de poluir", incentivando as empresas "sujas". Importava o progresso material.

A opinião pública, todavia, exigia a tomada de decisões. Em 1974 o eminente Paulo Nogueira-Neto assumiu, no âmbito federal, a Secretaria Especi al de Mei o Ambi ente. Em São Paulo, Franco Montoro criou, em 1983, o Conselho Estadual do Meio Ambiente, germe da atual secretaria de Estado. O ambientalismo oficializavase. Até desaguar na Conferência da ONU realizada no Rio de Janeiro em 1992. Avançavam os compromissos.

Percebe- se que o mundo descobriu há pelo menos quatro décadas o problema ecológico. E, aos trancos e barrancos, resolveu enfrentá-lo. Os céticos, ou pessimistas, valorizam o fracasso e continuam vendo o fim do mundo. Os crédulos, ou otimistas, destacam o sucesso e enxergam o futuro promissor. Quem tem razão?

De certa forma, ambos. Veja-se o caso das florestas. Em São Paulo se anuncia a proteção do cerrado remanescente e a recuperação da vegetação ciliar de mata atlântica. Uma página virada no desmatamento. Mas em outros locais, principalmente no bioma da Amazônia, as portas da derrubada florestal continuam abertas.

Arde a motosserra.

O Rodoanel de São Paulo expressa a moderna fase da agenda ambiental. Concebido para aliviar o trânsito da capital, reduzindo a poluição atmosférica, seu soerguimento causa fortes impactos na região dos mananciais. Por isso, no licenciamento ambi ent al , exigências e condicionantes for a m r i g i d a mente definidas, visando a m i t i g a r o u c o

m p e n s a r tais prejuízos sobre a biodiv e r s i d a d e e os recursos hídricos. Result a d o : o z e l o ambiental tornou o Trecho Sul do Rodoanel um exemplo para a engenharia brasileira.

H á q u e m não acredite nessas informações positivas. Esse é o ponto a destacar. Ronda a questão ambiental um problema de comuni cação. Sempre sobressai a notícia ruim, o lado negativo. Faz parte da origem. O ambientalismo iniciou-se como denúncia das mazelas do crescimento. Era preciso aparecer, chamar a atenção, subir em árvores para que não as derrubassem.

Esse denuncismo até hoje permeia o movimento ambientalista. Primo do discursismo e parente do sensacionalismo, ambos se alimentam das desgraças para sobreviver. Uma nova fase, porém, se cristaliza entre as organizações e lideranças do terceiro setor: o ambientalismo de resultados. Significa menos conversa, mais gestão. Difícil para quem se acostumou a gritar, mas absolutamente necessário para concretizar os sonhos da mudança civilizatória. Ação efetiva.

Existe ainda muita lição de casa a fazer, no lixo, no esgoto, no desperdício, na energia limpa. A luta dos ambientalistas, entretanto, certamente é vitoriosa e qualquer ganho na agenda ambiental deve sempre ser comemorado, todos os dias. Embora com sofreguidão, constroem-se as bases do novo desenvolvimento.

Brota o mundo sustentável. Falta uma tarefa, a maior de todas, para impulsionar o processo: investir fortemente na educação ambi ental das crianças. Mudança de valores, com novas atitudes, somente se consegue dando pri ori dade à sal a de aul a, com professores conscientes e valorizados.

De mo r a uma ge r a ç ã o , mas fica irreversível. ●

Governo da Verba para desmate, diz Greenpeace – Cristina Amorim - Estado de São Paulo – Nacional - 02/06/2009

A ONG Greenpeace acusou ontem o governo brasileiro de financiar e lucrar com o desmatamento da Amazônia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é sócio de empresas frigoríficas que, segundo a organização, têm como fornecedores fazendas que derrubaram floresta recentemente.

Entre 2007 e 2009, as cinco maiores empresas do setor, responsáveis por mais da metade das exportações brasileiras de carne, receberam US$ 2,6 bilhões do BNDES em troca de ações, aponta o grupo em relatório divulgado ontem, no qual investiga a cadeia de custódia da carne amazônica.

O banco, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tem 27% de participação na Bertin; 14% na Marfrig e 14% da JBS-Friboi, os três maiores

frigoríficos, afirma o coordenador do trabalho, André Muggiati. "O governo está lucrando com o desmatamento da Amazônia."
Em nota, a Bertin afirma que "todos os seus fornecedores são legais e não constam nem da lista suja - do Ministério do Trabalho e Emprego que condena práticas semelhantes à escravidão - nem de lista embargada publicada pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)". A Marfrig e a JBS-Friboi foram procuradas pela reportagem, mas não responderam.
Segundo Muggiati, "o sistema é culpado por vários motivos", entre eles a falta de fiscalização, aplicação e cobrança de multas.

REDE DE PRODUTOS

Os produtos bovinos da Amazônia vão para indústrias da China, Estados Unidos, Itália e Reino Unido, além de brasileiras, onde são usados na produção de comidas congeladas e refrigeradas, calçados, bolsas, cosméticos, estofamento para veículos e móveis.
Os consumidores não têm acesso a essa informação. "Eu não tenho como pegar um tênis e falar que ele foi feito com couro que vem de desmatamento ilegal. Mas também não tenho como dizer que não tem", explica Muggiati.
O Carrefour, citado na investigação, afirma que "os produtos que comercializa são provenientes de contratos que seguem rigidamente as formalidades legais exigidas pelas entidades reguladoras". O Grupo Pão de Açúcar "convocou seus fornecedores para esclarecimentos a respeito das alegações e irá tomar as medidas cabíveis para que se faça cumprir o compromisso firmado em contrato com seus fornecedores". O Wal-Mart "considera muito graves as acusações e vai cobrar imediatamente esclarecimentos das redes de frigoríficos".
O Greenpeace comparou o desenho das fazendas com dados de satélite de desmatamento recente. Mais de cem foram multados desde 2006.
A ONG não diferenciou o corte permitido por lei (até 20% da propriedade na Amazônia) do ilegal. "Para nós, um desmatamento de mil hectares é um escândalo, seja ele legal ou ilegal", diz Muggiati. Um hectare equivale a um campo de futebol, aproximadamente.
Segundo o Greenpeace, pelo menos uma fazenda que forneceu carne a frigoríficos está instalada ilegalmente na terra indígena Apyterewa, no Pará, onde moram cerca de 500 índios parakanã. Há cerca de 1.250 fazendas dentro da reserva, com 30 a 2.500 hectares.
Copyright © 2007-2009 . Grupo Estado. Todos os direitos reservados.

Procuradoria pede indenização de pecuaristas por desmatamento – João Carlos Magalhães – Folha de Sào Paulo – Brasil – 02/06/2009

Órgão quer compensação de R$ 2 bi por danos; citados dizem que seguem a lei

O Ministério Público Federal no Pará ajuizou ontem um pacote de ações pedindo uma indenização total de R$ 2,1 bilhões de pecuaristas e frigoríficos que comercializaram animais criados em fazendas desmatadas ilegalmente.

São 21 ações civis públicas, que visam reparar o suposto dano ambiental. Cada uma delas se refere a uma área diferente, a maior parte delas espalhada pelo sudeste do Estado. Juntas, têm 157,1 mil hectares de mata derrubada sem autorização, extensão pouco maior do que a da cidade de São Paulo.

Nove delas são da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, ligada ao grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas.

Dentre os outros proprietários, estão Léo Andrade Gomes, listado pelo Ministério do Meio Ambiente no ano passado como a pessoa física que mais destruiu a floresta no país.

O frigorífico Bertin, o segundo maior do país, também é processado, assim como ao menos outros dez. Para a Procuradoria, ele também negociava gado criado em terra indígena em São Félix do Xingu (PA).

O órgão também recomendou a 69 empresas, que seriam clientes dos frigoríficos, que parem de comercializar com eles. Dentre elas, estão gigantes varejistas como Pão de Açúcar, Wal-Mart, Carrefour. A Perdigão também foi apontada como compradora.

Se continuarem como clientes, serão consideradas coautoras dos crimes ambientais e podem responder a processos.

Além disso, o Ministério Público quer que elas passem a dizer, nos rótulos dos produtos vendidos, que eles foram feitos a partir de bois da Amazônia.

Todas as fazendas estão hoje embargadas -ou seja, não podem produzir nada sem antes sanar seu passivo ambiental.

Das 20, apenas 4 tinham licença ambiental da Sema (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) para a criação de gado, segundo a Procuradoria.

A Agropecuária Santa Bárbara Xinguara não quis se pronunciar ontem sobre as ações. Em outras oportunidades, disse que segue a legislação ambiental e não destrói a floresta.

O frigorífico Bertin disse que soube da ação ontem e que irá se manifestar após analisá-la.

O Carrefour informou que os produtos que comercializa são de contratos que seguem "as formalidades legais, exigidas pelas entidades reguladoras".

O Grupo Pão de Açúcar afirmou que mantém ações para coibir o comércio de produtos de "cadeias produtivas da pecuária que não cumpram legislações". Já o Wal-Mart disse desconhecer a recomendação da Procuradoria. A Perdigão também informou que não havia sido notificada.

A reportagem não conseguiu localizar Léo Andrade Gomes.

Colaborou **MATHEUS PICHONELLI**, da Agência Folha

Para Minc, novo índice é passo rumo ao "menor desmatamento dos últimos 20 anos" – Sítio Eletrônico do MMA – 02/06/2009

O desmatamento na Amazônia apresentou queda pela terceira vez consecutiva no período de um ano. Entre fevereiro e abril de 2009, com relação ao mesmo período do ano passado, a área total desmatada foi de 197 km2 . Dados do Inpe dão conta de uma redução de 90%, mas, mesmo confrontada com o aumento da cobertura de nuvens na região Amazônica nos dois intervalos, a diminuição pode ter chegado a mais de 60 por cento. O ministro Carlos Minc comentou nesta terça-feira (2) os números do Prodes e Deter, classificados por ele como um passo para chegar ao "menor desmatamento dos últimos 20 anos".

Para Minc, pelo menos 50% da queda deve ser atribuída às ações integradas do Ibama, Polícia Federal, Força Nacional, além das polícias estaduais e Polícia Rodoviária Federal, em operações como a Arco de Fogo. Ele disse, ainda, que as ações serão intensificadas nos meses de junho e julho, que historicamente apresentam os maiores aumentos do desmatamento.

Minc anunciou que em dez dias estarão sendo impetradas 70 ações civis públicas contra os maiores desmatadores. "Já entramos com 100 ações e agora estamos intensificando esse trabalho". Segundo ele, "a pecuária é hoje o maior desmatador da Amazônia", lembrando os acordos como a moratória da soja e setores da produção de cana-de-açúcar. "A soja hoje está controlada", disse.

Em um ano, a Polícia Federal já efetuou 244 prisões, instaurou 114 inquéritos policiais e 384 outros termos circunstanciados (envolvendo pequenos delitos). Só a Operação Arco de Fogo apreendeu 45 mil m3 de madeira, o que daria para encher 2.200 caminhões e fechou 516 serrarias. No Ibama os números são ainda mais impressionantes, com o envolvimento de uma força-tarefa de 300 homens em 18 operações, aplicando cerca de 3 milhões de reais em multas. Apreendeu 55 caminhões e 1.200 metros cúbicos de madeira e cinco toneladas de palmito. As reuniões que definem as linhas de ação de combate aos crimes ambientais, centralizadas na Coordenação de Combate aos Crimes Ambientais, ocorrem semanalmente.

Mesmo otimista, o ministro lembrou que "a taxa ainda é alta e nossa meta é o desmatamento ilegal zero". Para ele, as metas para o ano serão superadas. "Vamos baixar as metas estabelecidas", disse.

Quem liderou o desmatamento no período foi o Mato Grosso, com 111,8 km^2. O estado, porém, teve a menor cobertura de nuvens no período, o que significa que teve sua área varrida com maior precisão pelo satélite, enquanto outros, como o Pará, que vinha

liderando a lista dos maiores desmatadores, passou boa parte do trimestre encoberto, dificultando a detecção de novos focos.

Desmatamento, não Produção, sim – Sítio Eletrônico da CNA – 03/06/2009

Proponho que o artigo 1º do novo Código Florestal seja explícito e taxativo: "Não será permitida nenhuma derrubada florestal em todo o território nacional, sendo garantida a preservação das matas ciliares (margens dos rios, córregos, nascentes e lagoas) nos limites fixados por laudos geológicos, contra os riscos de erosão e prejuízos aos aquíferos."

Naturalmente, essa redação é improvisada e o texto adotado deverá atender a exigências tanto ambientais quanto de técnica jurídica, mas o espírito é esse. Que seja uma declaração prévia do compromisso da agropecuária com a defesa do meio ambiente e, ao mesmo tempo, a garantia de segurança jurídica para quem produz no campo.

Antigamente, quando as leis eram mais eficazes e literariamente enxutas, essas afirmações peremptórias constavam dos famosos parágrafos que radicalizam a intenção dos legisladores. Ou alguém neste país já esqueceu o professor Sobral Pinto no inesquecível comício das Diretas-Já, em 1984, no Rio - 1 milhão de pessoas na Candelária! -, recitando solenemente o § 1º do artigo 1º da Constituição: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido"?

Citando um só parágrafo, o notável advogado liberal derrotava, com o argumento moral, a arrogância do regime militar, que depois de 20 anos de poder absoluto se rendia à força da citação singela e suficiente. Pois procuro algo semelhante. Um artigo 1º para o futuro Código Florestal que não deixe dúvidas, seja taxativo, satisfaça todas as exigências, dirima todas as suspeitas, desarme os ânimos mais exaltados. Mas, ao mesmo tempo, possibilite uma afirmação da consciência ecológica do povo brasileiro, solidária com o clamor de toda a humanidade. Sem, naturalmente, perder-se no labirinto de utopias que se desviam da realidade econômica e social, perseguindo propostas irrealistas.

Não sei se sou pouco original nessa discussão nem quero reviver antigos desencontros pelos quais não fui responsável, mas parto de três entendimentos que se harmonizam e se completam para ajudar a construir uma solução de compromisso nova na forma e no conteúdo, em nome da agropecuária brasileira. O primeiro princípio é óbvio: a defesa intransigente do meio ambiente, considerando que a civilização acordou com bastante atraso para sua preservação, quase no limite do risco irreversível. Portanto, temos uma questão de salvação pública, um imperativo da condição humana.

O segundo é a realidade histórica, prática milenar na vida do planeta, quando o homem se comportou perdulariamente com relação à natureza, substituindo sua cobertura natural, irreversivelmente, como se fosse um bem inesgotável. Imagine-se que na velha Europa desapareceram 99,7% das florestas, 92,2% na pobre África, 94,4% na Ásia, 92,3% na América Central. No caso brasileiro, o desmatamento de 25% a 30% das florestas, restando ainda aproximadamente 470 milhões de hectares de matas, criou um estoque de terras para plantio e criação de 383 milhões de hectares suficientes, dispensando definitivamente novos desmatamentos.

A terceira questão que se apresenta é a produção agropecuária, especialmente de alimentos, item tão importante quanto a preservação ambiental, desde que a terra seja trabalhada com consciência ecológica e obedecendo aos padrões científicos e tecnológicos da preservação. Como no caso, por exemplo, das áreas de preservação permanente das margens dos rios, que devem ter a largura determinada pelo declive e pela profundidade da cobertura arenosa ou argilosa do solo. Pela legislação atual, sem nenhum fundamento pedológico, está estabelecida por uma tabela rígida e irrealista (tanto que teve suspensa sua aplicação, por inaplicável) de 100, 200 e 500 metros às margens dos cursos d?água em que é proibido plantar, em todo território nacional. O critério desse espaço é definido pela largura do espelho d?água, sem considerar a questão essencial do solo e declive, como ensinam os pesquisadores da Embrapa. Ou a Embrapa pode ser acusada de conspiração contra o meio ambiente?

Assumindo a responsabilidade de 24% do PIB e, além de abastecer o mercado interno, gerar 36% das exportações totais (US$ 58,4 bilhões), a agropecuária nacional não é uma aventura marginal nem uma força reacionária no processo social brasileiro, tem um papel de vanguarda na economia. Assim, deve ser reconhecida como protagonista essencial num debate que tem que ver com alguns de seus temas fundamentais - a preservação e vitalidade do solo, bem como da qualidade das águas -, que certamente nenhum outro grupo debatedor tem mais motivações para defender.

Um estatuto ambiental equilibrado, eficiente e prático é indispensável à segurança jurídica da atividade agropecuária e à sua própria responsabilização perante a sociedade. Tal segurança e responsabilização, porém, tornam-se inviáveis se mantida a legislação vigente, impossível de ser cumprida, pois impede a produção de alimentos em 71% do território nacional. Isso num país onde, infelizmente, 23 milhões de pessoas ainda passam fome, segundo dados da ONU.

A saída, portanto, ao alcance de um gesto de boa vontade geral, sem ranhetices, preconceitos ou radicalismos, é buscar o consenso e a aplicação de soluções simples, como a do artigo 24 da Constituição, que estabelece a competência da União para fixar as normas gerais (e a aprovação de um novo Código Florestal moderno e vigoroso é a oportunidade

perfeita para isso) e os Estados se encarregarão de aplicá-lo conforme as situações regionais específicas.

Aliás, é hora de quebrar o monopólio usurpado por um grupo de falsos anjos da natureza que pretende decidir o que pode e não pode em matéria de meio ambiente, recusando verdades científicas e laudos insuspeitos da Embrapa, referência essencial do desenvolvimento sustentado da agropecuária brasileira. A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), que presido, dispensa quem investe no confronto e insiste no diálogo para ajudar a construir um Brasil com mais comida, meio ambiente, diversão e arte.

Fonte: opinião da Senadora Kátia Abreu publicada dia 03/06/09 no Jornal Estadão

Desmatamento, não; produção, sim – Kátia Abreu – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 03/06/2009

Proponho que o artigo 1º do novo Código Florestal seja explícito e taxativo: "Não será permitida nenhuma derrubada florestal em todo o território nacional, sendo garantida a preservação das matas ciliares (margens dos rios, córregos, nascentes e lagoas) nos limites fixados por laudos geológicos, contra os riscos de erosão e prejuízos aos aquíferos."
Naturalmente, essa redação é improvisada e o texto adotado deverá atender a exigências tanto ambientais quanto de técnica jurídica, mas o espírito é esse. Que seja uma declaração prévia do compromisso da agropecuária com a defesa do meio ambiente e, ao mesmo tempo, a garantia de segurança jurídica para quem produz no campo.
Antigamente, quando as leis eram mais eficazes e literariamente enxutas, essas afirmações peremptórias constavam dos famosos parágrafos que radicalizam a intenção dos legisladores. Ou alguém neste país já esqueceu o professor Sobral Pinto no inesquecível comício das Diretas-Já, em 1984, no Rio - 1 milhão de pessoas na Candelária! -, recitando solenemente o § 1º do artigo 1º da Constituição: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido"?
Citando um só parágrafo, o notável advogado liberal derrotava, com o argumento moral, a arrogância do regime militar, que depois de 20 anos de poder absoluto se rendia à força da citação singela e suficiente. Pois procuro algo semelhante. Um artigo 1º para o futuro Código Florestal que não deixe dúvidas, seja taxativo, satisfaça todas as exigências, dirima todas as suspeitas, desarme os ânimos mais exaltados. Mas, ao mesmo tempo, possibilite uma afirmação da consciência ecológica do povo brasileiro, solidária com o clamor de toda a humanidade. Sem, naturalmente, perder-se no labirinto de utopias que se desviam da realidade econômica e social, perseguindo propostas irrealistas.

Não sei se sou pouco original nessa discussão nem quero reviver antigos desencontros pelos quais não fui responsável, mas parto de três entendimentos que se harmonizam e se completam para ajudar a construir uma solução de compromisso nova na forma e no conteúdo, em nome da agropecuária brasileira. O primeiro princípio é óbvio: a defesa intransigente do meio ambiente, considerando que a civilização acordou com bastante atraso para sua preservação, quase no limite do risco irreversível. Portanto, temos uma questão de salvação pública, um imperativo da condição humana.

O segundo é a realidade histórica, prática milenar na vida do planeta, quando o homem se comportou perdulariamente com relação à natureza, substituindo sua cobertura natural, irreversivelmente, como se fosse um bem inesgotável. Imagine-se que na velha Europa desapareceram 99,7% das florestas, 92,2% na pobre África, 94,4% na Ásia, 92,3% na América Central. No caso brasileiro, o desmatamento de 25% a 30% das florestas, restando ainda aproximadamente 470 milhões de hectares de matas, criou um estoque de terras para plantio e criação de 383 milhões de hectares suficientes, dispensando definitivamente novos desmatamentos.

A terceira questão que se apresenta é a produção agropecuária, especialmente de alimentos, item tão importante quanto a preservação ambiental, desde que a terra seja trabalhada com consciência ecológica e obedecendo aos padrões científicos e tecnológicos da preservação. Como no caso, por exemplo, das áreas de preservação permanente das margens dos rios, que devem ter a largura determinada pelo declive e pela profundidade da cobertura arenosa ou argilosa do solo. Pela legislação atual, sem nenhum fundamento pedológico, está estabelecida por uma tabela rígida e irrealista (tanto que teve suspensa sua aplicação, por inaplicável) de 100, 200 e 500 metros às margens dos cursos d?água em que é proibido plantar, em todo território nacional. O critério desse espaço é definido pela largura do espelho d?água, sem considerar a questão essencial do solo e declive, como ensinam os pesquisadores da Embrapa. Ou a Embrapa pode ser acusada de conspiração contra o meio ambiente?

Assumindo a responsabilidade de 24% do PIB e, além de abastecer o mercado interno, gerar 36% das exportações totais (US$ 58,4 bilhões), a agropecuária nacional não é uma aventura marginal nem uma força reacionária no processo social brasileiro, tem um papel de vanguarda na economia. Assim, deve ser reconhecida como protagonista essencial num debate que tem que ver com alguns de seus temas fundamentais - a preservação e vitalidade do solo, bem como da qualidade das águas -, que certamente nenhum outro grupo debatedor tem mais motivações para defender.

Um estatuto ambiental equilibrado, eficiente e prático é indispensável à segurança jurídica da atividade agropecuária e à sua própria responsabilização perante a sociedade. Tal segurança e responsabilização, porém, tornam-se inviáveis se mantida a legislação vigente, impossível de ser cumprida, pois impede a produção de alimentos em 71% do território nacional. Isso num país onde, infelizmente, 23 milhões de pessoas ainda passam fome, segundo dados da ONU.

A saída, portanto, ao alcance de um gesto de boa vontade geral, sem ranhetices, preconceitos ou radicalismos, é buscar o consenso e a aplicação de soluções simples, como a do artigo 24 da Constituição, que estabelece a competência da União para fixar as normas gerais (e a aprovação de um novo Código Florestal moderno e vigoroso é a oportunidade perfeita para isso) e os Estados se encarregarão de aplicá-lo conforme as situações regionais específicas.
Aliás, é hora de quebrar o monopólio usurpado por um grupo de falsos anjos da natureza que pretende decidir o que pode e não pode em matéria de meio ambiente, recusando verdades científicas e laudos insuspeitos da Embrapa, referência essencial do desenvolvimento sustentado da agropecuária brasileira. A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), que presido, dispensa quem investe no confronto e insiste no diálogo para ajudar a construir um Brasil com mais comida, meio ambiente, diversão e arte.

Minc troca farpas com a senadora Kátia Abreu – Estado de São Paulo – Nacional – 03/06/2009

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que também é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), protocolou ontem, na Comissão de Ética Pública da Presidência da República e na Procuradoria Geral da República, denúncia contra o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, por crime de responsabilidade. A senadora quer que o ministro seja demitido e punido por declarações feitas na semana passada, quando usou o termo "vigaristas" ao se referir aos ruralistas.

Ao comentar a iniciativa, Minc voltou ao ataque. "Quanto a pedir minha destituição, um pequeno problema, porque o presidente do Brasil é o presidente Lula. Se fosse a Kátia Abreu, a gente não teria o Bolsa-Família, mas a Bolsa-Latifúndio." Diante da declarações, a senadora reagiu: "As palavras do ministro não merecem resposta".

Nos documentos, encaminhados ontem, Kátia Abreu argumentou que o ministro teria faltado com a dignidade e o decoro que o cargo requer ao ofender os ruralistas. "Não vamos aceitar mais nada passivamente. Vamos tentar recuperar a honra e a imagem dos produtores, que foram afetadas por meio das palavras grosseiras do ministro do Meio Ambiente disse", afirmou.

A senadora e líder ruralista também disse que esperava uma atitude mais firme do presidente Luiz Inácio Lula da Silva diante do fato. "Se fosse eu, o demitiria", disse. "O presidente não pode permitir que seus ministros ataquem qualquer categoria, qualquer cidadão. Isso é preconceito. E preconceito é crime. Por que, quando é contra produtores,

não é crime?"

Para Kátia, as declarações de Minc puseram um ponto final em qualquer possibilidade de diálogo entre os ruralistas e o ministro.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso também reagiu. A diretoria da entidade encaminhou ofício ao presidente da República pedindo o "afastamento imediato" do ministro.

O ofício classifica como "infeliz e leviana" a declaração de Minc e afirma que o ruralista brasileiro é "o responsável pela produção de alimentos e pela geração de excedentes exportáveis que têm servido de suporte para toda a política econômica deste país".

Do outro lado, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) divulgou ontem nota de apoio ao ministro. De acordo com a nota, Minc estaria sendo "duramente golpeado por setores econômicos e forças políticas que nunca assumiram compromissos com o desenvolvimento rural sustentável, com base na justiça social e na preservação ambiental".

Indagada sobre o confronto entre Minc e os ruralistas e com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a senadora Marina Silva (PT-AC), que já dirigiu o Ministério do Meio Ambiente, observou que essas tensões são históricas. "A mentalidade do Ministério da Agricultura é a de contrapor meio ambiente e agricultura", afirmou. Colaborou Jose Maria Tomazela

Desmate cai 97%; nuvens distorcem dado do INPE – Estado de São Paulo – Nacional – 03/06/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, garantiu que 2009 terá o menor índice de desmatamento dos últimos 20 anos. "Estamos otimistas", disse ele ontem, ao comentar os últimos registros do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em abril, o sistema Deter detectou 36,8 quilômetros quadrados de área derrubada, um índice 97% menor do que o registrado no mesmo período de 2008.

A cobertura de nuvens - que impede o sistema de detectar eventuais áreas desmatadas -, porém, foi bastante significativa: 73%, bem maior do que os 53% apresentados em 2008. Apesar da área pequena monitorada, Minc assegura que houve redução: "Parte dela foi da cobertura de nuvens, mas houve um aumento brutal das ações (de combate ao desmatamento)".

Contrariando a posição do ministro, o Inpe informou ontem, em nota, que a taxa elevada de cobertura de nuvens registrada nos meses de fevereiro, março e abril - o chamado "inverno amazônico" - não permite comparações com o que aconteceu no ano passado.

No período, 80% dos 5,2 milhões de quilômetros quadrados da região estavam encobertos, o que comprometeu a observação feita pelos sensores do satélite americano Terra e do sino-brasileiro CBERS-2B, focada em áreas maiores de 25 hectares. "Como a densa cobertura de nuvens reduziu muito a capacidade de observação por satélites, não é possível afirmar que estes números representem uma redução no desmatamento em relação ao mesmo período de 2008", disse o Inpe.

O Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real, Deter, registrou somente 197 km² de corte raso ou degradação nos três meses: 143 km² em fevereiro, 17 km² em março e 37 km² em abril. Mato Grosso concentrou 111 km² (56% do total) de desmatamento).

O Estado tradicionalmente aparece como grande desmatador nessa época porque outras áreas críticas da Amazônia Legal estão totalmente encobertas. Quando a seca chega, os satélites conseguem ver o que aconteceu no Pará, por exemplo, outro Estado que costuma registrar taxas elevadas de derrubada, explica Laurent Micol, coordenador executivo do Instituto Centro de Vida, ONG com atuação em Mato Grosso. "Todo ano temos a mesma dinâmica", diz.

Um sistema paralelo de detecção do desmatamento, rodado de forma independente e com outra metodologia pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), também indica que a presença de nuvens "pode ter subestimado os dados de desmatamento nesse período".

Em um relatório divulgado na semana passada, o Imazon apontava 57 km² de desmatamento registrado em março e 121 km² em abril. "Isso significou uma redução de 50% em relação a março de 2008 e de 22% para abril de 2008", explica o instituto. Mato Grosso novamente aparece como o Estado que mais desmatou, em março e em abril.

PROMESSA

As chuvas intensas diminuem o ritmo do desmate, mas não o impedem. Em vez de derrubar todas as árvores com tratores, costuma-se fazer o "desbaste" - corte seletivo das árvores menores para adiantar a completa limpeza do terreno na época da seca, que atinge o pico no meio do ano.

Minc anunciou que o esforço deverá ser redobrado nos próximos dois meses, quando a atividade madeireira na região amazônica ganha impulso. "Vamos redobrar a fiscalização",

disse.

No dia 19 deverá ser retomada a Operação Arco Verde, focado nos 36 municípios que mais desmatam. "Eu, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros vamos levar crédito e regularização fundiária para os municípios prioritários", contou o ministro. Uma das medidas que deverão ser apresentadas é a oferta de assessoria técnica para produtores. "O grande problema dessa população é não ter alternativa. É isso que vamos atacar desta vez."

Neste mês, de acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, foram feitas na região 18 operações. Nessas ações, foram mobilizados 300 homens, 110 autos de infração foram inscritos e 3,3 milhões de multa lavradas.

Ciência da biodiversidade – Carlos Henrique de Brito Cruz – Folha de São Paulo – Opinião – 03/06/2009

A TERRA formou-se há 4,5 bilhões de anos. Durante os primeiros 700 milhões de anos, átomos e moléculas se combinaram em diversas formas, até que algumas dessas combinações levaram a estruturas estáveis e com uma característica muito especial: a de serem capazes de se reproduzirem. Esses organismos, manifestações primitivas da vida, habitavam o oceano; parte deles passou a produzir oxigênio pelo processo de fotossíntese.

Há 600 milhões de anos, quando a atmosfera já tinha 21% de oxigênio, houve rápida diversificação e aumento do tamanho dos animais na Terra. Essa foi a chamada Explosão do Cambriano, denominada segundo o período geológico em que ocorreu. Em seguida, vieram as plantas terrestres.

O processo de diversificação continua em curso. Estima-se que o Homo sapiens - espécie surgida há 200 mil anos, resultado da evolução e da diversificação- encontrou, registrou e descreveu, nos séculos recentes, 1,4 milhão de espécies: 750 mil são de insetos, 41 mil são de vertebrados e 250 mil são de plantas, além de invertebrados, fungos e micro-organismos.

Quantas espécies vivem no planeta é motivo de especulação: alguns cientistas da área supõem a existência de 30 milhões de espécies.

A disparidade ilustra a dimensão do desafio de estudar e conhecer a vida na Terra. O conhecimento e a conservação da biodiversidade criam oportunidades de pesquisa que a comunidade científica paulista tem usado intensamente. É imperativo que o Brasil estude e conheça as espécies em seu território, até porque uma fração grande da biodiversidade mundial está na região tropical.

Na segunda metade dos anos 90, cientistas propuseram à Fapesp a organização da pesquisa sobre biodiversidade no Estado como um programa. Em um programa, os pesquisadores envolvidos nos projetos de pesquisa interagem e os

resultados de cada um e as dificuldades que enfrentam auxiliam o avanço dos projetos de todos.

Anunciado em 1999, o programa Biota/Fapesp -o Instituto Virtual da Biodiversidade- articula a comunidade científica paulista em torno das premissas da Convenção sobre a Diversidade Biológica, assinada durante a ECO-92 e ratificada pelo Congresso Nacional em 1994.

O Biota estimula e articula a pesquisa para mapear e analisar a biodiversidade do Estado de São Paulo -a fauna, a flora e os micro-organismos.

O programa se desenvolve por meio de uma rede virtual que interliga 500 pesquisadores e seus estudantes, participantes em 800 projetos de pesquisa financiados pela Fapesp. Os resultados científicos são expressivos, destacados em seguidas visitas de avaliação de comitês internacionais: centenas de artigos foram publicados em revistas científicas de circulação mundial. A revista "Biota Neotropica", criada pelo programa, afirma-se como veículo de repercussão internacional. Criando boa ciência, já se formaram mais de 150 mestres e mais de cem doutores.
A ciência do Biota auxilia as políticas públicas para conservação em São Paulo. Marco recente foi a definição dos mapas produzidos para a Secretaria estadual do Meio Ambiente, definindo estratégias para a conservação da biodiversidade remanescente e restauração de corredores ecológicos.

Resultados do Biota embasam as resoluções SMA 14/08 e 15/08, a 9/09 e o decreto estadual 53.939/09, que estabelecem critérios e parâmetros para a compensação ambiental obrigatória no caso de o Estado autorizar supressão de vegetação nativa.

O mapa de zoneamento agroambiental da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para o setor sucroalcooleiro em São Paulo baseou-se também nos dados do programa.

O Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente, da Procuradoria de Justiça do Estado, também adotou as diretrizes do Biota por meio do ato normativo 565/09. Bahia, Pará e Minas Gerais já criaram programas estaduais baseados na experiência do Biota e cientistas do Biota contribuem para o Biota/África.

Desde 2006, o programa passou a ser uma colaboração entre Fapesp, USP, Unicamp e Unesp. A partir de 2009, a Unicamp garante ao programa apoio institucional essencial para seu desenvolvimento. A Fapesp, nesses dez anos, investiu mais de R$ 85 milhões no Biota para financiar pesquisa e bolsas de estudo. As universidades e os institutos de pesquisa investiram outro tanto em salários de pesquisadores e pessoal de apoio.

Nesta semana, na sede da Fapesp, estará em discussão a forma de atuação do Biota nos próximos dez anos.

Novos desafios científicos e novas tecnologias serão incorporados: restauração com espécies nativas, genômica, vida marinha e mudanças climáticas. Os resultados dos primeiros dez anos justificam otimismo.

CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ, 52, membro da Academia Brasileira de Ciências, é professor titular do Instituto de Física da Unicamp (Universidade Estadual de

Campinas) e diretor Científico da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Foi reitor da Unicamp e presidente da Fapesp.

Líder ruralista cobra de Lula demissão de Minc – Marta Salomon e Hudson Correa – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2009

"Está havendo falta de atitude e de pulso por parte do governo", diz Kátia Abreu

Em resposta, ministro, que havia chamado produtores rurais de "vigaristas", afirma que "presidente do Brasil não é a Kátia Abreu, é o Lula"

A presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), cobrou ontem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a demissão do ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), por ele ter chamado os grandes produtores rurais de "vigaristas", na quarta-feira passada.

"Está havendo falta de atitude e de pulso por parte do governo. O presidente não pode permitir isso. Eu quero que ele [Minc] seja punido. Eu não sou a patroa dele; se fosse, ele seria demitido", afirmou a senadora.

Kátia Abreu liderou a reação ao comportamento do ministro, também criticado ontem por colegas de governo.

Minutos antes, ela mandara protocolar uma denúncia contra Minc na Comissão de Ética Pública do governo e uma representação na Procuradoria Geral da República pedindo a abertura de processo por crime de responsabilidade.

Ontem, a Comissão de Agricultura da Câmara aprovou requerimento que convoca o ministro para, no dia 17, esclarecer a declaração.

Ao saber da reação da CNA, Minc não demonstrou preocupação. E ironizou: "Imagina! O presidente do Brasil não é a Kátia Abreu, é o Lula. Se fosse, a gente não ia ter Bolsa Família, ia ter Bolsa Latifúndio".

Minc e Abreu estão em lados opostos do debate de mudanças no Código Florestal, que define limites de desmatamento.

Nas ações protocoladas ontem, a CNA reproduz as palavras do ministro durante manifestação da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Minc buscava o apoio de pequenos agricultores contra mudanças na legislação ambiental.

Os textos encaminhados à Comissão de Ética Pública e à Procuradoria Geral também criticam o fato de o ministro não reconhecer mudanças na legislação ambiental adotadas pelo Estado de Santa Catarina.

"Ao revelar posição hostil aos produtores do setor rural, evidencia a parcialidade com que tem se conduzido à frente do ministério", afirma a representação enviada ao procurador-geral Antonio Fernando Souza, que não se manifestou ontem sobre a ação.

Minc apresentou ontem novos dados sobre desmatamento na Amazônia de fevereiro a abril. A área devastada alcançou 197 km2 contra 1.992 km2 no mesmo período de 2008.

Ou seja, houve redução de 90%, mas, de acordo com o ministro, a maior quantidade de nuvens neste ano pode ter impedido a captação de imagens de novas áreas desmatadas.

Licenças ambientais

Sem citar o nome de Minc, o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) afirmou que, assim como propôs a regularização fundiária da Amazônia, defenderá "dinâmica de regularização ambiental que enfrente problemas do mundo real e não uma batalha de rótulos ideológicos".

Os ministros Reinhold Stephanes (Agricultura) e Alfredo Nascimento (Transportes), acusados por Minc de tentativa de sabotar a lei ambiental, não se manifestaram. Uma das razões da divergência entre Minc e Nascimento é a licença para o asfaltamento da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.

O diretor-geral do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), Luiz Antonio Pagot, disse que a licença não sai por motivo "tipicamente ideológico, não tem um milímetro a ver com preservação ambiental".

Lula afirma que vai acabar com "algazarra" na área ambiental – Folha de São Paulo – Brasil – 03/07/2009

O presidente Lula falou ontem em "problema de divergências" ao se referir aos recentes embates entre a área ambiental do governo e os ministros que defendem flexibilizações e ajustes na legislação para o avanço da agricultura e de estradas, por exemplo.

Lula disse que colocará um ponto final na algazarra quando retornar ao país, amanhã. "Você vai perceber que na sexta-feira já não teremos mais problema de divergências", disse, durante visita à Guatemala.

Quando questionado sobre o tema, o presidente fez uma comparação com famílias com muitos filhos. "Toda a vez que o pai sai de casa, a meninada faz algazarra mais do que deveria."

Sem citá-lo, Lula repreendeu o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) que, após conversa com ele na semana passada, reclamou publicamente de alguns ministros e disse que os avanços de obras infraestrutura não ocorrem no mesmo ritmo da preservação ambiental.

"Às vezes você não pode externar a sua visão sem saber que repercussão ela pode ter no outro. E vale pra todo mundo. Imagina no campo de futebol, se os jogadores começam a se xingar alto pra torcida ouvir, pra imprensa descobrir, acaba o jogo", disse.

Polícia Federal prende seis em operação contra desmatamento – José Maschio – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2009

Dezesseis madeireiras foram interditadas em SP e PR; prefeito está foragido

A Operação Angustifolia, da Polícia Federal e órgãos públicos do Paraná, prendeu seis pessoas e interditou ontem 16 empresas madeireiras em São Paulo e no Paraná -entre elas a Indústria Pedro N. Pizzatto, da família do deputado federal Luciano Pizzatto (DEM-PR).

O prefeito de Bituruna (PR), Remi Ranssolin (PTB), também com prisão temporária decretada, era considerado foragido pela PF no início da noite. Entre os detidos estão o prefeito de General Carneiro (PR), Ivanor Dacheri (PSB), o presidente da Câmara local, José Cláudio Maciel (PSB), e o vice-prefeito de Coronel Domingos Soares (PR), Volnei Barbieri (PSDB), da Madeireira CDS.

Eles são acusados de crimes de formação de quadrilha, falsidade ideológica, corrupção ativa e uso de documentos falsos.

A operação, iniciada em 25 de maio, buscava fiscalizar 145 pontos de desmate ilegal de florestas de araucária no Paraná.

Para Pizzatto, a interdição da empresa foi represália de adversários dos governos Roberto Requião e Lula.

Já o advogado Luiz Ernani da Silva disse que o prefeito de General Carneiro não foi preso: ""Ele se apresentou após saber do mandado". Ele disse que iria representar também Maciel. "Vou falar com ele antes", disse. Juraci Barbieri, irmão de Barbieri, disse que ainda não tinha advogado para defendê-lo. Ranssolin não foi localizado.

Senado vota regularização de terras; ecologistas protestam – Sítio eletrônico da CNA – 04/06/2009

Autora: Marta Salomon
Jornal Folha de São Paulo

Até o final do mês, o governo começará a cadastrar os atuais ocupantes de uma área de 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União na Amazônia -equivalente aos territórios de Alemanha e Itália somados-, para doação ou venda sem licitação, até o limite de 1.500 hectares. As regras do processo acelerado de regularização fundiária foram aprovadas ontem pelo Senado e seguem para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva.

O texto final recebe críticas de ambientalistas e ruralistas. A ex-ministra Marina Silva (PT-AC) condenou a transferência de um patrimônio público, cujo valor foi estimado em R$ 70 bilhões, para particulares, inclusive empresas, que poderão revender as terras três anos após a concessão dos títulos, no caso de imóveis médios e grandes. Os pequenos poderão ser vendidos após dez anos.

Já a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), relatora do projeto, defende a cobrança simbólica também para propriedades entre 4 módulos rurais (cerca de 400 hectares) e 1.500 hectares.

Ela chegou a sugerir preço entre R$ 3 e R$ 5 o hectare, como foi feito no Tocantins, mas recuou diante do risco de a medida provisória da regularização fundiária perder a eficácia nos próximos dias, caso a votação não fosse concluída. "Quando as pessoas foram para lá [Amazônia] ninguém queria aquilo nem de graça", alegou.

A votação no Senado foi confusa. Por fim, foram derrubadas as propostas de Marina que impediam a venda dos terrenos no período de dez anos após a regularização, assim como a possibilidade de pessoas que não ocupam diretamente as terras serem beneficiadas.

Ela vai pedir ao presidente Lula o veto à parte do texto. A aprovação foi também uma derrota para o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), que está em atrito com os ruralistas.

Empresas que ocuparam terras públicas até 2004 também terão direito às propriedades.

Outro dispositivo, criticado pelos ruralistas, prevê a possibilidade de a União retomar o imóvel dez anos após a concessão de título em caso de desmatamento das áreas de preservação permanente ou de abate de árvores além de 20% de desmatamento em cada propriedade.

Segundo cálculos da **CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil)**, uma propriedade de 1.500 hectares no Pará poderá custar R$ 955 mil para os atuais ocupantes.

Já o Ministério do Desenvolvimento Agrário calcula que o hectare custaria de R$ 70 a R$ 1.200, dependendo da sua localização e das condições de acesso à propriedade. O preço será calculado caso a caso, e o prazo de pagamento é de 20 anos.

As regras aprovadas ontem preveem que as posses com até 100 hectares serão doadas. Os imóveis entre 100 e 400 hectares serão vendidos por preço simbólico. A licitação só será exigida nas posses acima de 1.500 hectares. A Constituição proíbe a venda

de imóveis da União com mais de 2.500 hectares. Nesse caso, as terras deverão ser retomadas.

Presidente da CNA diz que recuo de Minc não muda posição da entidade – Sítio Eletrônico da CNA – 04/06/2009

Em entrevista coletiva no aeroporto de Curitiba nesta quinta-feira (4/6), a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, disse não se importar com pedido de desculpas do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Na semana passada, o ministro, numa manifestação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), se dirigiu aos produtores rurais como vigaristas. A senadora lembrou que a CNA nunca se dirigiu aos ambientalistas com termos como os que Minc usou.

"Ele deveria ter pensado nas palavras antes de falar. Pois as palavras não voltam", disse Kátia Abreu. A senadora até sugeriu alguns termos que poderiam ser usados pelo ministro. "Minc poderia ter nos chamado de fazendeiros truculentos, por causa das ideias divergentes, mas não o que ele disse. Não fica bem uma pessoa, com o cargo que ele tem, falar dessa forma", disse.

Segundo ela, o ministro Carlos Minc recuou no seu discurso contra os produtores rurais quando a senadora denunciou Minc na tribuna do Senado e teve o apoio de outros vinte senadores, que apoiam a causa dos agricultores.

A senadora esta no Paraná para a divulgação do programa CNA em Campo, que tem o objetivo é promover a interiorização do Sistema CNA/SENAR e discutir com os produtores rurais soluções para os problemas do campo. Ela visitará os municípios de Toledo, Campo Mourão e Londrina, onde fará palestras sobre o programa.

'A mim ele não engana', diz Kátia Abreu sobre Minc – Sítio Eletrônico da CNA – 04/06/2009

A presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), acusou hoje o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc,

de ter sido irônico no reconhecimento público de que se excedeu ao chamar os ruralistas de "vigaristas" na semana passada e que iria buscar entendimento com a senadora. "Ele disse que falaria até com os ruralistas. Por que esse 'até'? Não somos criminosos", justificou. Kátia também se mostrou disponível para conversar "a sério" com Minc, "assim que o ministro deixar as ironias e expressões vulgares de lado". "Minc não pode se autoabsolver. A mim ele não engana", disse a senadora em Curitiba, momentos antes de partir para Toledo (PR).

Mais cedo, o ministro fez a seguinte pergunta: "Ora, fiz acordo com a soja, com a cana e com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, por que não posso fazer com a senadora Katia Abreu, que é muito mais bonita, muito mais simpática e muito mais articulada?". A senadora enfatizou que não é amiga do ministro e que não pretende ser e fez questão de frisar que sua resposta não possui caráter pessoal. "Ele não era assim, ele não me engana", reforçou.

De acordo com a senadora, o melhor era que o assunto se encerrasse, pois, segundo ela, está se "estendendo demais". "Não quero 'fulanizar' o tema, mas mantenho a posição de início até que esse senhor mude de comportamento", afirmou. Katia alega que, como ministro de Estado, Minc age mal não só ao expor o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como também os demais ministros. Na semana passada, o ministro do Meio Ambiente revelou a jornalistas que, em encontro reservado com o presidente, demonstrou insatisfação em relação a alguns colegas.

Na avaliação da presidente da CNA, a indisposição recente de Minc com alguns colegas e setores nada mais é do que uma estratégia política. "Ele está montando o circo para ganhar a eleição. Está com problemas de eleição no Rio", avaliou. Minc garantiu hoje que ficará no governo Lula como ministro até o final do mandato do presidente, mas, para alguns observadores, ele deve se afastar do cargo para concorrer a eleições no Rio de Janeiro. "Às custas da minha categoria, ele não fará isso. A CNA não se presta a esse papel", concluiu a senadora.

Um estorvo para o meio ambiente – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 04/06/2009

A defesa da causa ambiental no governo Lula, já não bastasse ser uma empreitada complicada em razão da identificação do presidente com o desenvolvimentismo a qualquer custo que prevalecia à época em que ele descobriu o mundo, dificilmente poderia estar em mãos menos adequadas. Ao degradar em espalhafato a já reprovável extravagância com que se notabilizou desde os primeiros rumores de sua nomeação para o Ministério do Meio Ambiente, no lugar da demissionária Marina Silva, em maio do ano passado, o ministro

Carlos Minc se transformou, para todos os efeitos práticos, em um estorvo para a proteção do patrimônio natural do País contra as pressões dos interesses que formam a chamada coalizão da motosserra.

O trato de questões que se entrelaçam numa das mais decisivas agendas nacionais - como a regularização fundiária na Amazônia, a repressão ao desmate, o zoneamento da cana-de-açúcar, o licenciamento para a modernização da malha rodoviária e a reforma do Código Florestal Brasileiro - está sendo desvirtuado pelo comportamento de um ministro egocêntrico e desprovido de senso de medida. Aparentemente determinado a chutar, como se diz, o pau da barraca - por não suportar as servidões do seu cargo e preparando a sua volta para a Assembleia Legislativa fluminense com a auréola de vítima -, Minc se revela uma dádiva para todos quantos queiram desmoralizar, pelo ridículo, as preocupações dos ecologistas.

A carnavalização dos problemas, que ele já deixou claro não ter aptidão para enfrentar, é tanto mais deplorável por se fazer acompanhar de uma carga de agressividade verbal que inevitavelmente provoca do lado dos agredidos a clássica reação igual em sentido inverso. O ponto mais baixo a que o ministro desceu - até agora - foi a sua diatribe, na semana passada, contra o agronegócio. Encarapitado em um carro de som, numa passeata da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura em Brasília, ele acusou os grandes produtores rurais, em tom apoplético, de serem "vigaristas". O troco veio do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), estridente porta-voz da bancada ruralista, que o chamou de "desqualificado moral".

Na terça-feira, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), dirigente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), denunciou Minc ao Ministério Público Federal por crime de responsabilidade e à Comissão de Ética Pública do governo por quebra de decoro. Pediu ainda a demissão de Minc, a quem se referiu como "alienado, incompetente e ecoxiita". Também anteontem, na Guatemala, onde se encontrava, o presidente o convocou para uma reunião, hoje. Menos pelo bate-boca com os ruralistas do que por outras caneladas do ministro, dessa vez contra os titulares dos Transportes, Alfredo Nascimento, e de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, criticados publicamente por ele no final da semana. A lista dos colegas que o enfurecem inclui ainda os ministros da Agricultura, de Minas e Energia e a chefe da Casa Civil.

Mas, em matéria de barateamento de coisas sérias - no caso, a conduta de autoridades de primeiro escalão do governo da República -, Lula não deixa Minc sozinho em cena. "Tenho muitos filhos, e toda vez que o pai sai de casa a meninada faz algazarra mais do que deveria", permitiu-se comparar. E, mantendo o nível, emendou: "Imagina, no campo de futebol, se os jogadores começam a se xingar alto pra torcida ouvir, pra imprensa descobrir, acaba o jogo." Minc, de todo modo, se vangloria de que, a depender de Lula, o seu espetáculo vai prosseguir. "Ele já resolveu", bravateou. "Fico até o fim do governo." É

impossível subestimar os efeitos desse circo para a condução equilibrada das tensões entre a expansão das atividades econômicas e os imperativos ambientais.

Estão na ordem do dia conceitos - e interesses. Numa frente crucial para o País, a do comércio exterior, a carta verde tem sido cada vez mais jogada para restringir a competição. Dias atrás, por exemplo, o ex-presidente Bill Clinton, numa palestra em São Paulo, a convite, aliás, do setor sucroalcooleiro, desafiou o Brasil a provar que não desmata a Amazônia se quiser conquistar mercado para o biocombustível nacional. O ministro Carlos Minc está claramente aquém do problema.

Senado vota regularização de terras; ecologistas protestam – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2009

Senadora Marina Silva condena transferência de terras; MP agora vai à sanção de Lula

Senadora Kátia Abreu (TO), relatora do projeto, defende cobrança de preço simbólico para as propriedades de 400 hectares a 1.500 hectares

Até o final do mês, o governo começará a cadastrar os atuais ocupantes de uma área de 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União na Amazônia -equivalente aos territórios de Alemanha e Itália somados-, para doação ou venda sem licitação, até o limite de 1.500 hectares. As regras do processo acelerado de regularização fundiária foram aprovadas ontem pelo Senado e seguem para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto final recebe críticas de ambientalistas e ruralistas. A ex-ministra Marina Silva (PT-AC) condenou a transferência de um patrimônio público, cujo valor foi estimado em R$ 70 bilhões, para particulares, inclusive empresas, que poderão revender as terras três anos após a concessão dos títulos, no caso de imóveis médios e grandes. Os pequenos poderão ser vendidos após dez anos.

Já a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), relatora do projeto, defende a cobrança simbólica também para propriedades entre 4 módulos rurais (cerca de 400 hectares) e 1.500 hectares.

Ela chegou a sugerir preço entre R$ 3 e R$ 5 o hectare, como foi feito no Tocantins, mas recuou diante do risco de a medida provisória da regularização fundiária perder a eficácia nos próximos dias, caso a votação não fosse concluída. "Quando as pessoas foram para lá [Amazônia] ninguém queria aquilo nem de graça", alegou.

A votação no Senado foi confusa. Por fim, foram derrubadas as propostas de Marina que impediam a venda dos terrenos no período de dez anos após a regularização, assim como a possibilidade de pessoas que não ocupam diretamente as terras serem beneficiadas.

Ela vai pedir ao presidente Lula o veto à parte do texto. A aprovação foi também uma derrota para o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), que está em atrito com os ruralistas.

Empresas que ocuparam terras públicas até 2004 também terão direito às propriedades.

Outro dispositivo, criticado pelos ruralistas, prevê a possibilidade de a União retomar o imóvel dez anos após a concessão de título em caso de desmatamento das áreas de preservação permanente ou de abate de árvores além de 20% de desmatamento em cada propriedade.

Segundo cálculos da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), uma propriedade de 1.500 hectares no Pará poderá custar R$ 955 mil para os atuais ocupantes.

Já o Ministério do Desenvolvimento Agrário calcula que o hectare custaria de R$ 70 a R$ 1.200, dependendo da sua localização e das condições de acesso à propriedade. O preço será calculado caso a caso, e o prazo de pagamento é de 20 anos.

As regras aprovadas ontem preveem que as posses com até 100 hectares serão doadas. Os imóveis entre 100 e 400 hectares serão vendidos por preço simbólico. A licitação só será exigida nas posses acima de 1.500 hectares. A Constituição proíbe a venda de imóveis da União com mais de 2.500 hectares. Nesse caso, as terras deverão ser retomadas.

O governo desconhece quem ocupa uma fatia de pelo menos 36% da Amazônia Legal, correspondente a terras públicas. A situação caótica complica o combate ao desmatamento.

Enquadrado, Minc recua nos ataques aos colegas de governo – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2009

Ao centro de uma mesa em que comandava outros dez colegas de Esplanada, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) aproveitou um novo balanço do PAC para presidir uma tentativa de demonstração de sintonia entre os ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Alfredo Nascimento (Transportes).

Ambos vivem uma disputa em torno dos licenciamentos para projetos de infraestrutura, em especial na BR-319, entre Manaus e Porto Velho, obra que sofre a oposição de Minc no Amazonas, Estado de Alfredo Nascimento.

Nos últimos dias, o primeiro chegou a dizer que os ministros pegavam suas "machadinhas" para ir ao Congresso "esquartejar" a lei ambiental e reclamou de Reinhold Stephanes (Agricultura) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos).

"Minhas opiniões são importantes para mim, meus amigos e meus eleitores", disse Minc ao afirmar ter dado licenças para obras das quais discordava.

O ministro já havia mostrado seu novo tom durante o evento: "Estamos agilizando [os

licenciamentos] sem perder a ternura e mantendo o rigor", disse.
Antes do início do balanço do PAC, o mal-estar entre Minc e Nascimento teve momentos de tensão. O primeiro procurou conversar com o segundo, fazendo sinal de que desejava cumprimentá-lo. Nascimento recusou o aperto de mão do colega e teria dito que se sentiu ofendido por Minc ter afirmado que ele é amigo de empreiteiras. Minc insistiu em conversar, e Nascimento rejeitou.
Assessores e ministros intervieram para evitar uma briga. Minc disse que a partir daquele momento só teria conversas institucionais com o colega.
No ato, Nascimento adotou um tom conciliatório. "Nós sabemos a importância de preservar o meio ambiente". Sobre a BR-319, disse que não irá "derrubar nenhuma árvore".

Áreas protegidas aumentam no mundo – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 04/06/2009

Pesquisa publicada na "Biological Conservation" mostra que 12,8% do planeta está sob cuidado legal; em 1985, era 3,48%

Cientistas americanos elogiam o Brasil; estudo diz que 74% das reservas criadas no planeta a partir de 2003 estão no país

A proteção de áreas ecologicamente importantes no mundo tem aumentado nos últimos anos, o que amplia a chance de as futuras gerações terem a oportunidade de conhecer diferentes ecossistemas. E o Brasil tem parcela relevante neste avanço, segundo pesquisadores dos Estados Unidos em artigo publicado na revista "Biological Conservation".

O estudo concluiu que 12,8% das terras do planeta estão protegidas hoje, pelo menos no papel. Em 1985, a quantidade era bem menor (3,48%).

A proteção pode se dar por meio da criação de parques e reservas. As classificações podem ser mais ou menos restritivas -do total de 12,8% protegidos, 5,8% estão sob proteção integral (que permite pouca intervenção do homem).

E os cientistas afirmam que "74% da área protegida desde 2003 está no Brasil, algo expressivo para um único país". Com exceção do Brasil, a análise mostra que as áreas protegidas têm crescido a uma taxa baixa desde 2003.

Para Clinton Jenkins, da Universidade de Maryland e um dos autores do estudo, a pesquisa traz um pouco de otimismo para este Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado amanhã. "Definitivamente, há mais terra em áreas protegidas hoje do que nunca, pelo menos no papel", afirma.

O autor, porém, sabe que ainda há muito a fazer. "Ainda existem muitos desmatamentos na Amazônia, vários deles ilegais. Mas as áreas protegidas começam sua vida no papel e, recentemente, o Brasil tem criado mais do que ninguém."

Para que haja sucesso no futuro, diz, é necessário dar apoio público e recursos suficientes para essas zonas protegidas.

Adriana Ramos, do ISA (Instituto Socioambiental), também ressalta a importância de o país implementar as unidades de conservação criadas. Segundo ela, é preciso ficar atento para "a pressão a que elas estão submetidas pelo lado de fora".

"Não dá para pensar em sustentabilidade mantendo as áreas de proteção estritamente conservadas, como ilhas, mas tendo uma ação totalmente predatória do lado de fora. A gente tem que buscar um equilíbrio maior", diz.

Ela também afirma que é necessário avaliar a situação de cada bioma brasileiro, pois há um desequilíbrio entre eles no quesito proteção.

"Há biomas que são realmente bem subrepresentados do ponto de vista de proteção, como o cerrado", afirma.

Longe da meta

Pela Convenção da Diversidade Biológica das Nações Unidas, existe uma meta definida pelos governantes de proteger 10% de todas as regiões ecológicas até 2010. Apesar de ter ocorrido um avanço neste sentido, o autor do estudo não acredita que a meta será atingida para todos os ecossistemas avaliados dentro do prazo.
De 14 regiões analisadas, seis ainda estão abaixo da meta. As pradarias de clima temperado, por exemplo, estão aquém do objetivo (somente 3,9% estão protegidos). Segundo Jenkins, esse é um bioma difícil de proteger porque a terra é muito apropriada para a agricultura.

As florestas mediterrâneas também têm situação delicada (7,3% de proteção). "É uma área que tem sido muito ocupada por pessoas, o que também dificulta a preservação", diz. Já as florestas de coníferas de ambientes temperados apresentam a maior proteção (25%).

Lucas Joppa, da Universidade Duke e coautor do estudo, iniciou outra pesquisa para avaliar, agora, como está a proteção dos biomas por país.

Desgastado, Minc é alvo de queixas e se isola – O Globo – Capa – 04/06/2009

Depois de embates com colegas ministros por causa da lei ambiental, Carlos Minc (Meio Ambiente) está desgastado na Esplanada e teve de se desculpar por ter chamado ruralistas de vigaristas. O presidente Lula deu sinais de insatisfação.

Parlamentares reclamam que o ministro pouco os recebe em audiência. Página 3

Ambiente carregado para Minc na Esplanada - Catarina Alencastro, Luiza Damé e Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 04/06/2009

Após ataques a parlamentares e colegas, ele será recebido por Lula

BRASÍLIA Ominstro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que semana passada fez críticas públicas a colegas de governo, está na berlinda. E não é apenas com os ministros responsáveis por obras dependentes de licença ambiental que Minc vive uma relação desgastante na Esplanada. No núcleo central do governo aumentam, a cada dia, queixas de outros ministros, especialmente contra o que chamam de "comportamento midiático" de Minc. O descontentamento com os exageros do ministro é tanto que o presidente Lula pode desistir de viajar amanhã para o Sul da Bahia, onde celebraria o Dia Mundial do Meio Ambiente e assinaria a criação de unidades de conservação. Lula se encontrará hoje com Minc para tratar do assunto.

O presidente tem um bom motivo para justificar a mudança na agenda: uma missa em homenagem às vítimas do acidente com o avião da Air France. Assim, evitaria prestigiar Minc, que tantos problemas políticos tem provocado. A ideia da viagem foi de Minc. Antes de seguir para o exterior, o presidente havia concordado.

Ministro admite que se excedeu

Ao sair do sétimo balanço do PAC, ontem, Minc comentou as duras críticas que recebeu de parlamentares, na véspera, no Senado. O ministro admitiu que se excedeu no discurso feito semana passada, do alto de um carro de som da Contag, de onde chamou ruralistas de vigaristas.

Disse que releva as críticas, encabeçadas pela senadora e presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), e que vai procurá-la para buscar um entendimento com os grandes produtores rurais.

— Recebo as críticas com naturalidade.

Às vezes, a gente se excede, sobretudo quando está em cima de um carro de som da Contag. Também alguns parlamentares se excederam em algumas insinuações, mas relevo isso.

Acho que a questão principal é o entendimento.

Fizemos um pacto histórico com a pequena agricultura, que vai ter tratamento diferenciado, mas, num segundo momento, vamos ter esse pacto também com a média e a grande agricultura, que são fundamentais para o país. Produzem superávit, divisas, alimento — disse Minc, frisando que respeita a senadora.

Segundo auxiliares de Lula, as maiores reclamações contra Minc saem do Congresso e são anteriores aos ataques do ministro à classe política, semana passada.

Interlocutores do presidente contam que sãofrequentes as queixas de deputados e senadores que tentam uma audiência com Minc e não recebem sequer respostas. O governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), de quem Minc foi secretário, já teria entrado no circuito para tentar angariar apoios ao ministro.

MP legaliza terras griladas

Ontem, Minc chamou de especulação a data divulgada publicamente pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, durante cerimônia de balanço do PAC, para a concessão da licença prévia da BR-319.

Motivo de divergências entre os dois, a estrada que liga Manaus a Porto Velho deve ter sua licença prévia garantida dia 15, segundo Nascimento. Minc, que condena a obra, diz que o licenciamento só sairá após o Ministério dos Transportes cumprir as exigências prévias listadas por um grupo de trabalho.

Sob protestos da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (PT-AC), o Senado aprovou ontem a MP 458, que permite a legalização de terras griladas na Amazônia com até 1.500 hectares. Anunciada pelo governo como solução para a regularização fundiária na floresta, a MP teve como relatora Kátia Abreu. A MP permite que o governo federal venda as terras, sem licitação, a posseiros e grileiros que as ocupavam até 2004.

Meio Ambiente: um eterno campo minado

Pressão de interesses contrariados é uma constante para os ocupantes da pasta BRASÍLIA. No centro de diferenças tornadas públicas entre setores do governo, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, não é o primeiro ocupante da pasta a enfrentar intempéries políticas. Marina Silva, sua antecessora, ameaçou deixar o cargo várias vezes, até chegar à conclusão de que poderia avançar mais como senadora do que como ministra. Gustavo Krause, que esteve no cargo de 1995 a 1998, no governo Fernando Henrique, diz que a tarefa é de “enorme solidão política”.

— A primeira grande dificuldade do ministro de Meio Ambiente é que ele trata de uma questão central para a humanidade e periférica para os governos.

Os ministros dessa área sofrem de uma enorme solidão política — analisa Krause.

Para ele, o desenvolvimento sustentável é uma retórica.

O ideal seria que todos os ministros que tratam de energia, transportes e infraestrutura fossem um pouco ministros do Meio Ambiente.

— É um gestor que trata de interesses que estão por vir. Ele faz adversários à vista e aliados a prazo — diz.

Krause avalia ser muito difícil exercer a função sem apoio político. Ele diz acreditar que Minc está com os dias contados no governo Lula: — A fritura do ministro Minc vai acontecer na fogueira de São João.

Reafirmando que está firme no governo, Minc concorda com o ex-colega sobre os problemas diários enfrentados como titular do Meio Ambiente.

— Num momento em que as pessoas querem mais carro, mais ponte e mais estrada, e você fala “Peraí, vamos botar um filtro”, vira o empata-festa. Perguntam: “Você prefere

salvar um manguezal de 500 metros a criar 120 mil empregos?" É uma guerra dentro do governo, fora do governo, na sociedade e no Parlamento — desabafa Minc.

O ministro diz que, se não fizer uma sessão de shiatsu logo de manhã, não dá para encarar o dia: — Se você diz que não vai dar uma (licença para) hidrelétrica, a ministra Dilma ameaça se jogar, o ministro Lobão diz que vai ter apagão. Se você der, o Ministério Público diz que vai processar o Roberto Messias (presidente do Ibama) por crime de responsabilidade.

Durma com essa. O Messias já teve vários problemas de coração. É uma situação complicadíssima. Ex-ministro do Meio Ambiente, o deputado Sarney Filho (PV-MA) diz que ser ministro dessa área no governo Lula é muito mais difícil do que em sua gestão, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Ele afirma que teve apoio para implementar as medidas necessárias, como a mudança no Código Florestal, que ampliou a reserva legal na Amazônia de 50% para 80%.

— Não é simples, porque você mexe com várias agendas, mas fica muito mais difícil quando o governo não sabe o que quer. Este governo ainda não decidiu se quer que a Amazônia seja a nova fronteira agrícola ou se quer a floresta em pé — afirma. (Catarina Alencastro)

Um mundo mais verde – O Globo – Ciência – 04/06/2009

Investimentos em energias limpas quadruplicam; Brasil é recordista na América Latina

Os insistentes alertas sobre o aquecimento global e o futuro do planeta parecem estar, de fato, gerando ações concretas. Relatório divulgado ontem pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (Unep, na sigla em inglês) revela que o mundo está mais ecologicamente correto do que nunca. Segundo os dados, em 2008 foram investidos US$ 155 bilhões em energia limpa — quatro vezes mais do que o registrado em 2004. O Brasil tem lugar de destaque no documento, apontado como um dos países que mais investiram em energias renováveis no ano passado.

Do total investido, US$ 13,5 bilhões se destinaram ao desenvolvimento de novas tecnologias. Outros US$ 117 bilhões foram investidos em projetos de energia renovável, entre eólica, geotérmica, solar e biocombustíveis.

Segundo o relatório, as energias renováveis já respondem pela maioria dos investimentos no setor e por mais de 40% do aumento da capacidade de geração de energia registrado no ano passado.

A despeito da crise econômica, os investimentos do ano passado excederam em 5% os de 2007, sobretudo por conta de projetos no Brasil, na China e em outras economias emergentes, como destacou o diretorexecutivo do Unep, Achim Steiner: — Sem dúvida, a crise econômica cobrou seu preço nos investimentos em energia limpa, quando comparamos os valores do ano passado aos recordes dos anos anteriores.

De fato, o relatório aponta que, na América do Norte, por exemplo, os investimentos em energias renováveis caíram 8%. Na Europa, o aumento foi de apenas 2%. Mas ressalta pontos significativos, especialmente entre as economias em desenvolvimento.

A China tornou-se o segundo maior mercado do mundo para energia eólica, em termos de capacidade, e o maior produtor de células fotovoltaicas, segundo Steiner, registrando um aumento de 18% nos investimentos em energia limpa em relação a 2007.

Na Índia, os investimentos aumentaram 12%. O Brasil foi o recordista em investimentos na América Latina, com o etanol recebendo US$ 10,8 bilhões — um crescimento de nada menos que 76% em relação ao ano anterior.

Relatório destaca uso de etanol

O documento destaca que 85% da geração de energia no Brasil vêm de fontes renováveis graças às grandes hidroelétricas nacionais e à indústria do etanol. Segundo o relatório, 90% dos novos carros do país são híbridos e o etanol responde por mais de 50% do combustível usado em veículos leves.

O Brasil também é líder global no financiamento de energias renováveis.

Em 2008, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi o maior investidor em projetos de energia renovável.

O relatório revela que o maior montante de investimentos foi para a energia eólica (US$ 51 bilhões), embora o crescimento em relação a 2007 tenha sido apenas de 1%. Mas o setor que mais se ampliou foi o da energia solar, com um aumento de 49% em relação ao ano passado (US$ 33,5 bilhões).

A tendência, aponta o documento, é que o mundo invista cada vez mais em energias limpas em razão das ameaças crescentes do aquecimento global, da recuperação da economia, de novas políticas de investimento e também com a redução de custos decorrente da ampliação dos mercados de eólica e solar.

Estima-se que os módulos de células fotovoltaicas, por exemplo, tenham uma redução de preço de até 43% este ano

Kátia Abreu defende pagamento por serviços ambientais – Sítio Eletrônico da CNA – 05/06/2009

"Nosso objetivo não é o desmatamento", afirmou a senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ontem (4/6), em entrevista para a imprensa no município de Toledo, região Oeste do Paraná. Ela destacou que o objetivo do produtor rural é produzir na legalidade, modernizar as propriedades e investir em tecnologia. "Temos cerca de 120 milhões de hectares disponíveis para aumentar a produção sem ter que derrubar nenhuma árvore. Há também milhões de hectares que são utilizados pelo rebanho brasileiro que podem também podem ser explorados para plantio se

houver uma tecnologia disponível", enfatizou.

Segundo ela, o Brasil tem 56¨% de cobertura florestal, o equivalente a 450 milhões de hectares e 40% de área de produção agrícola. "Então estamos equilibrados", disse. Para a presidente da CNA, a preservação ambiental deve ser tratada como uma questão econômica e financeira. "Enquanto uma árvore em pé valer menos do que uma árvore deitada teremos menos sucesso em qualquer lugar do mundo", explicou, defendendo que os produtores rurais recebam por serem gestores de água, administradores de biodiversidade e principalmente por seqüestrarem carbono. "A preservação ambiental deve ter um ônus coletivo. Não pode haver bem coletivo com ônus individual", argumentou.

A senadora conheceu o programa de pavimentação rural desenvolvido em Toledo. O programa é uma parceria entre os moradores da região rural e a prefeitura da cidade, que participam com 40% e 60% do valor da obra, respectivamente. São 80 quilômetros concluídos. A meta é chegar a 170 quilômetros nos próximos três anos. Na sequência, acompanhada do presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e 1º Vice-Presidente da CNA, Ágide Meneguette, ela se reuniu com o prefeito de Toledo, José Carlos Schiavinato, o promotor do Meio Ambiente Giovani Ferri, e o presidente da Câmara de Vereadores, Renato Reimann. Entre os assuntos tratados do encontro, o CNA em Campo, programa de aproximação da instituição com os vários setores da sociedade, principal motivo da ida da senadora ao Paraná. "A iniciativa da CNA demonstra que a instituição não está fechada nos gabinetes de Brasília, mas está indo ao encontro das aspirações dos produtores", frisou Ágide Meneguette.

Também participaram da audiência o presidente do Sindicato Rural de Toledo, Nelson Paludo, o Vice-Presidente Executivo da CNA Fábio de Salles Meirelles Filho, o secretário executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Omar Hennemann; o vice-prefeito de Toledo, Lúcio de Marchi; os deputados federais Ricardo Barros e Dilceu Sperafico, o deputado estadual Duílio Genari, além de autoridades regionais.

Energia esquenta o meio ambiente – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 05/06/2009

Pode-se começar com o noticiário da semana passada, quando o ministro do Meio Ambiente, ao descrever para os jornalistas suas queixas ao presidente da República - por causa das brigas com outros ministros -, disse: "Licenciei Angra 3 sem concordar" (Estado,

31/5). A afirmação autorizaria o leitor a perguntar a ele, que durante toda a carreira política se bateu contra a usina: e por que aceitou, abandonando a coerência, se não concordava com o licenciamento? Em troca do cargo?

E mais difícil de explicar ainda ficou, porque dois dias antes dessa declaração se anunciara um vazamento radiativo em Angra 2, atribuído a "um funcionário da limpeza de equipamentos na sala de descontaminação", que "esqueceu a porta aberta e houve circulação de material radiativo", com a contaminação de quatro pessoas. É esse o nível de segurança numa usina nuclear, que depende de "um funcionário da limpeza de equipamentos" não esquecer aberta uma porta? E por que a Defesa Civil só foi avisada três dias depois - omitindo a contaminação de quatro pessoas (queixa do prefeito de Angra dos Reis) - e a imprensa, 11 dias após?

Nada disso está impedindo que se vá em frente com o projeto de implantar no País de seis a oito usinas nucleares até 2030, embora continuem irrefutados os argumentos de que a energia nuclear é mais insegura do que qualquer outro formato de geração, mais cara e sem destinação para o lixo altamente radiativo que gera e que assim permanece durante séculos.

Começando pelo fim, o Ibama, ao conceder a licença para Angra 3, estabeleceu 44 exigências, entre elas a de uma "solução definitiva" para o depósito de lixo, na expressão do ministro. Mas essa exigência foi sendo abrandada e agora já se fala em colocar o lixo em ampolas de aço inoxidável, num "pombal de concreto", isolado do solo. Segundo o presidente do Ibama, o que se pede agora é uma solução "de longo prazo" e só em cinco anos se saberá exatamente como ficará (Agência Estado, 4/3). Não surpreende, já que até hoje nenhum país conseguiu ter uma "solução definitiva" para o lixo radiativo. Como já foi mencionado aqui, a maior esperança - o projeto do depósito norte-americano, 300 metros abaixo do nível do solo, sob a Serra Nevada - já custou US$ 92 bilhões (o custo inicial previsto era de US$ 58 bilhões) e continua às voltas com questionamentos de hidrólogos, geólogos, sismólogos e da Justiça dos EUA. Sem falar numa interrogação igualmente sem resposta: como se fará para transportar com segurança para um único local os resíduos acumulados durante décadas em mais de cem usinas espalhadas pelo país?

Na questão da segurança, vale a pena citar o cientista Peter Bradford, ex-membro da Comissão Regulatória Nuclear dos EUA, hoje diretor da Union of Concerned Scientists: "Entre as lições de Three Mile Island (usina onde houve grave vazamento de radiação) está a de que a energia nuclear é a menos segura quando há complacência e quando as pressões para o licenciamento são fortes" (New Scientist, 4/4). Também pode ser mencionado o relatório do nosso Tribunal de Contas da União (O Globo, 11/4), segundo o qual 54% das instalações radiativas em hospitais e fábricas no Brasil não são controladas, funcionam de forma irregular, sem autorização para operar e com a população desinformada.

Quanto ao custo de geração na energia nuclear, é preciso lembrar estudo publicado pelos

professores Joaquim Francisco de Carvalho e Ildo Sauer, da USP, que o situam em US$ 113,66 por megawatt/hora, pouco inferior ao do carvão mineral (US$ 134), porém muito acima do custo de geração numa hidrelétrica como a do Rio Madeira (US$ 46), ou do etanol do bagaço de cana (US$ 46), ou do gás natural (US$ 79). E isso leva a estranhar também a opção pelas termoelétricas a carvão ou a gás, que tem sido feita nos últimos leilões de energia nova.

Provavelmente os defensores da energia nuclear argumentem que já há 459 usinas em operação no mundo, que a Itália e a França (esta já depende em 75% desse formato) vão seguir nesse caminho, assim como a Índia. Que os EUA têm 104 usinas (20% da energia total), que há 45 novas geradoras em construção no mundo e que mesmo a Suécia parece propensa a deixar de lado o banimento das nucleares (Alemanha e Dinamarca vão mantê-lo). Mas a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) lembra que tudo isso não cumprirá o papel que se imagina para as nucleares, já que seriam necessárias pelo menos 12 por ano até 2030 e 54 por ano nas duas décadas seguintes. Ainda mais que o custo das usinas está aumentando muito, assim como os custos de manutenção e de matéria-prima, além do custo da desativação (que pode chegar a US$ 1,8 bilhão). Mesmo nos EUA, por várias razões, o presidente Barack Obama tem optado pelo estímulo a outros formatos de geração. E a Finlândia, que implanta o mais poderoso reator, está enfrentando dificuldades crescentes para manter o projeto.

Nada disso impede nosso Ministério de Minas e Energia de continuar planejando novas usinas nucleares, até que supram 5% da demanda nacional de energia. Que invista mais R$ 7,3 bilhões em Angra 3 (já se gastaram ali R$ 700 milhões), dando sequência a uma licitação de 1983, que vem sendo questionada pelo próprio setor das construtoras, inclusive com o argumento de que já há tecnologias capazes de reduzir o custo.

Talvez não haja outro setor da administração pública em que seja tão evidente - como se tem insistido neste espaço - a necessidade de uma discussão aberta e franca com a comunidade científica para que se escolha o melhor caminho. Ainda mais que na acalorada polêmica se juntam energia e meio ambiente.

**Washington Novaes é jornalista*

Minc ataca ruralistas, que o acusam de circo eleitoral – Estado de São Paulo – Capa – 05/06/2009

D epois de duas semanas de ataques a cinco colegas de governo, de críticas a ruralistas e ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, avaliou na tarde de ontem que continuará no cargo. "Estou firme, firmíssimo; tremei, poluidores", afirmou ele, após audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). Horas antes, ele havia dito que sentia todo dia "o pescocinho na mira". "Querem tirar uma picanha do Carlinhos", ironizou o ministro.

O triunfo anunciado pelo ministro veio na sequência de um processo de enquadramento político, em que Lula não permitiu, por exemplo, recuo no licenciamento da BR-319 - rodovia que corta um pedaço da Amazônia. Antes da conversa com o presidente e de um ato com artistas da TV Globo, o ministro participou de dois eventos em que manteve críticas aos ruralistas e à presidente da Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

"Aqui, no Parlamento, pediram meu pescoço, mas, pelo que me consta, ele ainda está no meu lugar e, provavelmente, vai ficar até o fim do governo Lula", afirmou Minc, em audiência na Câmara, na Comissão do Meio Ambiente. "Não vamos deixar essa turminha destruir nossos biomas", acrescentou, referindo-se aos ruralistas. "Podem ameaçar, mas não vão transformar nossos biomas em latifúndios, em monocultura."

O ministro disse que não se recusa a negociar com Kátia, usando o seguinte argumento: "Fiz acordo com (os ruralistas) da soja, da cana e com o governador Blairo Maggi. Por que não posso fazer com a senadora Kátia Abreu, que é muito mais bonita, muito mais simpática e muito mais articulada?"

O ministro causou mal-estar no governo ao chamar, na semana passada, os ruralistas de "vigaristas" e dizer que estava impedido "moralmente" de dar licença ambiental para as obras da BR-319, previstas no PAC.

Minc relatou ontem que, em conversa na terça-feira, o presidente apenas pediu que as "contradições" fossem discutidas no âmbito interno do governo. "Eu concordei com ele. O presidente disse que é mais adequado que algumas contradições, aquelas que não têm consenso, sejam arbitradas por ele."

O relato de Minc sobre a conversa com o presidente foi feito em um novo ato com críticas a ministros que já tinham sofrido ataques na semana passada.

Para desconforto de Reinhold Stephanes (Agricultura), Dilma Rousseff (Casa Civil), Edison Lobão (Minas e Energia) e Alfredo Nascimento (Transportes), Minc contou com o apoio de rostos famosos. Os atores Christiane Torloni e Victor Fasano entregaram a Lula um manifesto que teria 1 milhão de assinaturas contra a destruição da Amazônia.

Após a audiência com o presidente, os atores deram uma longa entrevista para defender a permanência do ministro. "A democracia não vai aguentar mais um golpe", afirmou Christiane. "Não vai ser bom para o Brasil perder um segundo ministro do Meio Ambiente", disse, referindo-se à demissão de Marina Silva, no ano passado.

A atriz elevou o tom nas críticas e chegou a fazer referências ao escândalo do assessor petista que foi preso com dólares na cueca em 2005. "Esta casa está sendo observada", disse. Ela aproveitou para criticar setores do Congresso que se opõem a Minc: "Temos de saber quem é a favor da preservação da Amazônia e quem é a favor de colocar o dinheiro na cueca."

FRASES

Carlos Minc
Ministro do Meio Ambiente

"Sinto todo dia o meu pescocinho na mira. Aqui, no parlamento, pediram meu pescoço, mas, pelo que me consta, ele ainda está no meu lugar e, provavelmente, vai ficar até o fim do governo Lula"

"Não vamos deixar essa turminha (ruralistas) destruir nossos biomas"

"Fiz acordo com os (ruralistas) da soja, da cana e com o governador Blairo Maggi. Por que não posso fazer com a senadora Kátia Abreu, muito mais bonita, muito mais simpática e articulada?"

"Não podemos jogar a agricultura familiar nos braços dos grandes produtores"

"Estou firmíssimo, tremei poluidores"

Para Kátia Abreu, ataques têm motivação eleitoral – Célia Froufe - Estado de São Paulo – Nacional – 05/06/2009

Mais sintoma de uma pré-campanha eleitoral do que "grito" de ambientalista. Para a presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), os ataques do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, aos ruralistas e aos colegas de Esplanada têm motivação eleitoral. "Ele está montando o circo para ganhar a eleição. Está com problemas de eleição no Rio."

Kátia não ficou convencida com a demonstração de reconhecimento público feito por Minc, que afirmou ter se excedido ao chamar os ruralistas de "vigaristas" na semana passada e que iria buscar entendimento com a senadora. "Minc não pode se autoabsolver; a mim, ele não engana", disse.

De acordo com a senadora, o melhor era que o assunto se encerrasse, pois, segundo ela, está se estendendo demais. "Não quero fulanizar o tema, mas mantenho a posição de início até que esse senhor mude de comportamento", afirmou. Para a presidente da CNA, como ministro de Estado Minc age mal não só ao expor o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como também os demais ministros.

Na semana passada, o ministro do Meio Ambiente revelou a jornalistas que, em encontro reservado com o presidente, demonstrou insatisfação em relação a alguns colegas. Ao Estado, chamou o governo de "casa da mãe joana".

A presidente da CNA disse ter notado nas entrelinhas do discurso de Minc certa ironia. "Ele disse que falaria até com os ruralistas. Por que esse até? Não somos criminosos", justificou. Kátia também afirmou que não está disposta a ouvir elogios do ministro, mas se mostrou disponível a conversar, assim que ele deixar de lado as ironias e vulgaridades.

Ontem, o ministro fez a seguinte pergunta: "Ora, se fiz acordo com a soja, com a cana e com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, por que não posso fazer com a senadora Katia Abreu, que é muito mais bonita, muito mais simpática e muito mais articulada?"

A senadora enfatizou que não é amiga do ministro e que não pretende ser. Fez questão de frisar que sua resposta não possui caráter pessoal.

"Ele não era assim, ele não me engana", reforçou. Na avaliação da presidente da CNA, a indisposição recente de Minc com alguns colegas e setores produtivos nada mais é do que uma estratégia política.

"Mas às custas da minha categoria, ele não fará isso. A CNA não se presta a esse papel",

disse a senador de Tocantisns.

Na terça-feira, ela protocolou na Comissão de Ética Pública da Presidência da República e na Procuradoria-Geral da República denúncia contra Minc por crime de responsabilidade por ter chamado os ruralistas de "vigaristas".

FRASES

Kátia Abreu
Presidente da CNA

"Ele está montando o circo para ganhar a eleição. Está com problemas de eleição no Rio"

"Minc não pode se autoabsolver; a mim, ele não engana"

"Não quero fulanizar o tema, mas mantenho a posição de início até que esse senhor mude de comportamento"

"Ele disse que falaria até com os ruralistas. Por que esse até? Não somos criminosos"

"Ele não era assim, ele não me engana"

Derrotado, PT pede que Lula mude "MP da grilagem"- Estado de São Paulo – Nacional – 05/06/2009

Um dia depois de a Medida Provisória 458, que regulamenta a situação fundiária na Amazônia Legal, ter sido aprovada no Senado, a bancada do PT avisou que fará um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que vete artigos do texto. Ex-ministra do Meio Ambiente, a senadora Marina Silva (PT-AC) enviou uma carta a Lula, solicitando o veto de três artigos. Para ela, o texto representa "a legalização da grilagem". A "MP da grilagem", nas palavras do líder do PT e do bloco de apoio ao governo, senador Aloizio Mercadante (SP), foi aprovada por 23 votos a 21, após mais de cinco horas de debates.

Prestes a perder a validade, a MP passou pelo Senado a toque de caixa, sem alteração no texto da Câmara. Durante a sessão de votação no Senado, Marina chegou a chorar. Ao presidente, a ex-ministra pede veto para os artigos que definem ocupação indireta e exploração indireta; outro que trata da oportunidade de titulação e comercialização de terras

em áreas de até 1.500 hectares; e ao artigo que diz que os requisitos para a regularização fundiária dos imóveis de até quatro módulos fiscais são averiguados por meio de declaração do ocupante.

"O Estado não pode abrir mão do instrumento mais importante de controle do processo de regularização fundiária porque não desenvolveu capacidade organizacional para realizar o processo com a segurança exigida pela sociedade", cobrou a senadora. Segundo dados apresentados pela ex-ministra, a privatização de "67 milhões de hectares da Amazônia equivale à distribuição de patrimônio público equivalente a quase quatro Bancos do Brasil".

Os números mostrados por Marina revelam ainda que os mini e pequenos produtores (até 400 hectares) embora somem 81% do total de posseiros, ficarão com 7,8 milhões de hectares e receberão patrimônio público no valor de R$ 8 bilhões. Já médio e pequenos produtores (de 400 a 1.500 hectares), que são 12% do total, ficarão com 8 milhões de hectares e patrimônio público de R$ 8 bilhões. Grandes produtores, disse Marina, são 7% do total. "Ficarão com 49 milhões de hectares e receberão patrimônio público de R$ 54 bilhões. Onde está a justiça social?" questionou.

ONGs atacam "desmonte" ambiental no governo Lula – Afra Balazina – folha de Sào Paulo – Brasil – 05/06/2009

No Dia do Meio Ambiente, 23 entidades criticam medidas do Executivo e do Legislativo

Paulo Barreto, da ONG Imazon, diz que presidente "no fundo não liga para a área ambiental" e tem interesse eleitoral em obras

A atual tentativa de "desmonte" da legislação ambiental brasileira não permite a comemoração deste Dia Mundial do Meio Ambiente. A opinião é de 23 entidades ambientais de peso. Em nota divulgada ontem, elas afirmam que este é um momento de preocupação e pesar.

O motivo da inquietação são as medidas do Executivo e do Legislativo, já aprovadas ou em processo de aprovação, que "demonstram claramente que a lógica do crescimento econômico a qualquer custo vem solapando o compromisso de construir um modelo de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente adequado e economicamente sustentável".

Os problemas mais graves começaram em novembro do ano passado, afirmam. O governou criou um decreto que elas dizem pôr em risco a maior parte das cavernas brasileiras e baixou impostos para a produção de carros sem exigir a melhora nos padrões de consumo de combustível (diferentemente do que fez o presidente dos EUA, Barack Obama).

Para as entidades, porém, a situação mais grave refere-se à medida provisória 458, que trata da regularização fundiária na Amazônia e foi aprovada anteontem pelo Senado.

A medida irá permitir que 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União na Amazônia -equivalente aos territórios de Alemanha e Itália somados- sejam doados ou vendidos sem licitação, até o limite de 1.500 hectares.

"A título de regularizar as posses de pequenos agricultores ocupantes de terras públicas federais na Amazônia, [a medida] abriu a possibilidade de legalizar a situação de uma grande quantidade de grileiros, incentivando o assalto ao patrimônio público, a concentração fundiária e o avanço do desmatamento ilegal", afirma a nota. Para Paulo Barreto, do Imazon, a regularização é necessária. Entretanto, diz, a medida aprovada, em vez de beneficiar somente a população carente, gerará inúmeras distorções.

Segundo ele, a tentativa de desmontar a legislação ocorre em parte porque o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "no fundo não liga para a área ambiental" e também, porque tem interesse eleitoral em acelerar obras -e os controles ambientais atrapalharam o processo.

As entidades também reclamam que há um ano não são criadas novas unidades de conservação. Há várias propostas paradas na Casa Civil.

Leia a íntegra da nota www.folha.com.br/091554

Regularização começa por local que mais desmata – Marta Salomon – Folha de Sào Paulo – Brasil – 05/06/2009

A regularização fundiária da Amazônia, cujas regras foram aprovadas na noite de anteontem no Senado, começará pelos municípios que registraram os maiores índices de desmatamento na região: 33 deles têm terras públicas da União passíveis de serem doadas ou vendidas aos atuais ocupantes.

Até o final do ano, a meta do governo é cadastrar os ocupantes de 90 mil imóveis, numa extensão de 21 milhões de hectares, maior que o Estado do Paraná. Isso equivale a pouco menos da terça parte do território que o governo pretende regularizar no período de três anos.

Terá direito ao título quem comprovar ter ocupado a terra até dezembro de 2004. Propriedades com até cem hectares serão doadas. As demais, até 1.500 hectares, terão um preço simbólico ou definido com base em tabela do Incra, de R$ 70 a R$ 1.200 por hectare. As propriedades com até 1.500 hectares serão vendidas sem licitação, com prazo de 20 anos para pagar e três anos de carência.

"Vamos checar imóvel por imóvel se não há denúncia de grilagem ou disputa pela terra", disse o coordenador da regularização, Carlos Guedes de Guedes. Ele informou que os históricos de conflito agrário na região serão consultados para evitar que grileiros (portadores de títulos falsificados) sejam beneficiados. É a maior preocupação dos

ambientalistas.
Quando não houver problemas, o título poderá ser concedido num prazo de 60 a 120 dias após o cadastramento.

Internet
O governo também usará o microblog Twitter para colher denúncias de posse irregular das terras. Assim como funciona hoje a lista suja do trabalho escravo, o ministério lançará na internet o nome de quem se cadastrou para receber títulos de terras na Amazônia ao lado da localização da propriedade. As denúncias serão analisadas pela Ouvidoria Agrária. Na última semana deste mês, o cadastramento dos ocupantes será iniciado em Porto Velho (RO), Alta Floresta (MT) e Marabá (PA). Em Lábrea (AM), o cadastramento vai começar em julho, por causa das chuvas.
O trabalho pode começar antes da sanção da lei pelo presidente Lula, que deve ocorrer nos próximos dias. Para este ano, o custo previsto da regularização é de R$ 70 milhões. Ontem, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), principal mentor da proposta de regularização fundiária, avaliou que as mudanças feitas pelo Congresso no texto não abalaram os princípios básicos do programa: "Aquele temor de que o Congresso alterasse muito, por pressão da bancada ruralista, não se concretizou. Eram fantasmas". Ele estuda a possibilidade de pedir o veto à venda de terras públicas a pessoas jurídicas. Segundo Cassel, a possibilidade de venda de parte dos imóveis três anos após a regularização "é preferível" à transferência da propriedade por meio de contratos de gaveta.

Mudanças
As alterações feitas pelo Congresso no texto original da MP editada pelo governo no início de fevereiro permitirão a venda das propriedades acima de 400 hectares três anos, em vez de dez, após a concessão do título, e o reconhecimento da ocupação por parte de empresas. A bancada do PT no Senado pedirá que o presidente Lula vete artigos da medida provisória que regulamenta a situação fundiária na Amazônia. A senadora Marina Silva (PT-AC) quer que Lula vete os incisos 2 e 4 do art. 2º, que autorizam a regularização de terras ocupadas por prepostos; o art. 7º, que permite a transferência de terras da União a pessoas jurídicas e a quem já possui outras propriedades rurais; e o art. 13, que dispensa a vistoria prévia. O senador Aloizio Mercadante (SP), líder do partido no Senado, defendeu que a medida deveria garantir a certificação de propriedade somente para quem vive do sustento da terra.

Quem ganha e quem perde – Folha de são Paulo – Brasil – 05/06/2009

Ganha
>> Quem ocupou terras na Amazônia até dezembro de 2004 e que terá direito aos títulos; são cerca de 296 mil imóveis em 436 municípios
>> O governo, porque ganhou instrumentos para regularizar as terras públicas e identificar

os ocupantes, o que permitirá combater o desmatamento de forma mais eficaz
>> Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), principal mentor da proposta aprovada no Congresso com poucas modificações
>> Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), coordenador do PAS (Plano Amazônia Sustentável), que estabeleceu a regularização fundiária como prioridade para a região
>> Carlos Minc (Meio Ambiente) por ter conseguido evitar a derrubada do dispositivo que permite à União retomar imóveis que desmatarem acima do limite permitido

Perde
>> ONGs ambientalistas, que apontam benefícios a grileiros de terras na Amazônia e tentaram impedir a venda dos imóveis maiores a preços simbólicos e sem licitação
>> Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente, que não conseguiu alterações para impedir a venda das terras antes de 10 anos e para vetar a concessão a quem não ocupa diretamente a área
>> Ruralistas comandados pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que não conseguiram impedir exigências ambientais na regularização
>> Mangabeira Unger, que manobrou dentro do governo para conduzir a regularização fundiária, mas não conseguiu tomar a tarefa do Desenvolvimento Agrária

"Estão pedindo meu pobre pescocinho", afirma Minc – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2009

Kátia Abreu diz que não tem mais "diálogo" com ministro

Com frases de efeito do tipo "estão pedindo meu pobre pescocinho", o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) disse ontem que ficará no cargo e voltou a criticar os ruralistas. Já a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) afirmou não ter mais condições, como presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), de dialogar com Minc.
Há duas semanas, o ministro confronta ruralistas a quem chamou de "vigaristas", levando a senadora a pedir sua demissão. "Estão querendo tirar uma picanha do Carlinhos Minc", disse ontem durante audiência pública na Câmara. Apesar das ironias, ele admitiu que se excedeu no episódio.
Kátia Abreu, que estava ontem no Paraná, onde participou de conferências sobre agronegócio, disse que "esse cidadão [Minc] tem preconceito explícito contra nós". "Conosco, o diálogo [com Minc] é praticamente impossível. Minha agenda não tem mais espaço para ele", disse ela. "Ninguém chama ninguém de vigarista à toa."
O ministro resolveu partir para o ataque depois de uma série de derrotas sofridas na queda de braço com setores do governo. Uma importante foi a redução, determinada por Lula, na

taxa de compensação ambiental cobrada de empresas.
Ontem, ele afirmou ter sido enquadrado por Lula ainda na semana passada. "Como ministro obediente em relação ao meu chefe, desde que não seja para dar licença [ambiental] sem cumprir as leis, não farei mais polêmicas públicas com os ministros", disse Minc.
Abreu afirmou que Minc não deve ocupar cargos públicos para defender interesses de uma classe. "O ministro do Meio Ambiente tem que se preocupar com o ambiente e não com os ambientalistas, assim como o ministro Reinhold Stephanes [Agricultura] deve se preocupar com a produção e não com os ruralistas."
Em outro momento, Minc diz que vai procurar Abreu para conversar. "Eu sempre o respeitei. Quem encerrou e fechou as portas foi ele", disse ela.
Minc voltou ontem mesmo ao tom crítico. "O país vive um momento grave e há quem queira estraçalhar a legislação", disse. Segundo o ministro, um "senhor fez um estudo dizendo que o Brasil é uma grande unidade de conservação", sem espaço para agricultura.
"O Ministério do Meio Ambiente refuta esses dados como mentirosos", afirmou. Essa crítica já havia sido feita e, nessa ocasião, Minc disse que "o ministro Stephanes sempre leva [com ele] um senhor que fez" o estudo sobre engessamento.
Stephanes está na Rússia. Sua assessoria informou que faz parte da agenda apresentar estudos ao presidente referentes à sua área e que ele não rebaterá declarações de Minc.
A ministra Dilma Rousseff negou ontem, em São Paulo, que exista uma "briga ambiental" entre integrantes do governo. "Essa briga não existe. São diferentes óticas que todo governo tem. Cada um dá a sua ótica. Agora, tem que haver um entendimento", disse ela.

Colaborou a Reportagem Local

ONGs denunciam retrocesso ambiental – O Globo – Capa – 05/06/2009

ONGs ambientalistas acusaram o governo federal e o Congresso de promover o desmonte da legislação ambiental. Senadores do PT querem o veto de trechos da MP aprovada anteontem que, segundo eles, estimula a grilagem. O ministro Carlos Minc, em novo ataque a ruralistas, disse que estão atrás da "picanha do Carlinhos", mas assegurou que fica no cargo. Página 3

O luto dos ambientalistas – Soraya Aggege – O Globo – O País – 05/06/2009

Entidades criticam governo e Congresso por 'desmonte' de proteção ao meio ambiente

SÃO PAULO As principais organizações ambientalistas brasileiras e internacionais divulgaram ontem um manifesto denunciando o o que chamaram de desmonte da estrutura legal e administrativa de proteção ambiental do país. Patrocinado pelo governo federal e pelo Legislativo, o "desmonte" seria provocado pelo chamado "lobby da insustentabilidade".

O Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado hoje, deve ser de luto, segundo as organizações. — O governo e o Congresso só estão olhando para as eleições do ano que vem, enquanto desmontam nossas leis conquistadas a duras penas.

A esquizofrenia da política ambiental brasileira tem crescido ao ritmo da tensão pré-eleitoral — disse o supervisor de Conservação da WWFBrasil, Cláudio Maretti.

As entidades criticam recentes medidas dos poderes Executivo e Legislativo, já aprovadas ou em processo de aprovação, como a medida provisória da Amazônia (MP 458), aprovada anteontem pelo Senado e que, na avaliação das entidades, "privatiza" a floresta. A lista de medidas criticadas começa com a mudança do Decreto 6514, que exigia o cumprimento da legislação florestal, em novembro, cinco meses depois de sua edição.

"Pouco mais de um mês depois, (o governo) revogou uma legislação da década de 1990 que protegia as cavernas brasileiras para colocar em seu lugar um decreto que põe em risco a maior parte de nosso patrimônio espeleológico".

E continua: "Em fevereiro deste ano, uma das medidas mais graves veio à tona: a MP 458, que, a título de regularizar as posses de pequenos agricultores ocupantes de terras públicas federais na Amazônia, abriu a possibilidade de se legalizar a situação de uma grande quantidade de grileiros, incentivando o assalto ao patrimônio público, a concentração fundiária e o avanço do desmatamento ilegal", diz o texto.

— Foram 30 anos de luta pela Amazônia lançados no lixo. Com a nova ofensiva da bancada ruralista, o Senado deu de mão beijada aos grileiros a luta de Chico Mendes, de irmã Dorothy.

Um governo que se diz popular deveria ter vergonha disso — disse Paulo Adário, do Greenpeace.

ONGs: "Motivos político-eleitorais"

O documento aponta que, enquanto a MP 458 era aprovada na Câmara, outra MP (452) trouxe uma regra que acaba com o licenciamento ambiental para ampliação ou revitalização de rodovias, "destruindo um dos principais instrumentos da política ambiental brasileira e feita sob medida para se possibilitar abrir a BR-319 no coração da Floresta Amazônica, por motivos político-eleitorais".

As organizações afirmam que a bancada ruralista se animou a propor a revogação tácita do Código Florestal, pressionando pela diminuição da reserva legal na Amazônia e pela anistia a todas as ocupações ilegais em áreas de preservação permanente. "Essa movimentação já gerou o seu primeiro produto: a aprovação do Código Ambiental de Santa Catarina, que diminui a proteção às florestas que preservam os rios e encostas, justamente as que, se estivessem conservadas, poderiam ter evitado parte significativa da catástrofe ocorrida no Vale do Itajaí no ano passado".

As entidades não citaram o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, no manifesto. Muitas avaliam que sua demissão seria mais uma vitória dos ruralistas.

Assinaram o texto o Greenpeace, a WWF-Brasil, Amigos da Terra, Conservação Internacional Brasil, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Instituto de Estudos Socioeconômicos, Instituto Socioambiental, Instituto Terra Azul, Mater Natura, Rede de ONGs da Mata Atlântica e Sociedade Brasileira de Espeleologia, entre outras.

Minc admite que foi enquadrado - Catarina Alencastro e Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 05/06/2009

Ministro se compromete com Lula a não mais criticar colegas

BRASÍLIA E SÃO PAULO. Em meio ao fogo cruzado no governo e com o setor agropecuário, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, negou ontem que corra risco de ser demitido e voltou a alfinetar os ruralistas, dizendo que eles estão atrás da "picanha do Carlinhos". Apesar de afirmar que está "firmíssimo" no governo, admitiu que foi repreendido pelo presidente Lula por expor publicamente suas diferenças com os ministros Alfredo Nascimento (Transportes), Reinhold Stephanes (Agricultura) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos).

— O presidente Lula realmente manifestou para mim que achava mais adequado que o que não tiver consenso seja tratado dentro do ministério e arbitrado por ele, o que dei inteira razão a ele. (Estou) Firmíssimo. Tremei poluidores — disse Minc. — Tem muita gente querendo tirar uma picanha do Carlinhos Minc, mas a gente vai avançar com o presidente Lula. Não é ruralista que nomeia ou demite ministro.

Vou resistir dignamente.

Minc teria se comprometido a não criar mais polêmicas com os colegas: — Sou obediente e não farei mais polêmicas públicas com os ministros.

Líder do governo diz que situação é crítica O presidente Lula confirmou sua viagem à Bahia hoje, para comemorar com Minc o Dia Mundial do Meio Ambiente. O ministro, que esteve com o presidente ontem, disse que não tratou da crise que enfrenta internamente no governo.

— Quinta-feira (retrasada), estive com o presidente Lula e ele disse que estava muito contente com o ministério por três razões: primeiro porque o desmatamento da Amazônia caiu pela metade, segundo porque o número de licenças dobrou e terceiro porque eu tinha bom humor.

A líder do governo no Congresso, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), reconheceu que o meio ambiente vem sendo alvo de ataques: — Está crítico. Está aquecido o debate ambiental, como se meio ambiente e produção fossem coisas antagônicas.

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, minimizou as divergências no setor dentro do governo.

— Essa briga não existe. Essa briga é a ação de diferentes óticas que todo governo tem. Cada um na sua ótica.

Agora, tem de ter o entendimento.

Mais cedo, em audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a inclusão do cerrado e da caatinga na lista de patrimônios naturais, Minc admitiu erros: — Cometo erro, mas mais acertos que erro. Espero errar do lado certo do que errar entregando o Brasil para quem quer acabar com a Caatinga e o Cerrado. Podem chiar, podem pedir a cabeça, vou continuar combatendo a impunidade ambiental. Aqueles que acham que com insultos, provocações, podem pedir o meu pobre pescocinho, estão muito enganados. Não perdem por esperar.

Lula assina manifesto pela Amazônia –O Globo – O País – 05/06/2009

BRASÍLIA. Após nove meses tentando uma audiência com o presidente Lula, o movimento Amazônia para Sempre, encabeçado pelos atores Christiane Torloni e Victor Fasano, conseguiu ontem que ele assinasse o manifesto que pede o fim do desmatamento na Amazônia. A causa já conta com mais de um milhão de assinaturas, incluindo a de três ex-presidentes — José Sarney, Itamar Franco e Fernando Henrique —, de governadores e, agora, de Lula.

Os artistas estiveram com Lula acompanhados do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Fasano saiu confiante de que conseguiu convencer o presidente a não permitir retrocessos na legislação ambiental, em discussão no Congresso: — Ele está de acordo que os ganhos ambientais não podem ser perdidos e que, daqui para a frente, temos só que ganhar.

— Hoje foi marcado um gol, que demonstra que esta Casa está sendo observada. Temos que saber quem é a favor da preservação e quem é a favor de pegar um dinheiro e botar na cueca — completou Christiane.

PT pressiona Lula por veto a MP – Catarina Alencastro e Bernardo Mello Franco - O Globo – O País – 05/06/2009

Minc elogiara texto que, para senadores petistas, estimula grilagem

BRASÍLIA. Menos de um mês após anunciar uma "vitória histórica" na negociação do texto da medida provisória 458 na Câmara, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc,

disse ontem que o governo deve formar um grupo de ministros para analisar o texto aprovado anteontem no Senado.

A cautela com o texto da MP, que trata de regularização de terras na Amazônia, só surgiu depois de a proposta receber pesadas críticas de senadores petistas.

Ontem, o líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), informou que o partido pedirá a Lula que vete trechos da MP que facilitam ainda mais a legalização de terras ocupadas ilegalmente na Amazônia. Em nota, Mercadante disse que a bancada petista está unida e chamou o texto de "MP da grilagem". O texto aprovado no Senado é igual ao negociado por Minc na Câmara.

A ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (PT-AC) pediu a Lula que vete ao menos três artigos. Ela divulgou uma carta pública ao presidente em que classifica a MP de ameaça à preservação da floresta e ao compromisso de conter o desmatamento.

— Temos pessoas que regaram o solo da Amazônia com seu sangue, como Chico Mendes e a Irmã Dorothy, além de juízes e procuradores que dedicam a vida a essa causa.

Por isso, apelo para que o presidente Lula, com quem tenho uma relação de mais de 30 anos, que, em nome dessa história e do futuro da Amazônia, faça esse gesto — disse.

Os petistas devem pedir a derrubada de mudanças feitas na Câmara por influência da bancada ruralista, como a extensão do direito de titulação das terras a pessoas jurídicas e grileiros que não vivem na área ocupada. Segundo ambientalistas, isso permitirá que empresários que moram em áreas distantes da floresta usem laranjas para comprar terras da União.

Outro ponto criticado pelo PT é a redução, de dez para três anos, do prazo em que os novos donos das terras públicas ficarão impedidos de revendê-las. Segundo o texto, a regra só valerá para áreas superiores a 400 hectares. Para os pequenos posseiros, o prazo foi mantido em dez anos, como previa o texto original.

Ontem, após reunião com Lula, Minc disse que agora tem restrições ao texto aprovado: — Pode ser que alguns ministros peçam veto a alguns artigos. Ele (Lula) pode acatar ou não. A princípio, gostaríamos que o projeto fosse aprovado como saiu do governo. Houve alguns pontos que pioraram muito e temos que saber se é aceitável para o governo o desfiguramento (sic) de pontos importantes que constavam do projeto original. Essa decisão não será tomada individualmente. (Catarina Alencastro e Bernardo Mello Franco).

O nome da crise – O Globo – Opinião – 05/06/2009

Não importa o destino do ministro Carlos Minc. Importa é como o Brasil conseguirá manejar com um tema fundamental para a Humanidade, o meio ambiente. Até hoje, o assunto tem sido malbaratado em Brasília, terra dos maniqueísmos, em que a preservação da natureza é colocada em oposição ao desenvolvimento e vice-versa. Trata-se de uma miopia que cobrará alto preço às gerações futuras: seja pela degradação em si do meio

ambiente ou pela inexistência de obras importantes de infraestrutura, como as de geração de energia, barradas pelo radicalismo de um dos lados na disputa, os ecomilitantes.

A experiência de Minc no ministério, fique ou não no governo, resume o impasse que existe no Brasil oficial diante do tema. Deputado estadual do PT, secretário de Meio Ambiente de Sérgio Cabral, animal político, acostumado a negociações, ele foi convocado por Lula para dar flexibilidade ao ministério, convertido em trincheira por Marina Silva. E, como toda trincheira, imóvel. Na gestão Marina um aspecto da vida real foi desconsiderado: é imperioso o país explorar seu potencial hidráulico — fonte limpa de energia. Que os projetos sejam executados com os devidos cuidados com o ambiente, mas que sejam realizados. Afinal, não construir as usinas no Madeira e em outros rios amazônicos significa "sujar" a matriz energética brasileira com o uso de carvão e/ou óleo. Boicotar hidrelétricas, pois, atenta contra o meio ambiente, uma relação difícil de ser vislumbrada pela cegueira do ecorradicalismo. A abertura ao diálogo do ministro, entretanto, parece ter sido confundida com sinal verde ao desvario. Portanto, tem razão Minc de reclamar contra jogadas de bastidores e outros golpes que recebe dentro do próprio governo, e no Congresso, por quem considera preservação ambiental modernismo e "coisa de ONG". Não é. Pode-se discutir qual a real responsabilidade do Homem no aumento da temperatura da Terra, mas não se pode contestar que se deve reduzir as emissões de CO2.

E o Brasil, por causa do desmatamento e queimadas na Amazônia e no Centro-Oeste, é um dos dez que mais contribuem para essas emissões no mundo. Mais: sem uma ação coordenada dentro do poder público, pois o combate a causas do problema depende dele — da vigilância dos assentamentos do Incra ao controle do avanço da pecuária sobre a floresta —, a tragédia ambiental continuará.

Carlos Minc subiu a voz contra ministros e parlamentares talvez por ter percebido o isolamento político que vive em Brasília. O chefe, presidente Lula, parece executar nas conversas privadas de gabinete a mesma coreografia encenada nos palcos e auditórios, onde fala aquilo que plateias e interlocutores querem ouvir. Minc já deve ter achado que recebia apoio incondicional de Lula, e percebido depois que o mesmo é dito a todos. Inclusive a quem se lixa para o meio ambiente. Ontem, saiu animado de uma conversa com Lula. A ver. Como analisou um ex-ocupante da cadeira de Minc, Gustavo Krause, ministro de FH entre 1995 e 98: o meio ambiente é uma questão central para a Humanidade e periférica para os governos brasileiros. E assim o tema fica sobre os ombros de uma pessoa apenas, o ministro. Todos os demais não dão bola para o assunto, quando o desenvolvimento sustentado deveria ser responsabilidade de Estado. A crise em torno de Minc se refere a algo mais importante que o futuro de um ministro.

Tem a ver se o Estado brasileiro entende mesmo o que significa meio ambiente. Tudo indica que até hoje não entendeu do que se trata.

Lula, Minc e nós? – Israel Klabin – O Globo – Opinião – 05/06/2009

Ilustre presidente Lula, respeitosos cumprimentos. Há poucos dias tive a honrosa missão de, juntamente com a minha família, recebê-lo em Monte Alegre, no Paraná, onde através dos tempos plantamos e replantamos mais de 500 mil hectares de florestas e recuperação de áreas degradadas.

Os nossos antepassados, a minha geração e as que se seguiram demoraram 110 anos para levar avante esse feito e Vossa Excelência nos deu a subida honra de se congratular conosco através da sua presença no seio das nossas florestas.

Por outro lado, derrubar árvores demora poucos minutos, no máximo poucas horas. Será que isso é sábio? As florestas tropicais, entre as quais a nossa Amazônia, brotaram por generosidade do Senhor há mais de 10 mil anos logo após a última era glacial.

Nos últimos trinta anos foram derrubados mais de 600.000km2 da Floresta Amazônica por obra e desgraça da ação predatória do homem.

Será que isso é sábio? O Brasil, como de tentordas maiores reservas florestais do planeta e com imenso território a ser cultivado e explorado de forma sustentável, poderia vir a ser o beneficiário de imensos recursos financeiros que hoje, em termos universais, procura encontrar mecanismos para a preservação de florestas e utilização sustentável do uso da terra.

No entanto, a diplomacia brasileira e os negociadores nas conferências internacionais relativas às mudanças climáticas têm ignorado a prioridade que deve ser dada à implementação das convenções internacionais no que tange ao uso da terra, bem como aos recursos que poderiam advir do desmatamento evitado da Floresta Amazônica.

Será que isso é sábio? Sabemos que nos últimos anos a maior parte da depredação e devastação da Amazônia ocorreu na fronteira sul da floresta através da expansão da fronteira agrícola feita por grandes proprietários de terra facilitados pela abertura de estradas predatórias como a famigerada BR-163 e pela concessão indiscriminada de créditos facilitadores da destruição florestal.

Por outro lado, na fronteira leste, sobretudo no estado do Pará, a devastação florestal foi acelerada essencialmente pelo péssimo conceito de uma reforma agrária sem substância agrícola. Os assentamentos simplesmente devastavam a floresta pela absoluta falta de assistência técnica, creditícia e educacional que os fixassem à terra.

Como única fonte de renda possível, ali estavam as árvores que após a sua derrubada forçavam esses pobres assentados a se deslocarem para outras áreas ainda florestadas, pela diminuição da fertilidade do solo, após dois anos de uso.

Será que isso é sábio? Senhor presidente, por favor, segura o Minc próximo ao senhor, pois ele, além de ser uma boa companhia, dá credibilidade ao governo.

Afirmamos que ele está defendendo as teses corretas procurando que o desenvolvimento necessário seja feito ao menor custo ambiental possível.

Isso, sim, seria sábio.

Presidente, segure o ministro, pois ele dá credibilidade ao governo

Minc promete não mais brigar com ministros e Lula desiste de demiti-lo – João Domingues - Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2009

Depois de ouvir do ministro ministro Carlos Minc a promessa de que não mais se envolverá pelos meios de comunicação em brigas com os colegas, a exemplo do que ocorreu com Alfredo Nascimento (Transportes), Reinhold Stephanes (Agricultura) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desistiu de substituir o titular do Meio Ambiente. De acordo com informação de auxiliares de Lula, o presidente considera que Minc está, de fato, enquadrado, como o próprio ministro admitiu de público anteontem. Matéria de João Domingos, do **O Estado de S.Paulo**, 06/06/2009.

Dentro do governo há um alívio com o fato de Minc ter prometido parar com as brigas e os ataques públicos a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. Uma substituição de Minc a cinco meses da Conferência de Copenhague (marcada 7 a 18 de dezembro, na capital da Dinamarca) seria um desastre. Não só porque mostraria instabilidade na área ambiental do país que tem a maior floresta equatorial do planeta, mas porque o ministro é ligado aos ambientalistas de países escandinavos e da Alemanha, todos potenciais aliados da preservação da Amazônia – a Noruega, por exemplo, já doou U$ 100 milhões para o Fundo Amazônia e promete chegar a US$ 1 bilhão.

O encontro de Copenhague é considerado o mais importante da história recente, pois tem por objetivo estabelecer o tratado que substituirá o Protocolo de Kyoto, vigente de 2008 a 2012, que trata das questões climáticas e ambientais. Nos debates deverão aflorar os impasses entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento em torno das metas para a redução de emissões de gases do efeito estufa e os recentes estudos científicos sobre o aquecimento global. No governo ninguém domina mais o tema do que Minc.

Se ele admitiu, de público, que foi enquadrado por Lula, o presidente também aceitou o fato de que não tem como controlar o ímpeto midiático de seu ministro. Numa conversa com jornalistas, há dois meses, Lula disse que Minc conseguiu superá-lo na quantidade de aparições públicas e declarações. E, entre os auxiliares do Planalto, comentou que o ministro é capaz de se levantar à noite para tomar água e, ao abrir a porta da geladeira e ver a luzinha acesa, dar uma entrevista, pensando que é um holofote.

Lula, que ontem esteve com Minc na Bahia (leia texto abaixo), recomendou a ele que, se quer brigar, continue o enfrentamento com os ruralistas e com os grileiros, mas deixe os integrantes do governo de fora. E lhe disse que não tem lógica passar uma semana num bate-boca pelos meios de comunicação com um subordinado do ministro dos Transportes – o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), José Luiz Pagot. Minc disse que Pagot atacava no Congresso a legislação ambiental; o diretor do DNIT respondeu que Minc atrapalhava o progresso do País.

Ainda conforme informação de auxiliares do Planalto, Lula acha útil Minc marcar uma posição a favor da defesa do meio ambiente, porque o outro lado, o do agronegócio e dos ruralistas, também luta por suas posições.
Bate-bocas já aconteceram e não atrapalharam o diálogo, a exemplo do que houve com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, hoje amigo de Minc e adepto de programas de preservação. Há um ano o ministro disse que o governador desmataria até os Andes para plantar soja.
O mesmo tem ocorrido com a senadora Kátia Abreu (DEM-TO). Minc e ela vivem num eterno bate-boca. Ao mesmo tempo, porém, têm diálogos frequentes. Minc costuma lembrar que já teve três encontros com Kátia e até ganhou presentes dela.
Mas Lula mantém uma queixa a respeito de Minc. Acha-o sincero demais. Não era para ele levar uma enquadrada e contar o fato para o primeiro jornalista que encontrasse.

Kátia Abreu e Indústria de Carne vão processar Greenpeace por "mentiras"- Eduardo Fadel e Guilhere Scarance - Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2009

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carnes (Abiec) anunciaram ontem que vão processar a organização ambientalista Greenpeace por danos morais e materiais, por causa do relatório divulgado no início do mês que acusa os criadores de gado da Amazônia de serem os principais responsáveis pelo desmatamento mundial.
"Não vamos mais tolerar que essa ONG minta sobre o que o setor produtivo está fazendo no Brasil", afirmou a presidente da confederação, senadora Kátia Abreu (DEM-TO). Ela foi uma das participantes do encontro que o PSDB realizou ontem em Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, para discutir a agricultura e o agronegócio no País.
"O Greenpeace vem com ataques falsos, mentirosos, alegações levianas, colocando em risco até a imagem do Brasil", disse o presidente da Abiec e diretor-geral da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Gianetti da Fonseca. Ele acentuou que é ambientalista de longa data e ficou indignado com o relatório, "que agride moralmente o País."
"O Greenpeace, ao invés de conversar de maneira racional, mente de forma descarada", acusou. Para o presidente da Abiec, a ONG pretende "inibir" a exportação de carne do País.

Ambientalistas elegem parlamentares "amigos" e "inimigos"da Amazônia – Estado de São Paulo – Nacional – 06/06/2009

Em reação às sucessivas derrotas no Congresso, ambientalistas de quatro organizações não-governamentais e o MST fizeram uma eleição simbólica para escolher parlamentares amigos e inimigos da Amazônia. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que já havia sido eleita miss desmatamento pelo Greenpeace, encabeçou a lista dos "inimigos", formada por nove parlamentares. A senadora Marina Silva (PT-AC), ex-ministra do Meio Ambiente, apareceu na relação dos parlamentares "amigos" da Amazônia.

Ao anunciar os resultados, ambientalistas admitiram ter aberto espaço para ruralistas agirem no Congresso. Agora, diante das batalhas perdidas, prometem maior pressão. "Assistimos a um desmonte da legislação de proteção ao meio ambiente", avaliou Raul Silva Telles do Valle, do Instituto Socioambiental. "Tivemos pequenos avanços no Congresso, mas o setor produtivo reagiu pesado, recuperou o prejuízo. Mas agora retomamos nossa ação." Coordenadores da eleição, realizada pela Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, Greenpeace, Instituto Socioambiental, Imazon e MST, pretendem agora entregar os prêmios aos escolhidos.

Os parlamentares escolhidos como "inimigos" tiveram reações diferentes. "É a democracia. Todos têm liberdade para se expressar. Vou continuar meu trabalho no mesmo ritmo, de acordo com minhas convicções", disse Kátia. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) foi mais contundente. "Esse tipo de ação reducionista sobre o debate que se deveria ter sobre a Amazônia é meramente panfletária e gera apenas publicidade para algumas ONGs." "Essas ONGs, mantidas por recursos externos, estão a serviço de uma guerra comercial. Elas deveriam ser investigadas pela Polícia Federal, Ministério Público e Banco Central pelos desserviço que prestam ao Brasil e à Amazônia", reagiu Aldo Rebelo (PC do B-SP). "Defendo a região e não interesses alienígenas, como eles fazem", disse Asdrúbal Bentes (PMDB-PA).

Em novo ataque, senadora chama Minc de "alienado" – Folha de São Paulo – Brasil – 06/06/2009

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) voltou ontem a atacar o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente). Em Londrina (PR), onde se reuniu com produtoras rurais, a senadora disse que Minc é "alienado".

"Ele é alienado e não sabe que esses vigaristas [como Minc chamou os ruralistas] são responsáveis por um terço dos empregos e um terço da produção nacional", afirmou ela, que preside a CNA (Confederação Nacional da Agricultura).

A senadora ainda atacou o Greenpeace pelo relatório divulgado na última segunda-feira no qual responsabiliza a indústria do gado pelo desmate na Amazônia. Ela anunciou que a CNA e a Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes) irão processar a ONG por danos morais. O presidente da Abiec, Roberto Gianetti, disse que as informações são falsas.

Paulo Adário, diretor da campanha da Amazônia da ONG, afirmou que todos os dados utilizados na pesquisa vieram de documentos do governo. "O relatório é um alerta, não um libelo de acusação", disse.

Minc elogia "ecopresidente", que não o garante no cargo – Simone Iglesias – Folha de São Paulo- Brasil – 06/06/2009

Lula é evasivo quanto ao futuro do ministro, que voltou a fazer críticas a ruralistas

O presidente disse que vai reunir Minc e Stephanes (Agricultura) nos próximos dias para que eles possam resolver suas divergências

Apesar do clima de camaradagem entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Carlos Minc (Meio Ambiente), o ministro voltou a criticar os ruralistas, ontem na Bahia, no primeiro evento público em que ambos participam juntos depois da série de críticas públicas feitas pelo titular da pasta ambiental. Lula foi evasivo quanto ao futuro do ministro.

Em entrevista após evento pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, Lula foi questionado se Minc permanecerá no governo. Ele não disse que sim nem que não e ressaltou que não tem sentido ministro se enfrentar.

"Não tem nenhum sentido que haja briga entre dois ministros porque não é necessário. Se tem divergência, é colocada na mesa do presidente e a gente resolve", disse.

Lula afirmou que vai reunir Minc e o ministro Reinold Stephanes (Agricultura) nos próximos dias. "Quando um pai tem muitos filhos e o pai sai de casa os filhos fazem algazarra, brigam entre si. Eu pretendo reunir os filhos para que se coloquem de acordo", afirmou.

Dentro e fora do palanque, Minc riu das piadas de Lula e complementou frases do discurso do presidente. "Esse é meu presidente ecológico, meu ecopresidente", disse.

O ministro voltou a criticar os ruralistas. Ao discursar na frente de Lula disse: "O governo governa para o Brasil e não para a bancada ruralista".

Minc decidiu atacar outros ministros do governo, especialmente Stephanes e Alfredo

Nascimento (Transportes), depois de uma série de derrotas de sua pasta. Uma foi a redução, determinada por Lula, na taxa de compensação ambiental cobrada de empresas.

Carecas
Lula afirmou que os países ricos têm que pagar ao Brasil para ajudar na preservação da floresta e os chamou de "carecas" por não terem árvores. "Não podemos aceitar o discurso simplista deles [países ricos] que temos apenas que preservar. É preciso que os países ricos que já desmataram toda sua floresta comecem a pagar para que a gente preserve a nossa."
O presidente disse que só concebe política ambiental se ela possibilitar melhoria de vida para as pessoas mais pobres e o equilíbrio entre ambientalistas e empresários radicais.
Minc criticou o excesso de resorts no litoral. "Em muitas praias do Nordeste chega primeiro o resort, depois o campo de golfe e a tartaruga já está comendo bola de golfe achando que é ovo de gaivota. O pescador vira empregado do clube de golfe e depois toma um pé na bunda e vai virar favelado porque perdeu a sua terra", disse.
O ministro disse ainda que vai sugerir a Lula que vete parte da medida provisória que regulariza terras públicas na Amazônia Legal. Segundo ele, a proposta enviada pelo Executivo ao Congresso foi "desfigurada".
"Antes dizia que era pessoa física [que poderia receber terras], e virou empresa. Antes, o sujeito tinha que morar no local, agora diz que pode morar em São Paulo e querer uma terra na Amazônia", afirmou.

Mudança climática, decisão já! – Fernando Henrique Cardoso – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 07/06/2009

Aprofundidade da crise financeira global foi tão grande que tem sido quase imperativo concentrar as atenções em suas consequências. Mas há crises mais sérias e de consequências mais duradouras. Tudo somado, a economia brasileira está se saindo melhor em comparação não só com os países ricos, mas também com os emergentes. O mesmo não se pode dizer sobre a crise prenunciada pelo aquecimento global: ainda são muito tímidas as medidas tomadas para contê-lo, seja no exterior, seja no Brasil.
Apesar dos esforços e do trabalho de muita gente na sociedade civil e no governo, ainda não se dá a atenção devida ao tema. José Goldemberg, Washington Novaes e Xico Graziano, nesta mesma coluna, não se cansam de advertir para a necessidade de o Brasil dispor de uma política ambiental consistente. E na Folha, Marina Silva, da mesma maneira, grita contra os desmatamentos, amazônicos e outros mais; assim como Fabio Feldmann, há anos, incentiva os Fóruns sobre Mudança Climática.
Mas nem mesmo a maioria das pessoas atua, no dia a dia, de modo consequente com a necessidade de preservar o ambiente para obter melhor qualidade de vida. Colaborar individualmente implica em novos hábitos de comportamento, que requerem muita determinação. A solução mais simples é responsabilizar os governos ou “os outros”. E os

governos em matéria ambiental, em geral, se movem lentamente, postergando decisões ou sendo complacentes com interesses contrários ao que proclamam.
Escrevo isso sob o impacto de dois encontros de que participei recentemente. Um, em Marrakesh, no Marrocos, na reunião de um grupo criado por Nelson Mandela, os Elders (os Veteranos em tradução benevolente), composto por pessoas como Jimmy Carter, Kofi Annan, Gro Brutland, Mary Robinson e mais meia dúzia de líderes que deram sua contribuição nacional e ora se ocupam de problemas globais.
Esse grupo cuida de interferir em áreas de tensão política para criar condições que levem à reconciliação. Mas os grandes desafios mundiais, como as questões climáticas, não são alheios a suas preocupações e atividades. Com o incentivo de Gro Brutland (que foi coordenadora do informe da ONU sobre Um Futuro Comum, no qual se difundiu a noção de desenvolvimento sustentável), os Elders insistem na urgência de se efetivarem políticas que reduzam o aquecimento global.
Não foi outra a pregação recente de Bill Clinton em sua estada em São Paulo. Com senso de estadista, Clinton proclama que a hora é agora: na reunião que haverá em Copenhague em dezembro próximo deverá ser aprovado um documento que complementará a Convenção do Clima. Espera-se que o novo documento represente uma evolução em relação ao Acordo de Kyoto, que prevê mecanismos para reduzir as emissões de gases de estufa.
Esses gases formam uma película que envolve o planeta e impede a dispersão do calor gerado pela atividade humana. A anterior posição dos países em desenvolvimento era a de que, sendo dos países desenvolvidos a "responsabilidade histórica" pelo efeito estufa, eles deveriam reduzir as emissões que o ocasionam e que têm como fonte geradora principal a energia produzida por combustíveis fósseis. Tudo isso é certo, mas com o crescimento das economias emergentes, especialmente China, Índia e Brasil, estes países agravam a situação.
O Brasil pode aceitar metas de redução da emissão dos gases de estufa mais facilmente do que a China e a Índia pela simples razão de que nossa matriz energética é mais limpa, utilizando fundamentalmente fonte hidráulica. A contribuição brasileira para o aumento das emissões de gases de estufa (como o CO2) decorre basicamente da queima das florestas e não primordialmente de emissões originadas pelas indústrias e pelos transportes. Sendo assim, por que o Brasil não assume uma posição mais audaciosa e aceita participar da redução vigorosa de emissões de gases de estufa, posto que dispõe de meios para reduzi-los sem comprometer seu crescimento econômico?
O tema é de vontade política. Se assumisse essa postura, o Brasil talvez levasse a China e a Índia a o acompanharem. Os Estados Unidos até hoje, a despeito das boas disposições de Obama, relutam em assumir metas de redução. Com uma posição brasileira mais radical na questão e, sobretudo, se China e Índia nos acompanhassem, teríamos cacife para, junto com a Europa, forçar os EUA a assumir compromissos maiores.
Deveríamos adotar a posição aparentemente radical, mas salvadora, da meta de desmatamento zero, pois não se trata apenas de queimar menos árvores, mas de derrubá-las

menos, dado o efeito positivo que as florestas exercem sobre o clima. Para que essa meta não venha a ser considerada instrumento contrário ao desenvolvimento econômico, o governo deveria fixar um zoneamento agro-pastoril transparente. Temos abundância de terras aráveis e de pastoreio cujo uso é suficiente para o plantio da cana e da soja e para a criação de gado sem ameaçar a Amazônia, o Pantanal ou os demais biomas.
Colocar a questão em termos de oposição entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental é mera cortina de fumaça, seja para continuar a desmatar sem cautela, seja para travar uma luta "pseudo-progressista" contra a agricultura. Por outro lado, é um despropósito proclamar que o plantio da soja ou da cana necessariamente se dá em prejuízo da alimentação humana e do meio ambiente.
O plantio da cana para produzir etanol, respeitado o zoneamento ecológico, permite substituir petróleo e, portanto, reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O importante é não desmatar onde não se deve e cultivar a terra de modo adequado. O certo é que não haverá desenvolvimento algum no futuro se continuarmos a agir predatoriamente, pois o aquecimento global se encarregará de transformar áreas chuvosas em desertos e fará inundações onde antes isso nunca ocorreu. A hora das decisões é agora, em Copenhague.

Lula e a MP da Grilagem – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 07/06/2009

Grileiros e outros espertalhões poderão apropriar-se de milhões de hectares de terras públicas, a custo muito baixo ou até sem custo, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vetar os artigos mais nocivos da Medida Provisória (MP) 458. Essa MP, aprovada na quarta-feira pelo Senado, foi editada com o objetivo oficial de promover a regularização fundiária na Amazônia. Deveria facilitar a legalização da posse de 67,4 milhões de hectares, avaliados em cerca de R$ 70 bilhões. Falhas foram apontadas já no texto original, por facilitar a venda sem licitação de áreas de até 1.500 hectares. Para início de conversa, que tipo de "posseiro" tem capacidade econômica para ocupar produtivamente um terreno dessa extensão?

O projeto poderia ser bem intencionado. A regularização de cerca de 400 mil posses facilitaria a formulação e a execução de políticas de desenvolvimento econômico e de preservação ambiental para uma ampla região. Mas era cheio de falhas e deixava espaço para a ação de especuladores e grileiros sem o mínimo interesse na solução combinada de graves problemas sociais, econômicos e ambientais da Região Amazônica.

A discussão aberta desde o início da tramitação da MP no Congresso foi politicamente inútil. Parlamentares conseguiram piorar o projeto, ampliando o espaço para vários tipos de distorções. O documento finalmente aprovado, e agora dependente da sanção presidencial, é uma versão disforme de um texto original defeituoso. Pelo menos nisso, nenhuma novidade. Congressistas brasileiros são conhecidos por seu talento para estragar bons

projetos e piorar mesmo os textos muito ruins.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e sua antecessora, a senadora Marina Silva, apontaram alguns defeitos muito graves no documento aprovado pelos congressistas, todos derivados de emendas.

Pelo texto aprovado, poderão requerer posse legal pessoas não residentes no município onde se localiza a terra sujeita a regularização. Segundo a senadora Marina Silva, o benefício deveria ser limitado a ocupantes diretos de cada área e sem possibilidade de extensão a pessoas jurídicas. A autorização para pessoas jurídicas participarem do processo também foi acrescentada ao texto por meio de emenda parlamentar.

Segundo a MP original, ocupantes beneficiados com a posse legalizada poderiam vender as terras somente depois de dez anos. Pela versão aprovada, o prazo será reduzido para três anos, no caso das áreas grandes e médias. Com isso, a regularização da posse, por meio de vendas sem licitação, poderá tornar-se um excelente negócio para especuladores fundiários.

Se levar em conta as observações do ministro Carlos Minc e da ex-ministra Marina Silva, o presidente Lula poderá pelo menos eliminar alguns dos piores aspectos da MP convertida em lei. Para isso, teria de assumir uma posição mais clara a favor da conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, abandonando a inclinação, demonstrada até agora, a favor do primeiro objetivo. O veto aos piores artigos seria o primeiro passo para se retomar um tratamento sério do assunto. Depois disso ainda faltaria executar a tarefa imensamente complexa de legalizar 400 mil posses. Mesmo com uma base melhor que o texto sacramentado pelo Congresso, as autoridades terão muito trabalho para avaliar as pretensões dos candidatos à posse regularizada e para evitar fraudes.

As distorções criadas pelas emendas são claras. O presidente não teria de escolher entre opiniões de ambientalistas, invocadas pelo ministro do Meio Ambiente, e interesses defendidos por grupos de fazendeiros.

Se examinasse o assunto de acordo com essa perspectiva, correria o risco de equivocar-se. Não se trata, agora, de resolver conflitos entre ministros, mas de levar em conta o objetivo inicialmente atribuído à MP. Os próprios ministros, ao estabelecer alianças com diferentes grupos de interesses, fragmentam as ações do governo e dificultam a articulação de seus fins. Mas neste caso não parece haver margem para dúvida. Embora o texto original fosse mal formulado e desse espaço a alguns abusos, a intenção, deve-se presumir, não era beneficiar grileiros nem promover a especulação. Se a meta é levar a legalidade à Amazônia, para promover o desenvolvimento equilibrado, o presidente não deve ter dificuldade para decidir os vetos na hora de sancionar a lei.

Não se atropela o meio ambiente – Estado de São Paulo – Nacional – 07/06/2009

Ao longo de uma hora de entrevista ao Estado, na quinta-feira passada, ela repetiu sem parar uma palavra: diálogo. E emendava: "O Ministério do Meio Ambiente não é contra o desenvolvimento." Izabella Teixeira, secretária executiva da pasta do ministro Carlos Minc, faz profissão de fé na negociação, mas não aceita que o meio ambiente seja alvo de "atropelos" de quem não entende que o mundo está caminhando para um "capitalismo do carbono". Repele a ideia de que esteja fazendo política "entreguista", como criticam alguns militantes, e diz que há "diálogo em todos os pontos críticos".

Izabella é funcionária de carreira do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). É formada em biologia pela Universidade de Brasília (UnB), com doutorado em planejamento energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nas reuniões do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que coordena na ausência de Minc, não raro cobra pontualidade, celulares no modo silencioso e até o bom português - o que já lhe rendeu o apelido de "Dilma do Meio Ambiente".

Ela admite ser conhecida pelo prazer de uma boa briga, mas completa: "Só quando não é para perder." A seguir, os principais pontos da entrevista:

Recentemente foram feitas mudanças em textos de medidas provisórias relacionadas a temas importantes para o Ministério do Meio Ambiente: análise ambiental e regularização fundiária na Amazônia Legal. Ao mesmo tempo, há a apresentação da proposta de um novo Código Ambiental. Que ofensiva é essa?

Está havendo um movimento mais conservador. Acho apropriado que na sociedade democrática segmentos insatisfeitos manifestem sua opinião. O que acho pouco produtivo é não ter mesa para o diálogo. Tal comportamento é profundamente desalinhado com o momento atual, em que o Brasil consolida seu papel estratégico no debate da questão ambiental. E, principalmente, em um momento que o planeta todo discute um novo modelo de economia, um modelo que chamo de capitalismo de dois "cês": capitalismo do carbono. O que impressiona é que, diante desse quadro, pessoas queiram discutir meio ambiente como algo restritivo ao desenvolvimento. Acho esse debate extremamente extemporâneo, um discurso de 30 anos atrás. Mas no caso do Código Florestal, por exemplo, estamos discutindo floresta ou ocupação da terra para uso agrícola? Qual é o foco?

Na sua avaliação, qual é o foco?

O Brasil tem mais de 40 milhões de hectares de área degradada. Mesmo assim, há a

tendência de se discutir a necessidade de terra para a produção agrícola. A pergunta que se faz é: o Código Florestal é tão restritivo assim? As leis ambientais são tão restritivas assim? Ou a abordagem política de incremento da produtividade agrícola e de novas áreas da agricultura precisam ser mais bem debatidas com a sociedade? Estamos abertos ao diálogo. O que não dá é a gente tomar conhecimento de propostas quando estão consolidadas.Temos de saber lidar com as diferenças, ter uma maturidade, uma serenidade no diálogo, com vistas à construção de uma saída sustentável.

É o caso do Código Ambiental?

Há um movimento no Congresso que entende que, para avançarmos na área de meio ambiente, é preciso criar um código ambiental que simplifique e elimine conquistas que a sociedade brasileira estabeleceu. A sensação que se tem é de que nós, do meio ambiente, legislamos sozinhos. Pelo que sei, todas as leis ambientais foram aprovadas pelo Congresso. E o Congresso foi eleito pelo povo. A bancada ruralista está ganhando expressão, tem importância política, econômica e social, mas deve haver diálogo.

A bancada ruralista diz que há exageros na legislação em vigor.

Não é mudando lei de cima para baixo que se vai avançar numa situação. É possível fazer correções, mas o meio ambiente não é uma questão que se atropela. Licenças ambientais não são meras autorizações.

Com quem o diálogo é travado?

Tenho agenda de trabalho setorial que envolve o Ministério de Minas e Energia, o setor de petróleo e gás. Naquilo que é competência do governo federal, não temos nenhuma pendência ambiental. Planos vêm sendo implementados e, quando não é possível, a licença é negada. No setor elétrico, há evoluções até significativas. Há perspectivas de simplificação do licenciamento, avaliações mais sólidas. Tudo com agenda e calendário.

Mas a direção do Departamento Nacional de infraestrutura de Transportes (DNIT), por exemplo, tem outra avaliação. Muita demora na avaliação dos pedidos.

Existem setores que também passam por processos de reestruturação, como o setor de transporte e o portuário. Se planejo desenvolvimento com a variável econômica, com a variável social, com a variável tecnológica, política, eu tenho de incorporar a variável ambiental. Não é correto, no meu entendimento, que tudo seja transferido para o Ibama, para o órgão ambiental. O órgão ambiental tem de fazer planejamento ambiental, tem de oferecer ao debate a sua visão dentro das suas políticas públicas de planejamento. Há uma demanda imensa de investimentos, o Brasil precisa melhorar sua infraestrutura. Ninguém é contra o desenvolvimento no Ministério do Meio Ambiente, mas ele tem de ocorrer em

bases sustentáveis.

Há algum problema de mentalidade sobre o tema no País?

Ainda está muito presente uma resistência extemporânea. Cultura de que meio ambiente é para ambientalistas ou para biodesagradáveis, como muitas vezes já ouvi na Esplanada dos Ministérios. Meio ambiente é uma variável, é parte da solução. A gente tem de ter uma visão mais pragmática, sentar à mesa. Ontem (quarta) aprovamos no Conama uma resolução que estabelece procedimentos simplificados de licenciamento ambiental para aquicultura. A resolução tramitava há 5 anos. Não havia consenso. Depois de negociação, de conversas, conciliações, conseguimos aprovar o projeto. Por unanimidade.

A infraestrutura no serviço de licenciamento é ruim?

A gente está precisando de um INSS ambiental. Aposentar-se sempre foi um problema. Simplificaram os procedimentos, informatizaram tudo. Quem disse que não há como fazer procedimento simplificado para averbação de reserva legal? Tenho de ficar presa a uma burocracia no escritório do Ibama? Quem disse? Numa época em que se tem tecnologia da informação? É preciso sentar e discutir o custo desse modelo e não ficar discutindo se é legal ou se não é legal averbar reserva legal, se é viável ou inviável diminuir a reserva legal de 80%. Pelo amor de Deus! É mais fácil buscar solução.

E o que a senhora achou das propostas do Código Ambiental?

Um retrocesso. Não é assim que se avança. Acho que as pessoas não estão conseguindo buscar ou identificar melhores caminhos para o diálogo. Há coisas que são inconciliáveis. Como admito, por exemplo, que uma pessoa que descumpriu a lei seja anistiada? Uma coisa é a pessoa ter desmatado 50% da propriedade e, depois disso, a lei mudar e exigir preservação de 80% da área. Nesses casos, podemos procurar meios para que essa pessoa fique novamente em conformidade com a lei. Mas, se você tinha autorização para desmatar 50% e desmatou 100%, por que vou anistiar?

Quais são as alternativas?

Quando crio uma unidade de conservação, eu não estou engessando o desenvolvimento, estou dando opção de uso para aquela terra. Estou conservando a biodiversidade. Isso é uma opção de uso que a sociedade permitiu. Caso contrário, não haveria uma lei sobre o assunto. O resultado desse uso é outra discussão.

Qual?

Por que vou aos EUA, Canadá, Inglaterra, Noruega, visito parques unidades de conservação

e não consigo visitar no Brasil? Talvez porque no momento de implementar aqui tenha havido dificuldade, não tenha sido prioridade. Faça uma visita ao Parque Nacional do Iguaçu. Veja como funciona. E lembre que há 9 serviços de concessão do lado brasileiro e 60 no argentino, que rendem impostos, rendem trabalho. Há uma estrutura de turismo em torno daquele ativo ambiental, que é monumental. Como posso desenvolver turismo no Parque Lençóis Maranhenses, se na região do parque não há estrutura hoteleira... Chega um estrangeiro lá e não consegue passar um cartão de crédito porque não tem serviço implantado. Como vou socorrer um turista que teve um enfarte? Vou transportá-lo de jegue?

Os órgãos de licenciamento estão aptos a desempenhar os serviços?

Muitas vezes, o que poderia ser resolvido em 6 meses dura 2 anos. Tem culpado dos dois lados. Há termos de referência exagerados que orientam estudos ambientais, há insuficiência técnica, insuficiência de informação. Isso tem de acabar. Tem de ter objetivo, tem de ter clareza. Ao mesmo tempo, é preciso ter qualidade nos estudos ambientais entregues. Não adianta entregar estudo ambiental, se você coloca, por exemplo, a existência de leão marinho na bacia de Santos, como foi entregue. Está no Ibama. Foi tão "corta" e "cola", usando um programa de tradução, que inventaram uma espécie que não existe no Brasil.

É preciso ter licença ambiental para fazer tapa-buraco?

Não. Mas pergunta quantas rodovias federais têm licença ambiental.

A senhora imaginava enfrentar tantas resistências?

Nessa magnitude não. As divergências sempre existem. Mas a temperatura está muito alta. Há um passivo associado a situações específicas em determinados Estados e regiões, no próprio Ibama. A sensação é de que ninguém quer gastar, investir e ficar refém. As pessoas temem que passe a vigorar cultura mais ortodoxa em torno da questão ambiental.

Isso ocorre em que setores?

No setor agrícola, no de transportes. Todos os setores acham que isso é uma bobagem.

Entre os ambientalistas há a visão de que a gestão do ministro Minc é entreguista.

Não é verdade. É fácil dizer que é entreguista. E o oposto, o que é? É não fazer nada? Então a gente vai fazer o quê? O ambientalista que acha isso pega o notebook dele e sobe em cima da árvore na Amazônia, transmite a informação via satélite. Mas o notebook é feito do quê? De plástico. E vem do quê? Do petróleo. Esse ambientalista não pega avião? Como é que

ele vai para o aeroporto? Quando acende a luz na casa dele, de onde ele acha que vem aquela energia? Nós (no Ministério do Meio Ambiente) dizemos o que dá para fazer e o que não dá para fazer. Com toda a objetividade. Assuntos não são engavetados, essa é a diferença. Na minha mesa não tem nenhum assunto parado. Não é uma mesa com pilhas ou com gavetas. Falar que é entreguismo é não querer ter uma agenda de movimento sustentável. Falar que há um conservadorismo é também ter uma visão muito extemporânea da questão ambiental, absolutamente inaceitável para um país como o Brasil.

Diante das críticas e pressões, fazer o quê?

Do ponto de vista executivo, avançar no diálogo em todos os pontos mais críticos. Ter também um papel mais articulado, com presença maior no Congresso, com ações setoriais. Debate político sem a solidez técnica é balão de ensaio. É possível não ter licença prévia para operação de tapa buracos? Claro que é possível. Mas isso é diferente de ser dispensado de licenciamento ambiental. É possível simplificar pavimentação de rodovias de baixo impacto ambiental. Vamos discutir a pavimentação de rodovias como a BR-163 sem estudos ambientais? Se essa é a escolha da sociedade! Depois, então, o Ministério dos Transportes virá a público, todos os meses, para explicar o aumento do desmatamento na Amazônia. Por que o Ministério do Meio Ambiente justifica, todo o mês, os índices de desmatamento? Até onde eu sei, o ministério não tem nenhuma política que fomenta o desmatamento. Isso faz parte da incoerência, das coisas pitorescas com que trabalhamos para avançar e conciliar.

A Igreja Católica ante o aquecimento global Pedro Luiz Stringhini e Roberto Mazvezzi – Folha de São Paulo – Opinião – 07/06/2009

JESUS ENSINOU seus discípulos a ler "os sinais dos tempos". Não é o olhar de um cientista sobre a realidade, embora ele também seja essencial. Nesse caso, "sinais dos tempos" é uma categoria teológica que nos ajuda a interpretar como Deus se manifesta diante dos acontecimentos da história. Hoje, literalmente, temos que olhar os sinais dos tempos.

Entre tantas mudanças que acontecem na humanidade e no planeta que habitamos, uma parece mais desafiadora que todas as outras: o aquecimento global. Provocado pela emissão de gases na atmosfera, resultado da ação humana sobre a natureza, a própria Terra parece não dar conta de equilibrar os gases que mantém sua temperatura em níveis apropriados para a existência da vida.

Segundo grande parte dos cientistas, a Terra se comporta como um ser vivo e está num processo de aquecimento, com consequências gravíssimas e irreversíveis para a humanidade e toda a comunidade de vida que a habita. A previsão de que a Terra pode aquecer entre 2º e 6º assusta a comunidade científica e todos aqueles que têm acesso a essas informações.

Muda o clima, o regime das chuvas, surgem fenômenos extremos, dificultando a produção de alimentos, o acesso à água potável, forçando migrações, aumentando as doenças, pondo em risco a vida de bilhões de pessoas em todo o planeta.
Por ter grande parte de seu território em zona tropical, o Brasil sofrerá mais que países distantes da linha do Equador. Fala-se em desertificação no semiárido e savanização da Amazônia. Hoje já vemos fenômenos extremos, como furacões em Santa Catarina, seca no Rio Grande do Sul e Amazônia, enchentes diluvianas no território nordestino.
Esses fenômenos trazem gigantescos prejuízos econômicos e, sobretudo, sofrimento inominável para suas vítimas, inclusive com mortes. Fala-se em 300 milhões de afetados por ano no mundo, com 300 mil mortes.
Como sempre, as piores consequências recaem sobre os mais pobres.
Os cientistas são cautelosos, preferem aguardar longos períodos históricos para emitir uma opinião conclusiva sobre as causas desses fenômenos e se sua origem é realmente o aquecimento global.
Entretanto, tantos fatos inéditos acontecendo ao mesmo tempo nos dizem que a natureza está em mudança.
Quais serão exatamente as consequências é impossível antecipar. O que podemos antecipar é a mudança no comportamento humano para evitar a pior das tragédias humanas.
O Brasil é um dos grandes contribuintes para o aquecimento global.
Não são nossos carros ou a queima de combustíveis fósseis que geram essa enorme contribuição. Cerca de 75% de nossas emissões resultam da queima e derrubada de florestas. Por essa prática nefasta, o Brasil se torna o quarto maior poluidor mundial.
Enquanto pesquisas indicam que 93% dos brasileiros são contra a queima e a derrubada de nossas florestas, o processo destrutivo continua, não só ilegalmente, mas com mudanças na legislação ambiental para facilitar o processo predador.
Causam inquietação as medidas provisórias 458 e 452, além da proposta de mudança no Código Florestal. É de absoluta responsabilidade das autoridades evitar que essa tragédia seja legalmente ampliada. Preservar nossas florestas em pé, com meta política de desmatamento zero, é um bem inestimável para o povo brasileiro e uma generosa e viável contribuição para toda a humanidade.
Trata-se de uma responsabilidade global, não apenas brasileira. Buscar novas fontes de energia, evitar a queima e derrubada das florestas que restam, modificar hábitos cotidianos para poupar água e energia, implementar transporte coletivo seguro e cultivar valores de consumo responsável são desafios de toda a humanidade, mas que se revestem de uma exigência particular para os cristãos. Porém, precisamos de todas as religiões, todas as ciências, todas as pessoas de boa vontade.
Por isso, entre os dias 8 a 10 de junho, a CNBB, ao lado de outros parceiros, inclusive internacionais, como a Misereor, realiza em Brasília um simpósio para debater o tema e contribuir no processo de conscientização e práticas que inspiram a luta mundial contra o aquecimento global. Os cristãos o fazem por sua crença no Deus da vida, que entregou a criação para que dela cuidássemos, como jardineiros do jardim que é o planeta Terra.

D. PEDRO LUIZ STRINGHINI é bispo auxiliar da arquidiocese de São Paulo e presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Paz, da Justiça e da Caridade - CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). **ROBERTO MALVEZZI**, formado em filosofia e teologia, é membro da equipe de Terra, Água e Meio Ambiente do Conselho Episcopal Latinoamericano (Celam).

Um golpe amazônico – Janio de Freitas – Folha de São Paulo – Brasil – 07/06/2009

UMA INOVAÇÃO explosiva está, a partir de agora, à espera de que Lula se decida a dar-lhe o jamegão presidencial definitivo ou, em um rompante de consciência acima da política, só o faça depois de vetar as partes mais monstruosas dessa mistura de medida provisória e alterações de congressistas. A sanção integral será como o primeiro grande passo legal para futuro confronto de iniciativa internacional, e talvez bélica, contra o Brasil.
A Amazônia é o ponto fraco do Brasil no trançado das geopolíticas dos países ocidentais, cada vez mais influenciadas pela noção, de sociedades e governos, de que é necessário à humanidade preservar no planeta o que o homem ainda não arruinou. O desmatamento da Amazônia, as emissões de suas queimadas e as consequências planetárias desse processo têm hoje presença inevitável nos meios de comunicação, debates e edições científicas sobre alterações climáticas, escassez da água e relação entre ambiente e doenças.
É essa Amazônia que a MP da Presidência aprovada com agravantes pela Câmara e, na quarta-feira, pelo Senado, pretende entregar à cor- rosão ainda maior que a já vista.
Nascida da sugestão de se regularizar as ocupações feitas por milhares de pequenos produtores, a MP transfigurou-a em um sistema de doações e venda a preço apenas simbólico de áreas gigantescas. Ao que a Câmara e o Senado acrescentaram, entre outros golpes de foice, o aumento das áreas e a inclusão de empresas como compradoras ou receptoras de doação do governo.
Hectare para lá, hectare para cá, o texto esperto distrai do fato de que um hectare equivale a dez mil metros quadrados. E as doações e vendas a preços simbólicos referem-se a milhares de hectares, que por sua vez significam milhões de metros quadrados. Desde R$ 1 por hectare, ou R$ 1 por dez mil metros quadrados de Amazônia. Com três anos de carência e direito de venda três anos depois da compra, ou seja, quando deve começar o pagamento estendido a prazos de 20 a 30 anos.
Condição única para receber esse presente das alturas: demonstrar que já estava na área antes de 2006. No país em que empreiteiras compram até a "vitória" para fazer um metrô e aumentos à vontade no preço, como a Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa em Salvador, que dificuldade haveria para adquirir testemunhas e demonstrações a granel? Até sem desembolso, com pagamento em uma lasca de uma vastidão de terra recebida ou comprada sem necessidade de pagamento, porque pode ser vendida antes de qualquer desembolso.
Com os atuais ocupantes da terra, está demonstrado que, de cada mil metros desmatados,

800 destinam-se à criação de gado. Árvores são derrubadas, a madeira é vendida, incêndios são provocados para extinguir o mato raso e as bases dos troncos cortados -e a Amazônia vira pasto. Criação a custo tão baixo hoje, sob a regra das ocupações, quanto será amanhã, muito mais extensa, sob amparo da lei, se Lula sancionar o texto cuja responsabilidade divide com a Câmara e o Senado. Ainda mais extensa? Pois é, a área abrangida pela generosidade da MP/Congresso já foi comparada ao tamanho do Paraná.

Reaparecimentos
Dois de uma vez. Nelson Jobim, depois de interromper na Namíbia seu ilustre papel de negociador de armamentos e enrascar-se com informações precipitadas sobre o desastre do Air France, deu no pé para o Rio Grande do Sul e lá reapareceu para as tevês com o uniforme de soldadinho. Aquele de outras batalhas perdidas para os chargistas. E Gilmar Mendes, a voz incansável do Supremo Tribunal à revelia do Supremo Tribunal, em uma solenidade com advogados ressuscitou o lugar-comum que se pensava, com gratidão, sepultado para sempre: "do Oiapoque ao Chuí". Nem ao menos foi do Oiapoque a Chuí.

Evento com Minc gera novos atritos – Estado de São Paulo – Nacional – 09/06/2009

A pressão de ministros e colaboradores do governo ligados ao agronegócio poderá fazer com que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cancele viagem programada para Alta Floresta (MT), no dia 19. Está marcado para esse dia o início de um grande mutirão nas 43 cidades que mais desmataram a Floresta Amazônica nos últimos anos. A região, chamada Arco Verde-Terra Legal, foi o local escolhido para o governo iniciar o processo de legalização das terras ocupadas irregularmente na Amazônia.

Segundo auxiliares do presidente, mais uma viagem de Lula com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, poderia ser vista como excessiva proteção ao auxiliar. Nos últimos 15 dias, Minc se envolveu em bate-bocas com ruralistas e três ministros, levou uma advertência do presidente, mas não parou de falar - ao contrário, a cada contato com Lula, proclama que está mais e mais fortalecido.

Como Lula tem entre os componentes de sua base de apoio no Congresso defensores do agronegócio - cuja importância é reconhecida pelo presidente, por ser um dos mais eficientes do mundo e garantir boa parte do superávit da balança comercial -, estes lhe têm dito que carregar Minc para lá e para cá é arrumar mais confusão.

Como Lula quer que as brigas acabem, até agora não confirmou a ida a Alta Floresta. O adiamento da decisão é visto como um recado para que Minc pare de propagandear um

suposto e exagerado prestígio que teria com o presidente. Não significa que corra o risco de ser demitido, mas simboliza, para os auxiliares, que Lula não o protege.

O mutirão Arco Verde-Terra Legal envolverá grande parte do governo e será feito simultaneamente em Alta Floresta, Marabá e Porto Velho. Em todas elas haverá ações da Casa Civil, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Previdência, Direitos Humanos, Cidades, Trabalho e Defesa, além da presença de integrantes do Banco do Brasil, Banco da Amazônia (Basa), BNDES e Sebrae. Os bancos oficiais vão oferecer créditos para pequenas e microempresas que desejarem diversificar sua área de atuação. O Sebrae dará o suporte técnico.

A Bolsa Grilagem – Zuenir Ventura - O Globo – Opinião – 10/06/2009

Na hora em que até a China busca um modelo de desenvolvimento mais sustentável, que polua menos, e que os EUA de Obama, revertendo decisões insensatas do governo Bush, procuram diminuir a emissão de poluentes, o governo Lula emite sinais de que está na contramão, a começar pelo seu último discurso, culpando os países ricos. "Eles não podem querer que nós preservemos para eles poderem respirar", afirmou, como se um ar irrespirável não fizesse mal aos pobres também. Usando um argumento ultrapassado, ele acrescentou que essas nações, depois de devastarem suas florestas, exigem que mantenhamos de pé as nossas. É verdade. Mas o fato de terem feito isso no passado não significa que devamos seguir o exemplo que provou estar errado. O presidente acha que precisa cuidar da Amazônia, mas também das "25 milhões de pessoas que moram lá e que querem ter carro e geladeira". Será essa a prioridade daquela população? Além do equívoco das palavras, há o dos fatos, como a Medida Provisória 458, que já foi aprovada no Senado e que é uma espécie de "Bolsa Grilagem" para legalizar a ilegalidade. A MP, cujo objetivo original era regularizar a posse fundiária, acabou desfigurada por emendas que, em vez de favorecer os posseiros, beneficiam os grileiros. Assim como está, permite que quem ocupou 1.500 hectares antes de 2004 possa comprar as terras sem licitação e pagá-las em 30 anos, com três de carência, ao fim dos quais pode revendê-las. Não importa que estejam ocupadas por um preposto ou uma empresa.

Posto que a MP depende ainda da sanção presidencial, Lula terá a chance de impedir "as brechas criadas para anistiar aqueles que cometeram o crime de apropriação de grandes extensões de terras públicas", conforme o apelo que lhe fez em carta-aberta a senadora Marina Silva. "Está em suas mãos evitar um grande erro", afirmou a exministra, evocando a memória de vários de seus companheiros que,"regaram a terra da Amazônia com o seu próprio sangue".

Ela pede que o presidente vete parte de pelo menos três artigos da MP. Evitar erro nessa área, porém, não tem sido uma especialidade do governo Lula, capaz inclusive de

financiar via BNDES, com mais de U$ 2 bilhões, empresas pecuaristas que no geral são responsáveis por 80% do desmatamento da Amazônia. A decepção dos ambientalistas é proporcional à expectativa que tinham em relação a uma política ambiental que prometia ser a continuação, não o fim, do legado de Chico Mendes. Afinal, o líder seringueiro era amigo e correligionário de Lula, e foi com ele que o Brasil saiu na frente, inscrevendo a questão amazônica na agenda planetária, da qual estamos nos distanciando cada vez mais, justamente quando o planeta aprendeu que é possível e vital para sua sobrevivência conciliar progresso e preservação da natureza.

Lula afirma que vai vetar excessos da MP da Amazônia – João Domingues - Estado de São Paulo – Nacional – 11/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou ontem em entrevista à Reuters que vetará parte dos artigos incluídos pelo Congresso na medida provisória que legaliza as posses de até 1,5 mil hectares na Amazônia Legal. "O que vier em excesso, eu vou vetar", disse. Em um primeiro momento, setores do Planalto admitiram veto apenas ao artigo que legaliza terras para empresas.

Lula não disse quais serão os outros artigos da MP que poderão ser vetados, mas sofre pressão de ambientalistas e procuradores da República que atuam na Amazônia. Eles defendem a retirada do dispositivo que reduz de dez para três anos o prazo para que as posses sejam vendidas e do que permite a legalização mesmo quando a área estiver com um terceiro.

O presidente disse que o Brasil vai, sim, cuidar da Amazônia. E afirmou que o País tem a maior matriz de energia limpa do mundo. "Se você pegar o conjunto da nossa política energética, nós temos 45% de energia renovável contra 12% da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Se você pegar na área de energia elétrica só, você vai perceber que 85% da nossa matriz é limpa." Mas, segundo ele, isso não diminui, mas aumenta a responsabilidade do Brasil.

Para Lula, o Brasil precisa fazer com que a floresta amazônica seja uma vantagem comparativa nos produtos brasileiros, sem deixar de lado o desenvolvimento sustentável. "Os países ricos, que são os maiores emissores de gás de efeito estufa, precisam cumprir com suas partes", defendeu. "Ou seja, o que não dá para aceitar é que as pessoas que já estão andando de carro, que já tenham sua terceira televisão, já tenham sua terceira casa fiquem dizendo para os brasileiros: ?continuem pobres e não façam nada na floresta amazônica?."

Ele insistiu na tese de que os países ricos devem pagar pelo que já destruíram, fazendo com que o Brasil e outros países mantenham suas florestas. Para tanto, afirmou que está pensando na possibilidade de ir a Copenhague (Dinamarca), para tratar com os outros países desse tema. Na reunião de Copenhague, marcada para 12 a 17 de dezembro, será votada nova resolução para combater o aquecimento global e estabelecer metas de emissão de gás carbônico.

Lula, no entanto, não quis dizer quais metas de redução de emissão de gases de efeito estufa o Brasil poderá adotar. Pediu, antes, que outros países façam o mesmo. "É importante, se for para estabelecer meta, que os outros países também estabeleçam, cada país estabeleça."

Procuradores da Amazônia pedem veto a MP – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 11/06/2009

Trinta e quatro procuradores da República que atuam em seis dos nove Estados da Amazônia Legal encaminharam ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um ofício no qual pedem o veto a partes do texto da medida provisória 458, que trata da regularização fundiária na região e foi aprovada pelo Senado no último dia 3.
Para os signatários do documento, a MP tem "falhas insanáveis" que ameaçam "20 anos de trabalho do Ministério Público Federal na defesa da dignidade e dos direitos dos povos da região". Em caso de sanção integral, escreveram, "problemas jurídicos e conflitos sociais podem ser agravados".
Declarando-se "irresignados com o formato assumido pela MP", os procuradores afirmam que a nova regulamentação poderá levar ao "fortalecimento dos grileiros que ameaçam os territórios das populações tradicionais, se o presidente confirmar na íntegra o texto aprovado pelo Senado".

67 milhões de hectares
Se for sancionada, a MP permitirá a doação e a venda sem licitação de 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União na Amazônia -uma área superior à soma dos territórios da Bahia e de Santa Catarina.
Em nota divulgada no Dia Mundial do Meio Ambiente (5/6), 23 entidades ambientalistas brasileiras também criticaram o texto aprovado alegando que ele incentiva o "assalto ao patrimônio público, a concentração fundiária e o avanço do desmatamento ilegal".
No ofício a Lula, os procuradores lembram o caso da disputa por terras que levou ao

assassinato da missionária Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, em Anapu (PA). Se a MP estivesse em vigor à época, "os acusados pela morte de Dorothy teriam saído vitoriosos". "A área, de 1.500 hectares, foi disputada durante anos, até a morte da freira. Consumado o crime, como não havia nenhum dispositivo legal para favorecer os grileiros, a área foi transformada em um assentamento de trabalhadores rurais."
A **Folha** procurou a assessoria a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), relatora da MP no Senado. Até a conclusão desta edição, ninguém ligou de volta.

Presidente diz que vetará "o que vier em excesso"

Em entrevista à agência Reuters, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que vetará parte da lei da regularização de terras na Amazônia: "O que vier em excesso, eu vou vetar", disse o presidente, em trecho não incluído na íntegra distribuída pelo Planalto.
O presidente disse também que a intenção é preservar a proposta original do governo. Lula ainda não se reuniu com os ministros ligados à área para debater os vetos. A sanção da lei pode sair até o dia 19, quando começa o cadastramento das pessoas que ocuparam terras da União na Amazônia até dezembro de 2004. Elas poderão receber títulos de propriedade.
Ambientalistas defendem vetos aos dispositivos incluídos na Câmara e confirmados pelo Senado. Eles beneficiam empresas e pessoas que não moram nas posses. "Não tenho certeza de que o presidente vai vetar", disse o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) antes da entrevista de Lula.
Minc também defende que Lula vete o dispositivo que permite a venda dos terrenos acima de 400 módulos fiscais três anos após a regularização.
Mentor do programa de regularização fundiária, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) insiste em que a ideia original do governo foi preservada nas votações do projeto no Congresso e que não há risco de fraudes. Ele pretende levar ao presidente uma posição conjunta dos ministros.

ONG pede ao BNDES suspensão de contratos com 3 frigoríficos

O Greenpeace pediu ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) que suspenda os contratos de financiamento firmados com três frigoríficos estabelecidos na Amazônia acusados de desmatar e de comprar terras em que a floresta foi derrubada.
Para a ONG, as empresas não cumprem cláusulas ambientais firmadas. O BNDES disse que avaliará o pedido, mas não fixou prazo para responder ao Greenpeace.

Abin e PF fiscalizarão regularização de terras na Amazônia – Marta Salomom – Folha de São Paulo – Brasil – 11/06/2009

Antes mesmo de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolver se vetará ou não parte da lei de regularização fundiária, o governo anunciou ontem mecanismos para tentar impedir fraudes no processo, que envolverá 67,4 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia nos próximos três anos.

A área de inteligência do governo cruzará informações nos bancos de dados oficiais dos que pleitearem as terras. Além disso, agentes da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e da Polícia Federal farão entrevistas na região.

Os nomes dos interessados na regularização serão lançados na internet para que eventuais denúncias possam ser apuradas pela ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Não serão concedidos títulos em caso de suspeita de fraude ou de irregularidade. "Quem quiser montar esquema de laranja vai acabar preso", disse o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), em resposta à principal preocupação manifestada por ambientalistas, que temem que grileiros de terras públicas sejam beneficiados.

Aviões radares do Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia) vão monitorar o uso das áreas regularizadas. O trabalho de inteligência do governo será mantido após a entrega dos títulos para evitar um mercado informal das propriedades. "Há um conjunto de medidas que inibem em 100% as fraudes", afirmou Cassel.

Ontem, o ministro participou, ao lado do colega Carlos Minc (Meio Ambiente), do lançamento de três caravanas que vão percorrer 20 mil quilômetros, nos 43 municípios que mais desmatam a Amazônia, por onde vai começar o programa de regularização fundiária. O mutirão foi batizado de "Terra Legal".

"Empresas, grileiros, gente que mora longe [da Amazônia] e usa testa-de-ferro não são o objetivo da regularização", disse Minc. Ele voltou a defender o veto de parte da medida provisória que beneficia empresas e pessoas que não moram nas posses e as exploram de forma indireta. "Mas não tenho certeza de que o presidente vai vetar", disse. O ministro também criticou novamente os ruralistas, mas de uma forma mais branda: "São equivocados".

Além do benefício a empresas e a quem ocupa as terras de forma indireta, Minc defende o veto ao dispositivo que permite a venda dos terrenos acima de 400 módulos fiscais três anos após a regularização.

Ainda não tem data marcada a reunião de Lula com os ministros para debater se haverá vetos ou não. A sanção da lei deverá acontecer antes do dia 19, quando começam os trabalhos de cadastramento dos ocupantes de terras na Amazônia.

Lula avisa que vetará trechos da 'MP da Grilagem' – O Globo – O País – 11/06/2009

Pontos polêmicos, como a regularização e a venda de terras na região, devem ficar de fora

BRASÍLIA. O presidente Lula afirmou ontem à agência de notícias Reuters que vetará artigos da MP 458, que trata da regularização de 67 milhões de hectares de terras públicas ocupadas na Amazônia. O presidente não especificou que trechos vetará do projeto aprovado pelo Senado no último dia 3 de junho, mas avisou que derrubará os excessos da MP.

— O que vier em excesso (do Congresso) eu vou vetar — disse o presidente.

Os pontos mais polêmicos da medida, e que devem ser objeto do corte, são o que permite que empresas obtenham a titularidade de terras da União e o que dá prazo menor para que os posseiros de maiores parcelas de terra possam vendê-la, após a regularização.

Os dois pontos não constavam do texto original enviado pelo Executivo ao Congresso. Criticada fortemente por ambientalistas, a 458 foi classificada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, de "MP do fim da grilagem".

— Se o sujeito quiser fazer um esqueminha e colocar um laranja, esse laranja vai ser preso. O programa vai ser feito com a maior transparência possível, para que irregularidades apareçam. A 458 é a MP do fim da grilagem — disse.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que a regularização fundiária vai ajudar a combater a violência e o desmatamento na Amazônia: — Os ruralistas não estão com essa bola toda. Eles levaram uma surra no Parlamento, foram derrotados por 190 a 90 (votos). Eles conseguiram desfigurar alguns pontos e nós vamos pedir alguns vetos ao presidente Lula, sobretudo daqueles pontos que dificultam diferenciar o posseiro do grileiro

Progresso em área desmatada não é sustentável – Alexandre Gonçalves -Estado de São Paulo – Vida & - 12/06/2009

Os ganhos obtidos pelo desmatamento na Amazônia rapidamente desaparecem. Sobra apenas a pobreza que precedeu a exploração, mas sem os recursos da floresta que poderiam remediá-la. A conclusão é de um estudo publicado hoje na revista americana Science. Um grupo de pesquisadores analisou os indicadores de qualidade de vida de 286 municípios brasileiros na Amazônia e verificou que localidades com um processo de desmatamento em curso apresentam indicadores acima da média. Mas a prosperidade dura pouco. Municípios que devastaram suas florestas possuem índices semelhantes, do ponto de vista estatístico, ao de localidades onde as árvores ainda estão em pé. Os cientistas dividiram os municípios em sete grupos segundo a extensão do desmatamento. Depois, calcularam a média do índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal em cada

grupo. O IDH leva em conta variáveis como renda per capita, expectativa de vida e alfabetização.
As localidades com floresta intacta ou devastada possuíam, em média, IDH próximo a 0,6 (o índice varia de 0 a 1). Nos municípios com metade da cobertura vegetal e atividade predatória em curso, o índice sobe a 0,7.
Antecedentes
Um estudo realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), em 2000, intitulado Amazônia sustentável: Limitações e oportunidades para o desenvolvimento rural, apontava para o ciclo enriquecimento-declínio na exploração das terras da Amazônia.
O relatório Avanço da Fronteira na Amazônia: do boom ao colapso, publicado em 2007 pelo Imazon, relaciona a evolução do IDH ao fenômeno do desmatamento e do consequente empobrecimento do solo. "Agora, também separamos cada uma das variáveis que compõem o IDH", explica a pesquisadora portuguesa Ana Rodrigues, principal autora do trabalho publicado na Science. "A variação dos índices de alfabetização, expectativa devida e renda per capita também seguiu o ciclo boom-declínio." Ana realizou a maior parte da pesquisa na Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Hoje, atua no Centro de Ecologia Funcional e Evolutiva em Montpellier (França).
Outra característica do novo estudo é a opção pela análise acurada da situação em cada município. "Adotamos uma perspectiva semelhante à do governo federal que analisa o desmatamento cidade por cidade e divulga listas dos municípios que mais derrubam", aponta Carlos Souza Jr., pesquisador do Imazon e coautor do artigo.
"As populações na Amazônia arcam com os custos da preservação e o mundo recebe de graça os benefícios", diz o brasileiro Bernardo Strassburg, que faz seu doutorado em economia ambiental na Universidade de East Anglia, no Reino Unido.

Minc e o cérebro – Melchiades Filho – Folha de São Paulo – Opinião – 12/06/2009

BRASÍLIA - Carlos Minc levou bronca de Lula, foi enquadrado por Dilma e ouviu até palavrão de colegas de governo. Mas o Planalto deve um enorme favor ao ministro por ter provocado tanta "algazarra".
Minc foi escolhido para substituir Marina Silva só porque topou o papel de carimbador expresso de obras de infraestrutura. Tem seguido o roteiro, aliás. As usinas de Jirau e Santo Antônio, por exemplo, receberam sinal verde apesar dos senões de técnicos do Ibama.
Daí a surpresa que causaram as "denúncias" do ministro do Meio Ambiente de derrotas em sua área, notadamente a medida provisória que regulariza a posse de terras na Amazônia.
Foi Lula, afinal, quem produziu a "MP da Grilagem". E foi a base governista na Câmara

que aprovou a redação final. Durante semanas, somente uma voz no PT se elevou contra a manobra: não a de Minc, mas a de Marina Silva.
Chegou-se a temer que os desabafos repentinos do ministro pudessem estragar o balanço do PAC. Exagero. Como embaraçar uma cerimônia que anuncia como "concluída" uma rodovia entregue à iniciativa privada, ainda que nenhum quilômetro tenha sido asfaltado? Dilma Rousseff nem piscou, claro, ladeada de reverentes companheiros da Esplanada, numa espécie de Santa Ceia do primeiro escalão.
Diminuído, Minc recuou. Disse que antes de tudo era um "homem do governo" e que havia opinado em nome de "amigos e eleitores".
Podia até ser. Mas o esperneio do ministro acabou jogando a crise no colo do Senado, só porque a "MP da Grilagem" lá tramitava naquele momento. Logo os senadores, que nem relaram no conteúdo do texto.
Se agora atender ao "apelo" do ministro e fizer algum ajuste no decreto, Lula sairá revigorado da confusão que armou. Se sancioná-lo sem vetos, a culpa será do agronegócio, do DEM, do Congresso... Marina defendia o ambiente com mais vigor, mas Minc lava mais verde.

Desenvolvimento insustentável - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 12/06/2009

Desmatamento e pecuária não trazem riquezas para Amazônia, comprova estudo

No momento em que fervem as discussões em Brasília sobre o uso e a ocupação da Amazônia, um novo estudo reforça a tese de que a dinâmica do desmatamento — a brutal conversão da floresta em campos para a agricultura e a pecuária — não se sustenta também do ponto de vista econômico, além do ambiental, gerando apenas 8% do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com os pesquisadores, a extração dos recursos naturais cria, inicialmente, uma frágil sensação de prosperidade para os municípios em torno da floresta, logo seguida por um forte declínio nos seus índices de desenvolvimento.

O estudo, publicado na revista "Science", sugere que esse processo — chamado de economia de expansão e contração ou, simplesmente, boom e colapso — seja substituído por incentivos financeiros e políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

— Esse processo de boom e colapso tem sido a regra na Amazônia há décadas e, agora, confirmamos que ele não se sustenta economicamente e gera apenas 8% do PIB nacional — afirma o pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Adalberto Veríssimo, um dos autores do estudo. — Quando os recursos naturais das áreas desmatadas se esgotam totalmente, crescem os índices de desemprego e até mesmo de violência. E aí, aquelas populações se veem na mesma situação dos moradores das áreas que não foram devastadas. Ou até mesmo em situação pior. É um processo insustentável, que só favorece alguns poucos grupos.

A mata sofre com o ciclo vicioso

No estudo, foram analisados 286 municípios próximos à floresta, uma das regiões mais pobres do país, um contraste com as riquezas naturais daquele ecossistema. Os pesquisadores usaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da ONU — que inclui expectativa de vida, alfabetização e padrão de vida — para avaliar a prosperidade dessas comunidades, em diferentes estágios do desmatamento.

— Esse processo se inicia com a extração de madeira, que leva mais ou menos uma década, quando é retirada a madeira de primeira qualidade, depois a de segunda e, por fim, a de terceira qualidade — explica o pesquisador do Imazon.

— A partir daí, com a floresta machucada, empobrecida, queima-se o solo para seu uso como pastagem.

Esse segundo processo dura cerca de cinco anos, após o qual o pasto fica ruim, degradado, gerando uma pecuária de má qualidade.

E aí, quando a floresta foi embora e o pasto ficou ruim, essas regiões entram em colapso, já que sua economia depende daqueles recursos naturais que foram destruídos.

O pesquisador cita o município de São Félix do Xingu, no Pará, um dos campeões do desmatamento no país, como um exemplo perfeito desse frágil modelo de expansão econômica.

— São Felix está na fase final desse boom, graças à extração predatória da madeira e da expansão da pecuária. É um momento em que o IDH tem um crescimento relativo, acompanhado também por conflitos de terra, já que as pessoas estão brigando por acesso a recursos naturais, que são finitos.

Mas a tendência é que, assim que esses recursos se esgotem, os madeireiros e os pecuaristas deixem para trás a terra devastada e migrem para outros municípios, avançando mais na floresta, num ciclo vicioso.

Para Veríssimo, esse tipo de economia predatória — que gera a maior parte das emissões de CO2 do Brasil — tem algumas exceções, que, segundo ele, não podem ser tomadas como bons exemplos de desenvolvimento.

— É o caso dos municípios que se mantêm por causa da soja ou da mineração. A mineração gera alguma riqueza por causa dos royalties.

E a soja é extremamente lucrativa, mesmo com o solo perdendo sua fertilidade natural. Mas são casos isolados. Não há minério por toda a Amazônia. E a floresta também não é viável para a soja e para a agricultura em geral, já que tem muita chuva e solos pobres. Esses são casos específicos, isolados, que estão longe de ser uma solução para a região.

Nas contas dos pesquisadores, a transição dessa dinâmica de boom e colapso para uma economia de baixas emissões de carbono custaria cerca de R$ 340 bilhões de reais, investidos ao longo de vinte anos (R$ 17 bilhões anuais).

— Não é um valor baixo, mas o governo já joga cerca de R$ 5 bilhões de reais por ano na Amazônia. Esse investimento seria necessário para, entre outras coisas, recuperar terras subaproveitadas, intensificar a pecuária e a agricultura sustentável, mantendo, assim, a floresta de pé — diz Veríssimo. — O que não é possível é o governo aprovar medidas a

favor do desmatamento, como as que rondam Brasília, e manter essa política que causa constrangimento no exterior e rende tão pouco para o PIB.

Impunidade também contra verde - Soraya Aggege – O Globo – O País – 13/06/2009

Estudo mostra que 86% dos crimes ambientais na Amazônia Legal ficam sem punição

Nada menos que 86% dos crimes de desmatamento e de extração ilegal de madeira ou minério dentro das áreas legalmente protegidas da Amazônia Legal ficam impunes. É o que revela pesquisa inédita do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Os dados mostram que um criminoso ambiental tem apenas 14% de chances de sofrer punição ao fim do processo. E a pena pode ser substituída por doação de cestas básicas.

Segundo o levantamento, um processo demora, em média, 5,5 anos, da investigação à sentença. Por causa da lentidão, principalmente nos inquéritos, que demoram até 4.206 dias, 15,5% dos processos acabam prescritos.

Para que um crime ambiental seja reconhecido e as investigações iniciadas, a espera, em média, é de 74 dias. Na fase de investigação são, em média, 676 dias corridos.

— Tem havido um esforço da Polícia Federal, da Justiça, do governo, mas levará anos para que essas medidas, como a informatização dos processos judiciais, tragam resultados. A única saída imediata é garantir uma vigilância constante nas áreas de proteção — avalia um dos autores do estudo, o pesquisador Paulo Barreto.

Segundo o Imazon, há mapas disponíveis com todas as áreas de risco, inclusive estradas ilegais, o que viabilizaria ação constante de vigilância.

— A solução é vigiar para proteger a floresta — diz Barreto.

Os pesquisadores acompanharam 51 processos de crimes ambientais em áreas protegidas no Pará, percorrendo todas as instâncias, desde a fiscalização até as judiciais, para chegar às médias da Amazônia Legal. No total, 42% da Amazônia são áreas protegidas, metade delas indígenas e o restante, unidades de conservação.

— Projetamos a situação para os outros estados da Amazônia Legal, e a situação é a mesma. Somente 14% de punição — afirma Barreto.

Segundo o Imazon, a proteção passiva dessas áreas não é mais suficiente para que a lei seja cumprida. Nos últimos anos, o desmate se acelerou: só em 2008, 84% das áreas protegidas já estavam nas fronteiras da pecuária e do extrativismo da madeira, próximas a novas estradas.

Entre 2000 e 2008 foram desmatados pelo menos 22.500km² em áreas protegidas. Segundo os advogados que participaram do levantamento, a impunidade começa por causa da demora na comunicação dos crimes pelos órgãos responsáveis, dificultando inclusive a coleta de provas do crime ambiental. Depois, quando o caso se transforma em inquérito e deveria ser investigado, espera nas filas de procedimentos. O Imazon afirma que a PF enfrenta uma enorme escassez de recursos na Amazônia.

As fases de interrogatórios são as mais longas.

— Quando finalmente chegam na Justiça Federal, como a Amazônia tem poucas varas federais, os juízes ficam na dependência de cartas precatórias para juízes estaduais — diz Barreto.

Os advogados explicam na pesquisa que, em casos em que o crime ocorreu em área de proteção da União, já ocupada por posseiros, a Justiça fica em dúvida da competência, o que atrasa mais os processos.

Advogados de defesa dos réus muitas vezes alegam que se trata de áreas privadas, o que impediria a ação da Justiça Federal.

— A Justiça é lenta em todo o Brasil, mas na Amazônia ela é muito mais morosa — diz o pesquisador.

Para fazer a pesquisa, foram coletados dados de processos iniciados entre 1997 e 2006, sobre crimes

ocorridos desde 1991. Os pesquisadores entrevistaram membros do MPF, da Justiça e da PF. Alguns

delegados federais explicaram que muitas vezes as operações na Amazônia se sobrepõem aos inquéritos

em andamento. Muitas vezes, infratores "inventam" a participação de outras pessoas nos crimes para

prolongar as investigações.

Cesta básica em vez de replantio

O Ministério Público diz que, além da falta de estrutura, há alta rotatividade de procuradores no interior.

Na Justiça Federal, o congestionamento é notório: na primeira instância, entre junho de 2007 e março de

2009, os processos ambientais saltaram de 8.983 para 21.105. Destes, 70% eram da Amazônia Legal.

Na segunda, os recursos cresceram 235% no período.

O estudo mostra que, quando a pena chega a ser finalmente determinada, em muitos casos ela não é

conectada ao dano ambiental, o que seria exigência da Lei de Crimes Ambientais (LCA). Penas

alternativas, como doações de cestas básicas a entidades beneficentes, são aplicadas em vez da reparação

do próprio dano, como o replantio da floresta.

O motivo da desconexão, segundo a pesquisa, pode ser o desconhecimento do Ministério Público e do

Judiciário sobre iniciativas de conservação.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, não foi encontrado na última sexta-feira para falar do

assunto.

Sua assessoria de imprensa indicou o presidente do Ibama, Roberto Messias, para comentar o caso, mas

ele não foi localizado.

A única saída imediata é garantir uma vigilância constante nas áreas de proteção Paulo Barreto,

pesquisador do Imazon

Uma cidade clandestina dentro da Floresta do Bom Futuro – O Globo – O País -13/06/2009

Área vai passar à responsabilidade do estado, legalizando posseiros

SÃO PAULO. A impunidade dos crimes ambientais na Amazônia Legal leva a situações políticas complicadas para o país, alerta o Imazon. Foi o caso de Raposa Serra do Sol, resolvido neste ano pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A nova preocupação é a maior reserva ambiental de Rondônia, a Floresta Nacional do Bom Futuro, unidade de conservação criada em 1988 com 274 mil hectares e hoje uma das mais devastadas do país. Segundo o Imazon, entre agosto de 2007 e abril de 2008, foram desmatados ali 3.807 hectares.

— Quando o governo resolveu agir, já havia uma cidade lá. A situação ficou tão complicada que, agora, de floresta nacional, a região deve se transformar em APA (Área de Proteção Ambiental), beneficiando muita gente que ocupou e desmatou a área de proteção.

É uma perda. Com a impunidade nesse nível, tomara que toda a floresta não acabe assim — disse o pesquisador do Imazon Paulo Barreto.

Rio Pardo é o nome da cidade clandestina criada dentro da Floresta Nacional do Bom Futuro. A cidade tem igrejas, escolas, posto de saúde, várias serrarias, plantações, e fica a 70 km de Buritis (RO). A população é estimada em 15 mil moradores. A ocupação começou nos anos 90, depois de a floresta ter sido considerada de proteção legal.

As famílias começaram a chegar impulsionadas pela retirada da madeira.

Hoje, reivindicam a posse da área. — O gado ocupa grandes áreas. Ficou impossível para o governo tirar a cidade de lá — diz Pereira.

Acordo entre ministério e governador gera protestos

Acordo entre o Ministério do Meio Ambiente e o governador de Rondônia, Ivo Cassol, do início do mês, gera protestos de ambientalistas.

Em troca de uma licença estadual para a Usina Hidrelétrica de Jirau, a Floresta Nacional de Bom Futuro, hoje de responsabilidade da União, será entregue ao estado, que legalizará a situação dos ocupantes.

As entidades, como a Amigos da Terra, são contra o acordo. Segundo as entidades, as famílias invadiram a unidade de conservação e hoje criam mais de 40 mil cabeças de gado.

A região se tornou um dos epicentros do desmate descontrolado.

Segundo o relatório "O fim da floresta", produzido pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), ano passado, a Bom Futuro sofre invasões desde 2000. Essas invasões tinham o objetivo de retirar madeira da unidade de conservação e promover o loteamento para agricultores e fazendeiros.

Com o acordo, assinado no último dia 2 de junho, passarão ao domínio da União três unidades de conservação estaduais. Parte delas, inclusive, será alagada pela usina de Jirau, segundo as ONGs. O acordo foi assinado pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Rômulo José Fernandes Barreto Mello, e o governador de Rondônia, Ivo Cassol.

O acordo prevê que a Bom Futuro passe à responsabilidade do governo do estado. Será criada uma APA de 70 mil hectares, na região onde estão posseiros e grileiros e 40 mil cabeças de gado. O território restante, de 132 mil hectares, formará uma unidade de conservação federal sob administração do ICMBio.

As Unidades de Conservação Estadual Floresta Estadual Rio Vermelho A e B, Estação Ecológica Serra dos Três Irmãos e Estação Ecológica Mujica Nava, com 180 mil hectares, passarão à responsabilidade do ICMBio.

Embrapa vai mapear fazendas que desmatam para criar gado no Pará - Catarina Alencastro – O Globo – 13/06/2009

Medida é parte de acordo entre governo e o setor de frigoríficos e supermercados

BRASÍLIA. Eleita por ambientalistas como a atual inimiga número um da Amazônia, a pecuária é tema de um acordo que vem sendo negociado entre o Ministério da Agricultura e o setor produtivo há vários meses.

O governo quer que frigoríficos e supermercados se comprometam a não mais comprar carne de fazendas que criam gado em áreas de desmatamento. A principal dificuldade seria rastrear bois de cada fazenda, para, a partir daí, identificar se eles estão pastando em áreas derrubadas para o plantio de capim.

O acordo passa pela assistência técnica da Embrapa Monitoramento por Satélite, que está desenvolvendo um sistema de mapeamento de todas as fazendas de gado do sul do Pará, área onde o projeto será iniciado.

Implantação do projeto custará R$ 5 milhões

A Embrapa estima gastar R$ 5 milhões para implantar o sistema, mais R$ 1 milhão, todos os anos, para mantê-lo, sem contar os custos com pessoal.

— A região mais problemática é o Pará. Reservas extrativistas são desmatadas para criar gado, e a pecuária está se expandindo.

O maior rebanho que pode estar ligado ao desmatamento está lá — diz o chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, Evaristo Miranda.

Os frigoríficos serão os fiscais do acordo, cobrando de seus fornecedores o mapeamento das propriedades.

O georrefenciamento das áreas caberá a cada fazendeiro, que terá de arcar com o serviço que custa, em média, R$ 20 por hectare. Com essas coordenadas, a Embrapa entra em cena, com as imagens registradas por dez satélites. As imagens serão atualizadas regularmente e, se o fazendeiro avançar seu pasto sobre a floresta, o movimento será registrado.

— O objetivo é implementar o desmatamento ilegal zero para essa área imediatamente. Esse pessoal todo vai se comprometer a não desmatar mais para a pecuária. O cara que desmatou não tem como esconder, ele estará desqualificado e vai deixar de vender — garantiu Miranda.

Enquanto a iniciativa não é posta em prática, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, critica o setor, com o qual não fechou acordo semelhante ao feito com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). O último levantamento de um pacto com produtores de soja revelou que só 0,88% de 157.896 hectares mapeados foram desmatados para a plantação do grão na Amazônia.

— A pecuária está fora de controle — reclamou o ministro, na última quarta-feira. O Ibama trabalha com uma lista de 69 compradores de carne acusados de fomentar o desmatamento na Amazônia. Outras 21 fazendas são apontadas como responsáveis pelo desmatamento ilegal de 157.168,91 hectares para a criação de bois.

O Ministério Público cobra a indenização de R$ 2,1 bilhões por dano ambiental causado por elas. Entre as propriedades processadas, há nove do grupo Agropecuária Santa Bárbara, que tem o banqueiro Daniel Dantas como um dos donos.

O Greenpeace calcula que 80% da área desmatada na Amazônia sejam de responsabilidade dos criadores de gado. Recentemente, a ONG apresentou um relatório apontando que o BNDES financia frigoríficos que fazem parte da cadeia produtiva do desmatamento na região.

— Durante o regime militar, (o general Emílio Garrastazu) Médici fez a profecia de que a Amazônia seria colonizada pela pata do boi. Agora, Lula está cumprindo essa profecia. A indústria não pode mais comprar carne vinda de desmatamento.

Acordo de papel não basta — diz Paulo Adário, diretor da Campanha Amazônia do Greenpeace. A indústria não pode mais comprar carne vinda de desmatamento Paulo Adário, do Greenpeace

O maior rebanho que pode estar ligado ao desmatamento está no Pará Evaristo Miranda, da Embrapa

Conferência de Bonn termina com sinal promissor dos EUA – Estado de São Paulo – Vida & - 13/06/2009

A conferência sobre mudanças climáticas de Bonn, preparatória da Cúpula de Copenhague que fixará um acordo pós-Kyoto, foi encerrada ontem com sinais promissores, depois que os Estados Unidos apresentaram de surpresa uma proposta para a redução de gases poluentes.

A delegação americana, país que não ratificou o Protocolo de Kyoto, propôs um plano concreto de redução a longo prazo das emissões, que inclui objetivos fixos para os países industrializados e pede também uma contribuição clara das nações em desenvolvimento.

A proposta, ainda em fase de esboço até seu desenvolvimento completo durante a Cúpula de Copenhague, em dezembro, prevê como objetivo a redução de 80% até 2050 para os industrializados. Os países em desenvolvimento, em troca, também devem contribuir para a redução, mas sem estabelecimento de metas. A formulação está longe ainda dos pontos defendidos pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, mas a apresentação de um plano foi recebida pelo seu secretário-geral, o holandês Yvo de Boer, como um sinal de esperança para a reunião da capital dinamarquesa.

De Boer havia recriminado as primeiras sessões em Bonn, que começaram na semana passada com a participação de mais de 4 mil especialistas e foi marcada pela falta de ambição por parte dos países industrializados e emergentes. Até agora, os objetivos defendidos pelos cerca de 30 países industrializados presentes em Bonn, entre eles praticamente toda a União Europeia, partem de uma redução das emissões entre 17% a 26% até 2020.

No entanto, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU defende a necessidade de reduzir as emissões entre 25% e 40% em comparação com os níveis de 1990, como um esforço mínimo para evitar danos maiores ao planeta.

Esses objetivos de redução fazem parte das negociações prévias à Cúpula de Copenhague, concentradas em sessões preparatórias feitas em Bonn e tendo como meta elaborar um

acordo para substituir o Protocolo de Kyoto a partir de 2012. De Boer chegou a lamentar a falta de propostas apresentadas até agora, o que, segundo ele, torna ainda mais lentas as negociações.

Anteontem, houve a formulação do Japão, que se limitou a anunciar uma redução de emissões em cerca de 15% em 2020 com respeito aos níveis de 2005. Organizações não governamentais também apresentaram uma proposta de redução de dióxido de carbono.

Levantamento vai começar por seis municípios – Catarina Alancastro – O Globo – O País – 14/06/2009

Tecnologia permite aumento de rebanho sem ampliar pastagem

BRASÍLIA. O projeto inicial do Ministério da Agricultura é adquirir imagens de satélite de todo o sul do Pará, área que abrange seis grandes municípios e cerca de 150.000 quilômetros quadrados. As primeiras imagens dessa área, que servirão como referência para o monitoramento, deverão ser adquiridas já, segundo o chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, Evaristo Miranda.

Para Miranda, os produtores amazonenses terão de investir em tecnologia para aumentar a produtividade de suas criações.

— É possível multiplicar por 3 ou 4 o rebanho, sem ampliar área de pastagem. A pecuária vai continuar se expandindo, o importante é que não esteja associada ao desmatamento.

O Brasil é o primeiro exportador mundial de carne, tem que fazer bem feito — afirmou. Vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Ibsen de Gusmão Câmara admite que grande parte da devastação da floresta se deve ao avanço de pasto. — Os pecuaristas da Amazônia não vão gostar de terem restringidas as áreas de expansão, mas a sociedade vem reagindo.

Hoje, a maioria não concorda que a floresta seja derrubada para plantar capim — reconheceu.

Crise fez diminuir emissões de CO2 – Estado de São Paulo – Vida & - 15/06/2009

A crise financeira é ruim para o bolso, mas boa para a natureza. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), quase 2 milhões de toneladas de gases do efeito estufa deixaram de ser emitidas pela indústria brasileira entre novembro e abril. A maior contribuição ambiental veio da indústria de ferro e aço, um dos setores que mais sentiram o baque da crise - em abril, o volume de exportação foi para um terço da média histórica.

?As exportações atingiram o segundo índice mais baixo já registrado. China e Estados Unidos quase zeraram suas importações?, explica José Aroudo Mota, coordenador de Meio Ambiente do Ipea, principal autor do estudo. Com isso, economizou-se a emissão de 1,12 milhão de toneladas de CO2 equivalente. Para cada tonelada de aço produzida, emite-se em média 1,6 tonelada de carbono.

Em seguida aparece o setor automobilístico: 569 mil toneladas de CO2 deixaram de ir para a atmosfera, pelo cálculo de quanto combustível deixou de ser queimado. A indústria do cimento foi a mais atingida pela crise. De 40 milhões de quilos exportados por mês, em média, o setor exportou apenas 6 milhões em abril. O ganho ambiental, contudo, foi de apenas 54 mil toneladas de CO2. Por último, aparece a indústria do alumínio: 40 mil toneladas de carbono economizadas.

A economia é pouca comparado ao tamanho do problema ambiental. Representa apenas 5,8% das 29 milhões de toneladas que a indústria paulista emite em um ano, por exemplo. Além disso, com o reaquecimento econômico, a taxa de emissão volta ao patamar antigo, uma vez que o setor não é obrigado a repensar métodos de produção.

Ódio Ambiental – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/06/2009

Época de festas juninas, o caipirismo reverenciado. Mas os agricultores brasileiros voltaram à berlinda. Acabam de receber do ministro Carlos Minc um feio xingamento: o de vigaristas. A polêmica esquentou o frio da estação. Novamente o ambientalismo trombou com o ruralismo.

Segundo o *Dicionário Aurélio*, vigarista significa velhaco, ladrão que passa o conto do vigário.

E o vigário, todos sabem, vale o padre que se faz às vezes de bispo, aquele que se passa por outro, fingindo ser bonzinho. No mau sentido, um trapaceiro.

O embaraço criado pelo ministro do Meio Ambiente brota das divergências quanto ao Código Florestal. Falastrão juramentado, o carioca do colete sugeriu que, nessa discussão, os ruralistas estão querendo enganar outrem. Ele deve ter lá seus motivos. Mas, generalizando, agrediu a roça inteira.

Existem lideranças do campo, é verdade, que não gostam da legislação ambiental, colocando os interesses da produção acima da conservação da natureza. Os tradicionalistas ainda raciocinam como naquela época dos desbravadores, quando as florestas se derrubavam impiedosamente para abrir espaço ao progresso material da sociedade. Tempos de outrora.

Essa lógica do crescimento econômico imperou até meados do século passado. Desde então, crescentemente, surgiram interesses urbanos ligados à preservação ambiental. A nascente tendência influenciou a lei florestal aprovada em 1965. Há 44 anos. O Código Florestal, conforme ficou conhecido, obrigou as propriedades rurais a manterem uma "reserva legal" de 20% de sua área, onde se impede o corte da vegetação nativa.

Somente o uso não predatório pode ocorrer na reserva legal, como, por exemplo, a exploração de mel de abelhas ou de lenha seca. Na Amazônia, tal reserva subia para 50%. Mais ainda: a lei também definiu que as beiradas de córregos e rios, as nascentes d'água, as terras muito inclinadas e os topos de morros se tornassem áreas de preservação permanente. Nessas ninguém poderia bulir.

Arrojada, única no mundo, a legislação florestal brasileira permaneceu – essa é a verdade – ignorada durante décadas.

Na realidade, os agricultores continuaram sua senha produtiva, pouco se importando com a proteção ambiental. E a fiscalização do Estado nunca intimidou ninguém pelo descumprimento da legislação florestal.

Até que, em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso elevou, por medida provisória, a reserva legal na Amazônia de 50% para 80%, aumentando a proteção da floresta tropical. O governo, motivado por Gustavo Krause, então ministro do Meio Ambiente, dava uma rápida resposta à piora do desmatamento da Hileia.

Osusto provocado pela ousadia oficial fez todos acordarem.

E divergirem. O xis da questão reside no seguinte ponto: quem derrubou a mata virgem antes de valer a nova restrição como fica? Suponha que um cidadão tenha comprado uma terra no Pará e desmatado metade dela, de acordo com a regra anterior.

Fica agora irregular? O raciocínio pode ser também utilizado para os antigos agricultores do País. O Estado de São Paulo começou a ser fortemente aberto na época da expansão cafeeira, no século retrasado.

Quando chegou o Código Florestal, boa parte do território já estava desmatada. A grande maioria das fazendas não manteve reservas florestais, ocupando até mesmo as matas ciliares, com culturas ou criações. Desde a época das bandeiras, valorizados na sociedade eram exatamente os desbravadores do sertão.

Hoje, noutro contexto, os produtores rurais estão sendo compelidos, nas palavras dos ferrenhos ambientalistas, a resgatar seu "passivo ambiental".

Mas como? Recuperando as áreas que, inadvertidamente, surrupiaram no passado. Se não o fizerem na sua propriedade, que adquiram, em compensação, outra área ainda florestada. Para mantê-la virgem.

Óbvia surge a dificuldade: quem paga a conta desse acerto com o passado?

Até hoje ninguém respondeu a contento a essa pergunta.

A fatura da restauração ambiental normalmente se coloca no colo, ou no bolso, do agricultor. Ele que se vire, e rápido, para não ser tachado de criminoso.

Coisa impossível.

Como na matemática, porém, todo problema apresenta uma solução. Sim, existe sobre a mesa um acordo viável entre ruralistas e ambientalistas.

O trato poderia ser o seguinte: ninguém derruba mais nenhuma mata, em nenhum lugar, exceto quando necessário e autorizado. Em troca, podem permanecer produzindo nas áreas anteriores, salvo onde existe risco ambiental. Desmatamento zero, produção consolidada.

Ganham os dois lados.

Perdem apenas os radicais e os reacionários.

Há espaço para uma boa negociação, atualizando a legislação ambiental no rumo da agricultura sustentável. Mas a radicalização do processo político azedou o caldo da discussão.

Ministros de Lula batem boca abertamente, cada um atirando para um lado.

As entidades ambientalistas retraíram-se, enquanto os produtores, apavorados, prometem dar o troco. Ódio gera insensatez.

Nas festas juninas, passa do ponto quem trata a cultura caipira com desdém, como se os homens do campo fossem inferiores aos da cidade. Terrível preconceito esconde-se maliciosamente no linguajar arrastado, nos chapéus desfiados ou no traje da rasgada calça pula-brejo. Pintado para parecer banguela, o dentinho preto das crianças aflora um mau gosto típico dos incautos.

Há limites para tudo na vida.

A infeliz declaração do ministro ultrapassou o bom senso.

Serviu apenas para fortalecer um ranço urbano contra o agricultor brasileiro, maculado historicamente pela má fama dos latifundiários.

Insuportável.

Caipiras, sim. Vigaristas, não.

Reservas ajudam a impedira savanização da Amazônia – Estado de São Paulo – Vida & - 16/06/2009

O respeito às unidades de conservação e às terras indígenas jádemarcadasnaAmazôniaLegal – cerca de 37% da região – garantiriaapermanênciadafloresta e impediria o processo de transformação da mata em savana.

Aconclusão éde umestudo publicado ontem pela revista científica americana *Proceedings of the National Academy of Sciences* (*PNAS*).

Os pesquisadores estimam que háum“ponto sem retorno” – em inglês, “tipping point” – do desmatamento, além do qual a floresta não seria sustentável e sofreriaumprocessodesavanização, tornando-se parecida como cerrado, mascommenor biodiversidade. No estudo publicadohoje, oscientistas tentaram verificar qual porcentual dedevastaçãomarcariaocolapso da vegetação amazônica.

Em primeiro lugar, os cientistascriaramummodelomatemático para simular o comportamentodoclimaregional.

Osistema recebia vários dados de entrada, como o porcentual de coberturavegetal, características locais do solo e condições atmosféricas mais comuns em cada período do ano. Depois, forneciacomorespostaa previsãodaprecipitaçãodechuvapara cada coordenada do mapa.

Alimentaram o modelo com os dados disponíveis dos anos 1997a2001.Paratestar,conferiram se as previsões pluviométricas para 1997 correspondiam às chuvas observadas naquele ano. Verificaram assim que o modelo traduzia com razoável fidelidade o comportamento do clima e da chuva na Amazôniae podia ser usado para prever cenários futuros.

Os pesquisadores mudaram entãoumdos dadosdeentrada: oporcentualdecoberturavegetal.

Como controle, consideraram a situação atual – em que 17% da floresta já desapareceu – eumcenário de total devastação – 100% da mata derrubada.

Testaram, então, o que aconteceria se63%davegetação desaparecesse esósobrassemas árvoresdasunidadesdeconservação e reservas indígenas – cerca de 2,3 milhões de quilômetros quadrados.

Apesardos danosparaa biodiversidade e para as populaçõestradicionais, segundoomodelo, os fragmentos protegidos de mata não entrariam em colapso com o desmatamento.

Tambémfoi testada uma situação intermediária, em que o desmatamento estaria limitado a 27% da floresta.

“Percebemosque haveria uma variação relativamente pequena no regime de chuvas, mesmo se só sobrassem asáreasdepreservação”,explica o engenheiro florestal Claudio Belmonte de Athayde Bohrer, coautor do artigo epesquisadordaUniversidade Federal Fluminense (UFF). “Com algumas exceções, seria insuficiente para provocar uma alteração na vegetação.”Aregiãolocalizadaentrea Transamazônicae o Rio Amazonas sofreria a maior diminuição nas chuvas.

Mas, em outras áreas, haveria aumento da precipitação (*mais informações nesta página*).

“As atuais unidades de conservação oferecem uma proteção mínima”, afirma Bohrer.“Masé preciso que o governo garanta sua efetividade.”

Ele considera essencialqueaspopulaçõesindígenas preservem a mata que existenassuasterras.Parao principalautordoartigo,Robert Walker, da Universidade Estadual de Michigan, as reservas são "uma ótima ideia brasileira". "Mas a lei precisa ser colocadaemprática com rigor", ressalva.

Um estudo divulgado no ano passado em Manaus pelo pesquisador Gilvan Sampaio, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), apontou que a devastação de 50% da floresta poderia ocasionar processos de savanização no leste e no sul da Amazônia.

Países devem extrair CO2 emitido, diz cientista – Estado de São Paulo – Vida & - 16/06/2009

O pesquisador americano WallaceS.Broecker,consideradoo" pai"dasmudançasclimáticas, acredita que, para lutar contra esse fenômeno, além da necessidade de redução das emissõesdospaísesdesenvolvidos, eles deverão também extrairo dióxidodecarbono(CO2) que já emitiram na atmosfera.

Broecker,oprimeirocientista a alertar sobre o aquecimento global, nos anos 70, e ganhador da primeira edição do PrêmioFronteirasdoConhecimento, daFundaçãoBBVA,nacategoria de Mudanças Climáticas, afirmou que o que acontecerá dentro de 100 ou 200 anos será uma "surpresa".

O cientista advertiu que as mudançasclimáticasterãoconsequências "enormes" em todo o planeta, já que vão alterar a paisagem, as espécies vegetais migrarão para zonas mais frias ou se extinguirão e as regiões áridasficarão aindamaissecas.

No entanto, o que não deve mudar, segundo ele, é a dependência mundial por combustíveis fósseis, já que as energias renováveisnãoserãoconsagradas totalmente nos próximos 50 anos, o que significa que as emissões de CO2 continuarão aumentando.

Ocientista considerou que a maior parte dos críticos às teorias de mudanças climáticas "não é de pessoas de alto nível" e que os líderes políticos "não sabem nada de física". Sobre seu país, Broecker disse que houve "um bufão durante muitos anos no poder", em alusão ao ex-presidente George W. Bush. Atualmente, o cientista investiga as mudanças no padrão global dechuvascomo aumentodatemperaturadoplaneta, especialmentenaszonasáridas.

Meio Ambiente pede ação contra desmatamento - Demétrio Weber e José Meirelles Passos – O Globo – O País – 16/06/2009

Ministro afirma já ter pedido ao presidente do Supremo Tribunal Federal a criação de juizados especializados

RIO e BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem que já pediu ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, a criação de varas especializadas para julgamento de crimes ambientais. Minc afirmou que a impunidade é a "mãe do desmatamento" e que vem tomando uma série de medidas para punir quem destrói a floresta.

— Logo no primeiro dia que cheguei ao ministério, um ano atrás, resolvi que minha prioridade era a luta contra a impunidade — disse Minc.

Recentemente, o Ministério do Meio Ambiente e a Advocacia Geral da União (AGU) promoveram seminário com juízes e membros do Ministério Público na Amazônia para conscientizálos da importância de dar velocidade aos processos por crimes ambientais.

Reportagem publicada domingo pelo GLOBO mostrou que, segundo estudo do Instituto Imazon, apenas 14% dos crimes ambientais são punidos na Justiça. Minc lembrou que os dados se referem ao período de 1997 a 2006 e disse que, em julho de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto que endurece as leis ambientais, reduzindo os prazos para recursos e criando a possibilidade de apreensão e leilão de gado e de madeira com origem ilegal.

Um resolução do Conselho Monetário Nacional também cortou o crédito de quem pratica crimes ambientais.

O ministro disse que o desmatamento da Amazônia caiu 55% no período de junho de 2008 a maio de 2009, segundo dados do sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que produz imagens de satélite em tempo real. Ele afirmou que os dados consolidados de desmatamento no país, que serão divulgados em novembro, mostrarão a maior redução dos últimos 20 anos.

Novo programa para agilizar licenças

Minc anunciou ontem, no Rio, que o governo lançará até o fim deste mês o programa Destrava 2, que agilizará o processo de concessão de licenças ambientais. O Destrava 1, disse ele, já reduziu em até um ano e meio o tempo de espera pela autorização oficial para se implantar algum empreendimento que seja ecologicamente sustentável.

— Vamos ter agora novos mecanismos, sem perder o rigor e sem afrouxar no critério ambiental. Vamos aumentar a eficácia. Seremos ainda mais ágeis. Não há contradição entre ágil e rigoroso — disse.

O ministro afirmou ainda que a simplificação do licenciamento visa a criar postos de trabalho que sirvam para preservar as florestas.

— Temos que simplificar porque, quando se atrasa uma licença, deixa-se de gerar empregos sustentáveis. E, quando o povo não tem emprego sustentável, cada um vai cortar a sua moitinha lá. Eu não tenho vergonha de dar boas licenças — afirmou Minc.

Outra iniciativa ressaltada pelo ministro é a do pagamento por serviço ambiental, já autorizado pelo presidente Lula. Trata-se do uso de dinheiro de multas ambientais, além de recursos do Tesouro e de royalties do petróleo, para financiar a população que ficou

desempregada com o fechamento de serrarias ilegais, para recuperar áreas degradadas através de agricultura e pecuária que respeitem o meio ambiente.

Unificação de cadastro ambiental e fundiário conterá avanço do desmatamento Sítio Eletrônico do MMA – 16/06/2009

Para conter e monitorar o avanço do desmatamento na Amazônia o governo precisa de um cadastro integrado e eficiente, capaz de identificar proprietários e posseiros e exigir o cumprimento das medidas previstas na legislação ambiental. Para isso, técnicos dos ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, representantes de secretarias estaduais, BNDES e ONG, reuniram-se nesta terça-feira (16), na Universidade de Brasília.

Eles buscam uma forma de unificar os cadastros ambiental e fundiário. "O processo já está avançando em alguns estados e o principal resultado da oficina foi a conclusão de que já se caminha para uma integração", afirmou o diretor do Departamento de Articulação de Ações da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mauro Pires.

O cadastramento integrado começará pelos 43 municípios responsáveis por 55% do desmatamento na Amazônia. Quando estiver pronto, o cadastro vai permitir a órgãos licenciadores agilizar seu trabalho com relação às atividades rurais na região. Segundo Mauro Pires, alguns estados já estão bastante avançados na questão. Ele citou o Mato Grosso, onde já existe um programa específico voltado para a regularização fundiária e ambiental das propriedades. No Pará, o processo também está em andamento. Os dois estados lideram a lista dos municípios que mais desmatam. Rondônia também já avançou na solução do cadastramento, segundo explica.

Como resultado da oficina, o grupo vai elaborar um documento com recomendações aos órgãos dos governos estaduais e federais para a implementação da integração dos cadastros.

EUA admitem impactos do aquecimento – Estado de São Paulo – Vida & - 17/06/2009

Um relatório divulgado ontem pela Casa Branca indica que os efeitos perigosos das mudanças climáticas já atingiram os Estados Unidos e vão piorar nos próximos anos. Esse é o primeiro documento do gênero divulgado pela administração Obama, com ênfase não vista nas versões anteriores, da administração Bush.

Segundo o relatório, o país sofre com tempestades mais frequentes, aumento da temperatura e do nível dos oceanos, retração de glaciares e alteração em rios. "Já há em certos casos algumas consequências sérias", disse o coautor, Anthony Janetos, da Universidade de Maryland. "Não se trata de algo teórico que acontecerá em 50 anos. (Os efeitos) estão acontecendo agora."

O documento - um relatório sobre a situação climática requerido periodicamente pelo Congresso - não traz nenhuma pesquisa nova sobre o assunto. Mas apresenta as informações com uma tinta muito mais forte do que a usada nos últimos anos - o último relatório produzido na administração passada, aliás, só foi divulgado por decisão judicial. Ele serve de base para o documento deste ano.

IMPACTOS

Os autores estimam que a temperatura média nos Estados Unidos pode ser até 11°C mais alta no fim do século. "Limites serão ultrapassados, o que levará a grandes mudanças no clima e nos ecossistemas", escrevem. Isso inclui, por exemplo, a sobrevivência de espécies.

A água - em demasia ou de menos - é um tema recorrente. O sudoeste do país, por exemplo, pode se tornar mais quente e mais seco a ponto de haver uma crise ambiental. Ondas de calor extremo também podem ser mais comuns - ano sim, ano não, e não a cada 20 anos, como hoje. A costa leste americana será bastante afetada pela subida dos oceanos.

O conselheiro científico da Casa Branca, John Holdren, disse em um comunicado que o documento mostra a necessidade de o país agir para reduzir o ritmo do aquecimento global. "Ele nos fala por que ações corretivas são necessárias mais cedo em vez de mais tarde."

O ex-presidente George W. Bush era contrário a medidas duras de mitigação do problema e mantinha uma posição refratária a qualquer debate sobre aquecimento.

A difícil missão de proteger a Amazônia - Silvia Torikachvili – Valor Econômico – Empresas – 17/06/2009

O Brasil é o único país tropical com georreferência - tecnologia comandada por satélite que localiza os limites de grandes e pequenas propriedades na Amazônia. O equipamento revela com detalhes as imagens das fazendas que desmatam e, de quebra, expõe proprietários reincidentes. O problema é que é pouco utilizado.

Para usar as ferramentas da georreferência a seu favor, Wal-Mart, Pão de Açúcar e Carrefour assinaram um pacto com os frigoríficos JBS, Marfrig e Friboi como forma de garantir ao consumidor final que não estão contribuindo para o desmatamento.

Mas o único controle possível ainda é a boa vontade dos fornecedores, disse ontem o ex-ministro Luiz Fernando Furlan, acionista da Sadia. "O agronegócio é o principal vetor do desmatamento e, também, o pilar das exportações", disse ele ontem em uma conferência promovida pelo Instituto Ethos e que reuniu quase 800 pessoas em São Paulo. "A penalização sobre os abusos depende muito mais do Brasil que de outros países", observou. "Crescimento econômico baseado em madeira, pecuária e agricultura é efêmero: não melhora o IDH (índice do desenvolvimento humano) e ainda esgota recursos".

Com 250 milhões de cabeças de gado e abatedouros que crescem em proporção geométrica (de 27, em 2004, para 87, em 2007), qualquer solução no Brasil exige a trindade agronegócio-governo-consumidor. "O agronegócio precisa intensificar a tecnologia e a autorregulação, além de recuperar áreas degradadas", diz Furlan. "O governo deve viabilizar o esforço de conservação; e aos consumidores cabe priorizar os produtos com responsabilidade social e ambiental".

O problema não é simples, segundo a secretária do Ministério do Meio Ambiente, Samyra Crespo. "É preciso buscar um equilíbrio entre o possível e o necessário", disse. "É fácil dizer que é preciso preservar quando se desconhece a qualidade de vida dos povos nativos." Samyra explicou que a transição do ilegal para o legal deve ser feita de forma que ninguém pereça. Citou como exemplo o caso de muitas madeireiras ilegais terem sido fechadas na Amazônia: "Em seguida, aparecem prefeitos e munícipes desesperados: E agora, vamos viver de quê?"

"Operação Abate" investiga frigoríficos em Rondônia e leva 22 pessoas a prisão – Murillo Camarotto, Alda do Amaral Rocha e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 17/06/2009

Uma denúncia de que a JBS Friboi estaria adicionando água à carne bovina que comercializa para aumentar o seu peso foi o ponto de partida das investigações que culminaram na "Operação Abate", deflagrada ontem pela Polícia Federal e que levou à prisão de 22 pessoas, entre executivos e funcionários públicos. A informação é do procurador Reginaldo Trindade, do Ministério Público Federal (MPF) em Rondônia.

Segundo ele, a partir da denúncia, feita há cerca de um ano, MPF e Polícia Federal passaram a vasculhar as atividades de frigoríficos e laticínios, além dos curtumes, com operações na região. As investigações apontaram para o suposto funcionamento de uma quadrilha dentro da Superintendência Federal da Agricultura em Rondônia (SFA), que teve os dois superintendentes, Orimar Martins Silva e Jão Carlos Barbosa, presos, juntamente com alguns fiscais.

Além da JBS, outros frigoríficos afetados pela investigação são o Margen e o Redenção, ambos em recuperação judicial. Também foram alvo das investigações os frigoríficos Santa Marina, Cean, FrigoPeixe e o Laticínio Três Marias, de acordo com o procurador. Ele não soube precisar o número total de empresas afetadas pelas investigações e os crimes de que são acusadas.

Segundo o procurador Reginaldo Trindade, apesar de não preencher os requisitos para exportação de seus produtos, o Margen obteve laudo favorável para exportar após pagamento de valores a fiscais. No caso do Grupo Bihl, que controla o Redenção, a acusação é de ter obtido ilegalmente autorização para colocar em funcionamento o curtume Nossa Senhora Aparecida, em Rondônia. Três executivos da empresa - Paulo Roberto Bihl, José Almiro Bihl e Márcio Maurílio Bihl - foram presos ontem preventivamente.

A JBS informou, em nota, não ter conhecimento do teor do inquérito policial que originou a investigação. Segundo o comunicado, a JBS recebeu a PF em sua unidade de Porto Velho "e contribuiu para a investigação, que apreendeu documentos relacionados a Inspeção Federal bem como relatórios de auditorias, licenças de operações da unidade, entre outros". De acordo com a empresa, nenhum dispositivo de armazenamento de dados eletrônico, computador ou qualquer tipo de equipamento da JBS foi apreendido, "pois não foi encontrada nenhuma prova de evidência de crime".

A empresa disse ainda "não ter qualquer tipo de envolvimento em crimes associados a este inquérito que envolve a Superintendência Federal da Agricultura em Rondônia" e que não há qualquer tipo de irregularidade em suas unidades em Rondônia ou outro Estado.

Advogados do Margen e do Redenção preferiram não se pronunciar por não terem informações completas sobre as acusações.

De acordo com o procurador da República de Rondônia, a quadrilha montada dentro da Superintendência Federal de Agricultura praticava uma série de irregularidades, como concessão de laudos frios e liberação para o funcionamento de unidades de produção. Tudo mediante propina, que era paga de forma "sistemática e regular" diretamente para os superintendentes do órgão e "por fora" para os fiscais que atuam dentro das unidades de produção. "Muitos fiscais sequer apareciam nas unidades. Ficavam em casa e de lá liberavam as guias ou as assinavam em branco e deixavam com os empresários", afirmou Trindade.

Entre os 22 presos ontem na "Operação Abate" estão também funcionários do Ministério da Integração Nacional, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Banco da Amazônia.

A operação da PF é mais um revés para o setor de carne bovina do país, que nos últimos dias vem sendo acusado por ONGs ambientalistas e pelo Ministério Público de contribuir para o desmatamento da Amazônia. É a segunda vez que o Margen é alvo de uma operação da PF. Em 2004, os sócios da empresa chegaram a ser presos pela PF, na operação Perseu, acusados de sonegar R$ 150 milhões em tributos e contribuições ao INSS.

A ação da PF afetou os papéis dos frigoríficos na Bolsa de Valores, ontem. As ações da JBS fecharam com queda de 2,97%, segundo o Valor Data. Apesar de não terem sido citados nas acusações, Marfrig e Minerva também foram prejudicados. Suas ações caíram 3,34% e 4,65%, respectivamente.

A "Operação Abate" foi deflagrada em Rondônia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Distrito Federal. **(* Valor Online)**

Desmatamento e Créditos de Carbono – Sítio Eletrônico da CNA – 18/06/2009

A influente revista inglesa The Economist, que quase sempre reflete ou ajuda a formar a opinião dos setores mais relevantes da opinião pública mundial, traz na sua edição desta última semana um editorial e uma longa matéria sobre o problema do desmatamento e das mudanças climáticas, com ênfase no caso da Amazônia brasileira.

Em síntese, a revista registra que o desmatamento é responsável por 20% das emissões de carbono no planeta, o que torna o seu controle a mais eficaz e rápida maneira de conter o aquecimento global, já que as alternativas tecnológicas são muito caras e levam muito tempo para se tornarem efetivas.

A revista reconhece que é difícil conciliar os interesses das populações que vivem nas florestas e os do restante da humanidade.

A revista afirma com muita ênfase que a melhor maneira de limitar e controlar efetivamente o desmatamento da floresta amazônica envolve a combinação de duas idéias: a primeira é estabelecer claramente os direitos de propriedade sobre a terra na floresta e a segunda é pagar os proprietários para que conservem as árvores em pé. E diz, ainda, que se existe um lugar em que essas políticas podem funcionar, esse lugar é o Brasil, onde estão 60% da maior floresta tropical do planeta.

A revista também aprova a Medida Provisória que regularizou uma parte das terras ocupadas na Amazônia

Ruralistas tentam preservar MP – João Domingos - Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2009

A proximidade da sanção da medida provisória que regulariza as posses de até 1,5 mil hectares na Amazônia deu início a um movimento de pressão em torno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a favor e contra vetos, e a uma guerra de cartas e e-mails. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) iniciou ontem um bombardeio que pode chegar a 1 milhão de cartas e e-mails ao presidente para pedir que nada seja vetado. Já a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) mandou carta ao presidente pedindo vetos à MP.

Antes, a senadora Marina Silva (PT-AC) e 23 procuradores da República que atuam na Amazônia solicitaram a Lula, por meio de cartas, veto a artigos que consideram prejudiciais à região, como os que permitem a venda das posses para empresas, o que libera o uso de um preposto e o que reduz de dez para três anos o prazo exigido para que uma propriedade legalizada possa ser vendida. O documento da Contag mandado a Lula faz pedidos muito parecidos aos de Marina e dos procuradores da República.

"Além dos 2,2 mil sindicatos e das 27 federações, estamos também fazendo um apelo para que os comerciantes enviem as correspondências ao presidente Lula. Nas cidades do

interior pelo menos 80% deles dependem das atividades do meio rural", afirmou a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Contag. Ela disse ainda que as pessoas jurídicas representam menos de 1% dos ocupantes das posses e que são todas pequenas e médias empresas.

A Contag rebateu: "Não podemos concordar que, sob o argumento da efetivação dessas regularizações, se permita a alienação de terras de até 1,5 mil hectares para pessoas jurídicas ou ocupantes indiretos que estão na região apenas há cinco anos, podendo revendê-las em só três anos. Pois isso seria nada mais do que premiar a apropriação ilegal do patrimônio público promovida por pessoas e grupos econômicos que, ao longo dos anos, vêm causando violência, mortes, injustiça e degradação social e ambiental na região", afirmou a Contag na carta a Lula. Kátia Abreu reagiu: "Não tem nenhum grileiro entre as empresas que têm posses na Amazônia, até porque grileiro e bandido não querem ser legalizados, querem é viver na clandestinidade".

Kátia disse ainda que incentivar a formação de empresas para administrar áreas rurais é uma das melhores formas de o governo ter o controle de quem é o dono das propriedades, além de representar maior possibilidade de arrecadação de impostos.

Segundo a Casa Civil, o presidente tem até o dia 25 para sancionar a medida provisória, transformando-a em lei, com ou sem vetos. Corre no Palácio do Planalto o comentário de que, se Lula vetar alguma coisa, será a parte relativa às empresas. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, sugeriu ao presidente veto nesse artigo e no que trata do prazo para a legalização. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, acha que não é necessário nenhum veto.

Empresários e ONGs atacam MP da grilagem – Cristina Amorim - Estado de São Paulo – Nacional – 19/06/2009

Empresários e ambientalistas lançaram juntos ontem, em São Paulo, uma carta aberta contra a Medida Provisória 458, que regularizará as posses na Amazônia e está sob análise do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o documento, "a aprovação da MP 458, conhecida como MP da Grilagem, é a mais recente demonstração de que há um projeto em andamento para desmontar a agenda ambiental".
Entre os convidados, estavam os presidentes da Natura, Wal-Mart Brasil, Orsa, Votorantim Celulose e Papel (VCP) e Nutrimental. Ao lado encontravam-se diretores de organizações não-governamentais como Greenpeace, WWF e Amigos da Terra, além de representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores.

Eles criticaram a posição do governo que coloca ambiente em oposição ao desenvolvimento e pediram que o presidente vete três artigos na MP, como recomendado pela senadora Marina Silva (PT-AC). Lula tende a ignorar o pedido.
O texto, se sancionado, permitirá a transferência de 67,4 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia para posseiros. "Estamos dando a posse da terra, mas não estamos exigindo uma contrapartida", disse o presidente do Grupo Orsa, Sergio Amoroso. "O importante não é a posse das terras, mas o que fazemos em cima dela."
O ex-secretário de Meio Ambiente do Amazonas, Virgílio Viana, afirma que "não adianta colocar muita ênfase" na regularização fundiária como forma de conter o desmatamento. "Se fosse assim, não haveria mais desmatamento na mata atlântica". "Precisamos discutir uma política econômica para a Amazônia."É o que também defende Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental: "Desenvolvimento sim, de qualquer jeito, não."
DESMONTE
Para o copresidente da Natura, Guilherme Leal, "esse é um ato não só contra a MP, mas contra o desmanche da legislação ambiental". "Estamos tratando a questão ambiental como se fosse um impedimento. Vamos deixar de ser míopes e enxergar o tema como uma grande oportunidade", disse.
O diretor-presidente da VCP, José Luciano Penido, segue a linha de Leal. "Não sou a favor da polêmica, mas tem horas que não podemos nos omitir." Já o presidente do Wal-Mart Brasil, Hector Nuñez, defendeu a construção de políticas de desenvolvimento sustentável da região. A empresa foi apontada em relatório recente feito pelo Greenpeace como compradora de carne bovina proveniente de áreas desmatadas ilegalmente na Amazônia, e suspendeu o contrato com frigoríficos da região.
De acordo com o presidente do Instituto Ethos, Ricardo Young, que organizou a manifestação, o ato "não é contra o governo, tampouco é um ato a favor do governo". Segundo ele, "é uma manifestação a favor do Brasil e contra todos aqueles que desejam desarticular a legislação ambiental do País".

Ambientalistas protestam contra MP da Grilagem – Lino Rodrigues – O Globo – O País – 19/06/2009

Ato em defesa de legislação ambiental pede vetos à proposta

SÃO PAULO. Ambientalistas e representantes da sociedade civil realizaram ontem ato público contra a medida provisória 458, que, segundo eles, causará um desmonte na legislação ambiental brasileira.

No protesto, que reuniu mais de 500 pessoas durante a Conferência Internacional do Instituto Ethos, encerrada ontem, foi aprovada uma carta aberta à sociedade, já entregue ao chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho.

Segundo o presidente do Ethos, Ricardo Young, o objetivo do ato é convencer Lula a vetar itens da MP 458, chamada de MP da Grilagem, e conclamá-lo a liderar a agenda ambiental: — Não é uma manifestação contra ou a favor de governos, mas um ato contra todos aqueles que desejam desarticular a legislação ambiental do país.

Os ambientalistas também apoiaram a carta aberta da senadora Marina Silva (PT-AC) pedindo a Lula veto a artigos da medida que se referem à ocupação e exploração indireta da terra e permitem que grileiros coloquem laranjas em terras ocupadas e consigam a regularização das áreas. Outro artigo libera a transferência de terras da União para pessoas jurídicas com propriedades rurais em outros estados. Já o artigo 13o acaba com a vistoria prévia, permitindo ao próprio ocupante declarar as condições do imóvel.

— Não vamos aceitar a dilapidação do patrimônio natural brasileiro em nome de poucos — disse Hector Nuñes, presidente do Wall Mart no Brasil.

A rede varejista foi uma das primeiras a cancelar a compra de carne de frigoríficos que criam animais em áreas desmatadas ilegalmente na Amazônia.

Virgílio Viana, da Fundação Amazônia Sustentável, defendeu linhas de financiamento com taxas de juros mais baixas para os investimentos sustentáveis na Amazônia.

A senadora Marina Silva e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que não puderam estar presentes, enviaram mensagens em vídeo que foram apresentadas aos manifestantes

Luciano Coutinho: BNDES não é corresponsável por desmatamento - Aguinaldo Novo e Liana Melo – O Globo – Economia – 19/06/2009

Banco é sócio de frigoríficos, mas alega que não tem como fiscalizar 'in loco'

SÃO PAULO e RIO. O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, reagiu à ameaça de inclusão do banco como réu em ação civil pública que o Ministério Público Federal (MPF) do Pará move contra frigoríficos e redes de varejo no estado. A acusação é de que a carne vem de área desmatada. Conforme mostrou reportagem do GLOBO, a inclusão foi pedida pela ONG Amigos da Terra, que encaminhou na terça-feira ofício ao MPF solicitando que o banco respondesse "solidariamente com os frigoríficos" acusados, já que tem participação no capital de vários grupos do setor.

— O BNDES não apoia delinquência em matéria de desmatamento.

Não é tolerante com nenhuma conduta irresponsável em matéria ambiental e social — avaliou Coutinho, que considerou a sugestão da ONG sem fundamento. — O banco não financia empresas que deixem de assinar documento de observância de todas as práticas (ambientais).

Ministério Público quer fechar Friboi em Porto Velho Sem condições de fiscalizar "in loco centenas de contratos", Coutinho admitiu que o banco acaba contando com a ajuda "da sociedade, das ONGs e do próprio MP" para coibir a prática de ações irregulares. Entre os frigoríficos acusados estão Bertin, JBS Friboi e Marfrig, nos quais o banco detém participações de 26,9%, 19% e 14,7% respectivamente.

— Me preocupa saber que o BNDES não teria como fiscalizar, inclusive porque os contratos em questão representam as maiores participações do banco em 2008 — retrucou o presidente da ONG Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, comentando que "o banco não pode achar que não é responsável pelos atos das empresas das quais é sócio".

No estado de Rondônia, o cerco aos frigoríficos também apertou esta semana. Ontem, em conseqüência da Operação Abate, o MPF estadual ingressou com pedido de liminar, em ação cautelar, pedindo a paralisação das atividades do JBS Friboi, entre outros, em Porto Velho. A Operação Abate desbaratou uma rede de corrupção envolvendo funcionários públicos, além de revelar práticas irregulares dos frigoríficos.

O JBS Friboi informou que está "disposto a solicitar ao MPF uma vistoria prévia para comprovar que não há nenhuma irregularidade" na unidade.

Os grupos Quatro Marcos, Santa Marina, Margen e Curtume Nossa Senhora da Aparecida também foram alvo da ação.

O MPF pediu ainda que as auditorias nas empresas passem a ser feitas de forma "independente e imparcial", o que requer fiscais de outros estados.

O Bertin informou que, a partir de segunda-feira, vai oferecer aos clientes seu sistema interno de controle de procedência das carnes adquiridas.

Assentados receberão incentivos para recuperar áreas degradadas – Sítio Eletrônico do MDA – 19/06/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse, nesta sexta-feira (19), no lançamento do Mutirão Arco Verde Terra Legal, em Alta Floresta (MT), que os moradores de assentamento do Incra que se dispuserem a reflorestar áreas degradadas vão receber R$ 100 por mês do programa Bolsa Verde.

Minc explicou à população do município que o pagamento por serviços ambientais é uma das destinações previstas no Fundo Amazônia. Ele destacou que o reflorestamento fortalece o desenvolvimento sustentável, e ainda garante que trabalhador possa continuar tirando seu sustento da floresta, protegendo o lugar que garante sua renda. O ministro

também destacou o potencial para o ecoturismo na região da Amazônia, seus rios e biodiversidade. "Ecoturismo gera emprego e renda protegendo a natureza", destacou.

O presidente Lula falou que o mutirão é a oportunidade de manter a floresta em pé e a garantia de emprego para que a população tenha a chance de poder viver com dignidade. Ele explicou à população que o desmatamento pode impedir que países comprem a carne e a soja brasileira. "Temos que dizer para as pessoas que, se houve um momento em que a gente podia desmatar, agora, desmatar joga contra a gente", destacou.

Lula sugeriu a criação de um serviço de atendimento por telefone, tipo 0800, para que a população possa tirar suas dúvidas e fiscalizar a implementação das políticas previstas pela operação. O mutirão Arco Verde Terra Legal pretende regularizar, ao longo de três anos, 296 mil imóveis de até 15 módulos fiscais ocupados por posseiros nos nove estados da Amazônia. O conjunto de ações do mutirão visa consolidar a prevenção e o controle do desmatamento, fortalecendo a cultura de desenvolvimento sustentável.

O lançamento do mutirão aconteceu simultaneamente em Marabá (PA), com a participação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e em Porto Velho (RO), onde a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, salientou que "o Brasil pode dar um grande exemplo ao mundo que é possível desenvolver o país mantendo a floresta em pé".

A Operação Arco Verde Terra Legal tem como objetivos a promoção da regularização fundiária, a regularização ambiental, o acesso ao crédito, à assistência técnica especializada e à difusão tecnológica. A população dos 43 municípios foco do mutirão vão ter auxílio de bancos públicos, previdência social, além de ajuda para a regularização fundiária e ambiental e emissão de documentos básicos, como identidade e título de eleitor

Quem desmatou não é bandido, afirma Lula – Sítio Eletrônico da CNA – 20/06/2009

Numa demonstração do prestígio do agronegócio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva atacou as ONGs que criticam a medida provisória que regulariza as posses de até 1,5 mil hectares na Amazônia e afirmou que "ninguém pode ficar dizendo que alguém é bandido porque desmatou" a região. Em seguida, Lula lembrou que o desmatamento foi incentivado por atos do governo na década de 70, quando foi feita uma reforma agrária e famílias inteiras mudaram-se do Sul para a Amazônia, pegaram malária, tomaram picada de cobras e não tinham um médico nem a 100 quilômetros para se tratar.

As declarações de Lula foram feitas durante cerimônia de lançamento de uma série de programas para a Amazônia, dando início ao processo de cadastramento para a regularização de 296 mil imóveis ocupados irregularmente nos nove Estados amazônicos, embora Lula não tenha ainda sancionado a MP. Ele disse que tem até o dia 25 para fazer isso e que até pretende ouvir todos os setores envolvidos na questão para saber se deve ou não vetar algo.

Quanto às críticas das ONGs, Lula foi duro com as entidades minutos depois do discurso, durante entrevista. "Eu posso dizer que as ONGs não estão dizendo a verdade quando dizem que a MP (458) incentiva a grilagem de terra no Brasil. O que nós queremos fazer é exatamente garantir que as pessoas tenham o título da terra, para ver se a gente acaba com a violência neste País. É isso que nós queremos e vamos fazer". As entidades pregam o veto aos artigos que permitem a legalização de terras ocupadas por empresas e a venda da posse depois de três anos e não de dez, como previsto no texto original. Elas dizem que a MP permite a grilagem.

Ainda no discurso, feito com o sol a pino, diante de uma plateia entusiasmada formada por pessoas de cidades da região - e de onde de vez em quando saía a frase "Eu te amo, presidente" e este respondia "Eu também amo vocês" - , Lula disse que tem orgulho de ver a pessoa que prosperou. "Eu fico com orgulho quando vejo um cidadão que tinha 50 hectares de terra no Rio Grande do Sul e hoje tem 2 mil hectares (na Amazônia), tem casa, tem carro e está bem de vida, porque produziu, porque trabalhou, porque comeu o pão que o diabo amassou."

Para Lula, hoje o País necessita passar por um processo inverso do que ocorreu nos anos 70. "Nós, agora, precisamos remar ao contrário. Nós temos que dizer para as pessoas que, se houve um momento em que a gente podia desmatar, agora desmatar joga contra a gente, vai nos prejudicar no futuro, porque empréstimo internacional não sai." Aproveitando a presença do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), Lula chegou a imitar um diálogo entre um comprador da Europa e o governador, que é grande produtor de soja: "Ah, é da região da Amazônia, que está destruindo?" "É." "Então, não vamos comprar."

VANTAGEM COMPARATIVA - Por isso, disse o presidente, preservar é uma vantagem comparativa para o Brasil. "Hoje, em vez de a gente dizer que não pode cortar árvore, temos que incentivar e pagar para plantarem as árvores que nós achamos que precisa plantar."
Lula anunciou que o governo terá um programa, a ser chamado de Bolsa-Verde, que dará R$ 100 às famílias de agricultores que plantarem árvores e ajudarem a reflorestar a Amazônia (leia na página A11). Ele lembrou que em dezembro haverá a Convenção do Clima em Copenhague (Dinamarca). "Todo o mundo vai estar lá. E, se a gente não tomar cuidado, todo mundo vai dizer que o Brasil está desmatando a Amazônia", afirmou.

* Autor: João Domingos. Noticia publicada no jornal Estadão - sábado - 20/06/2009

http://www.canaldoprodutor.com.br/noticias

Minc anuncia Bolsa Verde – João Domingos - Estado de São Paulo – Nacional – 20/06/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, foi o único integrante da equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a ouvir algumas vaias no ato que deu início à regularização de terras da Amazônia. Entre as medidas, foi anunciado o programa Bolsa-Verde, voltado a famílias que plantarem árvores em áreas degradadas.

Minc fez de tudo para parecer simpático, mas em Alta Floresta (MT), ao lado de Lula, acabou por ver que não é querido na região. Para quebrar o gelo, abriu seu discurso com elogios ao governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), a quem já acusou de desmatador e de querer plantar soja até nos Andes. "Meu governador Blairo Maggi, no passado tivemos desencontros e agora temos encontros. O senhor criou o MT Legal, um exemplo de programa de preservação para toda a Amazônia. A governadora Ana Júlia (Pará) e o governador Jaques Wagner (Bahia) já levaram seu projeto. Eu sugiro até que se cobre royalties, porque é um projeto para todo o Brasil."

Ao anunciar que o programa Bolsa-Verde pagaria R$ 100 por ano, foi corrigido por Lula. "R$ 100 por mês, não por ano." Minc agradeceu pela correção. "Isso é que é um presidente atento."

Na tentativa de melhorar um pouco a sua imagem, diante de uma plateia formada por pioneiros do avanço da Marcha para o Oeste, Minc disse que o governo deve adotar a educação ambiental no lugar da repressão e que a produção e o meio ambiente não podem ser inimigos, mas aliados. Sem conseguir reduzir os murmúrios do público, encerrou o discurso com o jargão "saudações ecológicas e libertárias".

Blairo Maggi respondeu de forma indireta. "Nessa questão ambiental devemos prestar atenção e entender que todos nós queremos o reconhecimento do que já fizemos. Viemos para cá dentro de um programa de governo que nos oferecia as terras em novos projetos de colonização. As leis mudaram e as práticas, não." Maggi pediu ajustes na legislação ambiental. Hoje, o setor do agronegócio, ao qual pertence, quer que limites para áreas de proteção permanente sejam estabelecidos pelos Estados e não pela legislação federal.

Minc ouviu também reclamação do governador de Rondônia, Ivo Cassol (sem partido). Ele afirmou que, mesmo com a permuta de áreas do governo do Estado pela Floresta do Bom Futuro, a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança e o Exército continuam atuando lá dentro, e que o Ibama a cada dia multa mais fazendeiros. "Ministro Minc, pegue essa turma e leve para vigiar o desmatamento nas áreas indígenas", sugeriu Cassol.

Minc recebeu ontem uma manifestação de solidariedade do PT. Reunido em São Paulo, o Diretório Nacional da sigla aprovou resolução em apoio ao ministro pelo embate travado com ruralistas. O partido convocou a militância a "cerrar fileiras" contra os ataques "de lideranças retrógradas e inflexíveis dos produtores rurais" lançados sobre Minc.

Lula: quem desmatou a Amazônia não é bandido – O Globo – Capa – 20/06/2009

Para presidente, desbravadores da região agiram pelo desenvolvimento do país Ao discursar em Alta Floresta, Mato Grosso, no lançamento de um programa de regularização de propriedades rurais na Amazônia, o presidente Lula afirmou que não se pode chamar de bandidos os produtores rurais que no passado desmataram a região. Ele lembrou as dificuldades enfrentadas pelos primeiros desbravadores da Amazônia, que enfrentaram doenças como a malária: "Ninguém pode ficar dizendo que alguém é bandido porque desmatou", disse. Lula defendeu mudanças no modelo de desenvolvimento da região: "Agora, desmatar joga contra a gente, vai nos prejudicar no futuro." O presidente também contestou as críticas de ONGs à MP 458, que autoriza a venda de terras públicas na Amazônia, e negou que ela vá incentivar a grilagem. Em São Paulo, o diretório nacional do PT aprovou resolução contra mudanças no Código Florestal, defendidas por parte do governo.

Lula anistia desmatadores do passado - Chico de Góis – O Globo – O País – 20/06/2009

Ao lançar programa de regularização de terras na Amazônia, presidente também critica ONGs

Enviado especial • ALTA FLORESTA (MT) A o lançar o programa Terra Legal e Mutirão Arco Verde, que prevê a regularização de 296 mil imóveis rurais na região da Amazônia Legal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem quem desmatou a Floresta Amazônica no passado, referindo-se aos desbravadores que colonizaram a região.

— Ninguém pode ficar dizendo que alguém é bandido porque desmatou — defendeu, observando, porém, que agora a prática deve ser diferente: — Tivemos um processo de evolução, e agora precisamos remar ao contrário. Temos que dizer para as pessoas que, se houve um momento em que a gente podia desmatar, agora desmatar joga contra a gente, vai nos prejudicar no futuro.

No discurso, Lula se refere às dificuldades que os desbravadores da região enfrentaram: — Não podemos nunca nos esquecer de que nos anos 70 foi feita uma reforma agrária neste país e que muita gente foi induzida a vender as pequenas propriedades que tinha, ou mesmo as que não tinha, no Sul do país, e se embrenhou por este Brasil afora para construir cidades como Alta Floresta. Hoje, é fácil a gente vir aqui e fazer críticas, mas a gente não sabe quantos pegaram malária aqui.

Lula, que já chamou os usineiros de heróis, esta semana saiu em defesa do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), dizendo que ele "não pode ser tratado como uma pessoa comum", e até do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, defendendo sua controversa reeleição.

Na terra de Blairo, Minc é vaiado

As declarações foram feitas no palanque em que estavam o governador Blairo Maggi, um dos maiores produtores de soja do país, que teve discussões com a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva e com o atual, Carlos Minc. Marina e Minc já acusaram Blairo de não impedir a derrubada de árvores em Mato Grosso. Mas, ontem, Minc — que foi vaiado pelas 3 mil pessoas presentes — elogiou Blairo.

— No passado tivemos desencontros, e agora temos um grande encontro, o Mato Grosso Legal — disse Minc, referindo-se a um programa estadual de regularização de terras.

Lula também rebateu as críticas de ONGs que afirmam que a medida provisória 458, que autoriza a venda de terras públicas da Amazônia sem licitação, vai facilitar a grilagem. O Congresso já aprovou a MP, com alterações, mas Lula ainda não o sancionou.

A medida provisória permite a compra de terras por empresas privadas.

Para Lula, ONGs mentem ao chamá-la de "MP da Grilagem": — Tenho um profundo respeito pelas ONGs, mas não sou obrigado a concordar com o que elas dizem. Para Lula, o projeto não incentiva a grilagem de terras "em hipótese alguma".

Ele lembrou que a MP foi resultado de acordo no Congresso e disse que tem até dia 25 para decidir se sancionará a lei com ou sem vetos: — Independentemente de mudar qualquer coisa, posso dizer que as ONGs não estão dizendo a verdade quando dizem que a medida provisória incentiva a grilagem de terra.

O programa lançado ontem pretende regularizar, em três anos, 296 mil imóveis de até 15 módulos fiscais (cada um equivale a cerca de 76 hectares) ocupados por posseiros. Foram escolhidos os municípios que mais desmatam. A regularização, que hoje

Dilma: É possível desenvolver preservando – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 20/06/2009

Beijo no coração de quem luta pela sustentabilidade do crescimento do Brasil

BRASÍLIA. Estrela do lançamento do programa Terra Legal em Porto Velho (RO), a ministra Dilma Rousseff, que é considerada da ala desenvolvimentista do governo, fez um discurso pró-ecologia.

Assim como Lula, ela também defendeu a MP 458 — chamada por ambientalistas de MP da Grilagem —, e disse que o Brasil dará ao mundo o exemplo de como promover o

desenvolvimento sem destruir a floresta. Apesar das críticas das ONGs, Dilma disse que a MP 458 é fundamental.

— A partir da lei que nós enviamos ao Congresso e aprovamos, nós podemos iniciar algo que é fundamental.

Vamos regularizar a posse da terra em toda a região da Amazônia — disse ela, no alto de um palanque.

Para a ministra, o país dá um recado para o mundo: — Nós estamos mostrando que é possível desenvolver preservando o ambiente. É esse, hoje, o grande recado que nós damos para o mundo — discursou, mandando, ao final, "um beijo no coração de quem luta pela sustentabilidade do crescimento do Brasil".

Em Rondônia, estado que concentra dois grandes empreendimentos hidrelétricos — Santo Antônio e Jirau —, Dilma disse que o Brasil deve investir nesse tipo de energia, mas levando em conta as populações atingidas.

Ela citou o exemplo de Jirau. Um dos pré-requisitos para a concessão da licença ambiental era a empresa vencedora fazer investimentos em habitação e saneamento.

— Vamos provar que é possível construir hidrelétrica, garantir que o Brasil tenha essa fonte barata de energia, mas também que as populações atingidas sejam consideradas, não fiquem abandonadas — disse Dilma.

PT aprova resolução contrária a mudanças no Código Florestal - Adauri Antunes Barbosa – O Globo – O País – 20/06/2009

Alterações têm o apoio de parte do governo e da bancada ruralista

SÃO PAULO. O Diretório Nacional do PT aprovou ontem uma resolução na qual manifesta sua posição contrária às propostas de alteração do Código Florestal e dá apoio à agricultura familiar.

O partido discorda da possibilidade de estados e municípios passarem a delimitar as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e as Áreas de Reservas Legais (ARLs) das propriedades.

"O PT, pela sua direção, manifesta sua posição contrária às propostas de alterações do Código Florestal, especialmente as referentes às Áreas de Proteção Ambiental e as Áreas de Reservas Legais das propriedades, bem como a tentativa de se delegar aos entes federados estados e municípios competências para delimitá-las", afirma o documento.

As alterações no Código Florestal dividem o governo, com o Ministério da Agricultura e a bancada ruralista apoiando propostas criticadas pela pasta do Meio Ambiente e ONGs.

O partido defende os agricultores familiares: “O PT distingue a agricultura familiar pelo seu papel econômico e social que, devidamente orientada e apoiada, cumpre um relevante papel ambiental, devendo por isso ter um tratamento diferenciado”.

Na resolução, o PT propõe que o debate sobre legislação ambiental “se dê no âmbito da discussão de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país, onde a ocupação territorial seja ordenada, a proteção dos ecossistemas naturais seja efetiva e os benefícios de seus serviços ambientais sejam universalizados”. O texto defende que “as atividades agropecuárias apresentem ganhos simultâneos de produtividade e de sustentabilidade ambiental”.

A política do esquecimento e os crimes ambientais – Valor Econômico – Opinião – Editorial – 21/07/2009

As medidas punitivas do Código |Florestal a produtores rurais que desmataram terras além do que é permitido pelo Código Florestal ou não assumiram compromissos de reflorestamento entrariam em vigor a partir de dezembro, mas têm chances de virar letra morta antes disso. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tende a ceder aos diversos lobbies, de pequenos, médios e grandes agricultores, e deve conceder uma anistia aos infratores. Segundo o noticiário, a única dúvida é se o perdão será restrito a pequenos proprietários ou se estenderá para médias e grandes propriedades.

Somada à Medida Provisória 458, transformada na Lei 11.052 com um único veto de Lula, a intenção de anistia deixa antever o que é a política fundiária e ambiental do governo. Aos poucos, vão sendo removidas as dificuldades que o agronegócio encontra para expandir as fronteiras agrícolas na direção da Amazônia Legal - que hoje concentra os problemas fundiários e ambientais do país. A regularização da propriedade que antecede a efetiva chegada do agronegócio a essa região, no entanto, acontece num ambiente de alta complexidade social, de grande conflito e de total ausência do poder público. Essa tem sido a lógica da ocupação de territórios no país que não foi interrompida pelo governo Lula.

A reportagem de Mauro Zanatta publicada na edição de ontem do Valor ("Devastação e abandono prosperam na BR-319", pág. A12), sobre a reconstrução da rodovia Porto Velho-Manaus, é a descrição do ponto zero de uma ocupação de área de floresta: a construção de uma rodovia, o protagonismo de madeireiras que "limpam" a área inicialmente para a pecuária, extraindo ilegalmente a madeira da floresta, a grilagem e o garimpo irregular e levas de migrantes, em uma área onde o poder público é ausente. É esse o movimento que empurra a fronteira agrícola para um lugar mais distante, às custas de crimes fundiários e ambientais que serão anistiados por algum governo no futuro.

Nesses locais, o afrouxamento das leis de controle ambiental produzem efeitos mais nefastos. Além disso, os mecanismos de proteção ambiental que sobrevivem no Código Florestal tornam-se naturalmente inócuos quando o poder público se ausenta das fronteiras

agrícolas e quando se acumulam problemas fundiários. O pouco Estado que sobrevive nessas regiões não consegue conter a corrida à terra.

A reportagem do Valor relata, por exemplo, as dificuldades que o próprio Batalhão de Infantaria da Selva na região, o 54º, enfrenta para manter a salvo dos madeireiros uma área de 45 mil hectares de florestas da União. O escritório regional do Ibama sequer consegue controlar a atividade extrativista ilegal da floresta.

Desse processo de colonização selvagem resultam as propriedades de terra. São elas as beneficiadas se Lula, de fato, conceder a anistia. Segundo a "Folha de S. Paulo", estão na mesa três propostas: o Ministério do Meio Ambiente defende a anistia apenas a pequenos proprietários; o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, quer estendê-la à média propriedade; e a presidente da Confederação Nacional da Agricultura, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), pretende beneficiar a todos - grandes, médios e pequenos.

Segundo a proposta de Abreu, seriam anistiados todos aqueles proprietários que se dispuserem a recuperar a vegetação às margens dos rios e se comprometerem a não desmatar mais. Bastaria isso. Os que não desmataram o que era autorizado por lei (que varia entre 20% e 80%) seriam remunerados pelo governo.

O Executivo tem tratado a regularização de propriedades na Amazônia Legal como uma pré-condição para a eficiência de uma política de meio ambiente. Segundo o secretário-adjunto de Regularização Fundiária da Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Carlos Guedes, os que ocupam ilegalmente terras na região terão que vir à luz do dia para regularizar suas propriedades, e aí se iniciará o processo de adequação à legislação ambiental ("BBC Brasil" de 19/06). O problema nesse raciocínio é que à ausência do poder público nessas regiões deve somar-se o efeito antipedagógico de um perdão por crimes ambientais.

O desafio de crescer e preservar – Sítio Eletrônico da CNA – 22/06/2009

A ESCOLHA DE MINC

Conciliar a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento do país é o que tira o sono do ministro

• **2 500** quilômetros de estradas precisam ser pavimentados ou duplicados, mas estão em litígio ambiental
• Para suprir a necessidade até 2017, o país tem de aumentar em **50%** a geração de energia elétrica
• **18** projetos de hidrelétricas estão atrasados devido a questões indígenas ou ambientais

• **80%** dos produtores estão de alguma forma irregulares segundo o Código Florestal Brasileiro
• O ritmo de desmatamento da Amazônia diminuiu **55%.** Em breve será anunciado o menor índice em **20 anos**

Conciliar desenvolvimento e conservação da natureza é o dilema do mundo neste século. Para o Brasil, é mais do que isso, é uma equação com variáveis muito mais complexas do que a da média mundial. Para início de conversa, o país abriga 60% da Amazônia, a maior floresta tropical do planeta e o maior repositório de espécies animais e vegetais ainda desconhecidas, um tesouro genético de extraordinário significado para a sobrevivência e o bem-estar das futuras gerações. Essa preciosidade biológica insubstituível tem sido queimada para abrir espaço para a pata do gado, como lenha para carvão sem valor algum. A incineração da floresta de clima amazônica, ecossistema que uma vez perdido não pode ser reposto artificialmente, é ainda mais perversa por jogar volumes gigantescos de gases que aumentam o ritmo do temido aquecimento global. Sem uma única chaminé de fábrica, só queimando seu tesouro vegetal, a Amazônia brasileira coloca o Brasil na quarta posição na lista dos maiores emissores de CO2. Essa acima é a Amazônia que é a insônia do mundo e precisa ser conservada.

Sobre o mesmíssimo território instala-se uma outra Amazônia que quer e precisa ser desenvolvida. Nela vivem mais de 20 milhões de brasileiros. São pessoas com carteira de identidade, família para alimentar, filhos na escola, televisão na sala e uma vontade enorme de imitar em tudo o estilo de vida de seus conterrâneos das cidades grandes do Sul. Essas duas dezenas de milhões de almas têm com a floresta uma relação de rapina que nenhuma ONG ambientalista enxerga, por cegueira ou comodismo. Essa população, quase o dobro da existente na cidade de São Paulo, vive da destruição indiscriminada dos recursos naturais à sua volta. Árvores raras e animais selvagens são diariamente mortos e trocados por bens de consumo imediato, principalmente a fonte de energia mais barata disponível, o óleo que vem do Sul, de navio, e é usado para tocar o gerador que alimenta o televisor. Nesse mundo, uma tartaruga vale dois capítulos da novela.

Mas as pressões mais fortes sobre a mata rica e frágil vêm do Sul. O Brasil que necessita desenvolver-se olha para a Amazônia como a solução também para os seus problemas de escassez energética. Para crescer no mesmo ritmo dos dois últimos anos, o país tem de aumentar em 50% sua capacidade de geração de energia. Para fazer circular as riquezas agropecuárias produzidas nas fraldas da floresta, precisará rasgar 43.000 quilômetros de estrada adicionais até 2023. O agronegócio, a base da economia nacional, tem de continuar crescendo. Nesse contexto, conciliar desenvolvimento e preservação talvez seja o grande desafio da atual geração de brasileiros com algum poder nas mãos.

Ambientalistas e desenvolvimentistas batem boca asperamente em torno de três assuntos específicos:
1) A reforma do Código Florestal.
2) A reabertura da Rodovia BR-319, a Porto Velho-Manaus.
3) A construção de usinas hidrelétricas em áreas de preservação ambiental.

• Examinemos primeiro a questão da obsolescência do Código Florestal Brasileiro, um conjunto de normas de mais de quatro décadas que nunca foi levado muito a sério. Sob plena vigência do código, em apenas duas décadas, a Floresta Amazônica perdeu 10% de sua cobertura original. Está-se falando de uma área equivalente a um estado de São Paulo e meio. O código determina que toda propriedade mantenha uma parcela da vegetação nativa (a chamada reserva legal) além das áreas de preservação permanente (APPs) – locais frágeis como encostas, topos de montanha e vegetação em torno dos rios. É de 80% a proporção de floresta original que os proprietários são legalmente obrigados a preservar na Amazônia. Esse valor cai para 35% no cerrado. Nas demais regiões, ele é de 20%. No papel, maravilha. Na vida real, a motosserra não res-peita limites. Carlos Minc, o ministro do Meio Ambiente, conseguiu que, em julho do ano passado, o presidente Lula assinasse um decreto normatizando os artigos do código. Isso permitiu, pela primeira vez em quase meio século, que a legislação pudesse ser aplicada com rigor. Resultado: 80% dos produtores rurais acordaram na ilegalidade.

As implicações disso são menos simples do que parece a um membro do ramo puro do ambientalismo. A lei dispõe sobre mato, mas incide sobre gente de carne e osso. Na ilegalidade formal, os proprietários começaram a ser privados de crédito de bancos oficiais, e seus negócios foram estrangulados. Agora querem uma anistia. Eles acham que a lei não pode retroagir para punir quem já desmatou. Em troca, assinam o compromisso de não derrubar mais nenhuma árvore. A posição dos proprietários é bastante razoável quando se leva em conta que o próprio estado, no passado, estimulou os agricultores e os pecuaristas a desmatar. Os programas governamentais nos anos 70 só soltavam dinheiro para quem fizesse benfeitorias na terra. Desmatar 50% da gleba era considerado uma benfeitoria. Hoje virou malfeitoria. Mas Minc está irredutível:
"Podemos dar financiamento a juros de 4% ao ano e permitir que eles só comecem a pagar daqui a doze anos. Mas eles terão de recompor a área desmatada. Isso é inegociável". Para os ruralistas, Minc fala sério quando se refere aos pontos inegociáveis. Nos demais, tergiversa.

"A maioria dos produtores quer negociar, mas a maneira como o ministro está conduzindo o processo não favorece o diálogo", diz Eduardo Moura, empresário do agronegócio em Mato Grosso do Sul. Moura defende a tese de que os produtores podem e devem ajudar na demarcação e manutenção de parques e reservas bio-lógicas, porém não em áreas desmatadas de suas propriedades. A briga vai longe.

• A reabertura da Rodovia BR-319, o segundo item de discórdia entre desenvolvimentistas e ambientalistas, tem amparo do Planalto. A obra faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A rodovia de 800 quilômetros corta uma área de mata preservada, considerada o último bolsão verde intocado da Amazônia. Como qualquer estrada, em qualquer país, em qualquer tempo, a BR-319 vai ser a ponta de lança de um processo de povoamento essencialmente hostil ao meio ambiente. Por outro lado, como artéria do desenvolvimento, ela é prioritária. A rodovia faria a ligação por terra dos estados do Amazonas e Roraima com o resto do país. Ligaria também a Região Sudeste à malha viária da vizinha Venezuela. Construída no princípio dos anos 70, por ali já passaram linhas regulares de ônibus, até 1982. Por falta de manutenção, 400 quilômetros de asfalto se perderam, e o trecho ficou intransitável. E assim deveria permanecer se dependesse dos ambientalistas, que, nesse caso, estão tocados pelo bom senso. Como ninguém nega que a Amazônia é valiosa, por que não admitir isso na prática aposentando a ideia de reabrir a BR-319 em benefício de alternativas limpas, seguras, porém mais caras como hidrovias e ferrovias?

Uma ferrovia custaria 60% mais do que a pavimentação da rodovia. Um estudo da mega-ONG preservacionista mundial Greenpeace mostra que só a inibição do desmatamento, se convertida em recursos no ativo mercado de crédito de carbono, compensaria com sobra essa diferença em favor da ferrovia. Paradoxalmente, o ministro Minc, que diz não apoiar a BR-319, concordou em liberá-la.

• O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), cujos temíveis laudos mandam parar obras vitais para o desenvolvimento do país, vai, assim, deixar a obra seguir. Mas seis de dezoito usinas hidrelétricas estão com as obras atrasadas no país por imposição do Ibama. O Brasil é o décimo maior produtor de energia elétrica do mundo, com capacidade instalada de 102.000 megawatts. Sua principal fonte geradora são as usinas hidrelétricas, que respondem por 73% do total. Sob qualquer ponto de vista civilizado, as hidrelétricas são a forma mais limpa e barata de produzir energia. No Brasil, inexplicavelmente, as usinas hidrelétricas são mais visadas pelos ambientalistas do que as carvoarias. Para atender ao aumento da demanda será necessário elevar a capacidade instalada em 50% até 2017. O plano decenal do governo prevê a construção de 71 hidrelétricas com capacidade de gerar 43.000 megawatts. Para os ambientalistas, investir em energia eólica seria ainda menos penoso para a natureza. Em tese, estão certos. Na prática, esbarram na própria natureza – os ventos param de soprar quando querem, e, por isso, nenhum país aposta pesadamente neles seu futuro energético.
Conciliar desenvolvimento e conservação não é para amadores.

Sem explicação

A polêmica sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, produziu cenas de sangue nas discussões entre ambientalistas e defensores do projeto. Em maio do ano passado, o engenheiro Paulo Fernando Rezende, da Eletrobrás, foi atacado a golpes de facão por índios quando explicava o projeto em um encontro promovido no Pará por ONGs e ambientalistas. A imagem do engenheiro banhado em sangue correu o mundo. A selvageria se deu justamente após Rezende apontar as modificações no projeto original – iniciado há 34 anos –, feitas para reduzir os danos socioambientais que serão causados pela hidrelétrica. A área de 1 225 quilômetros quadrados que seria alagada foi reduzida a menos da metade – serão 516 quilômetros quadrados. Não haverá inundação de terras indígenas, ao contrário do que estava previsto no projeto original. Atualmente, uma liminar obtida pelo Ministério Público na Justiça impede que o Ibama convoque uma audiência pública para discutir o estudo de impacto ambiental. É muito barulho por nada.

Quadro - O Norte Ambiental
Quadro - O que está em discussão

Autores: Sílvia Rogar e Marcelo Bortoloti – publicada na Revista Veja – Edição de 24/06/2009

http://www.canaldoprodutor.com.br/noticias

Desmatamento ameaça reduzir cerrado à metade – Valor Econômico – Brasil – 22/06/2009

O ritmo de desmatamento do cerrado poderá elevar de 39% para 47% o percentual devastado do bioma até 2050, de acordo com projeções do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig) da Universidade Federal de Goiás. E a situação pode ser ainda pior, de acordo com o professor Nilson Clementino Ferreira, uma vez que as previsões consideram apenas o desmatamento absoluto. "Se for pensar em áreas degradadas, o número pode chegar a 70% ou 80%."

A abertura de áreas para pasto e agricultura e principalmente o avanço da cana-de-açúcar impulsionado pela demanda de biocombustíveis deverão ser os vilões do cerrado, de acordo com o estudo. A maior parte dos desmatamentos na região até agora, segundo o pesquisador, está próxima a áreas de pastagem e no chamado Arco do Desmatamento da Amazônia Legal, no cerrado mato-grossense.

A baixa produtividade da pecuária na região que chega a destinar mais de um hectare para cada boi e a situação fundiária "vergonhosa", na avaliação de Ferreira, também contribuem para a previsão desanimadora para a área.

As lavouras de cana, que atualmente ocupam 31 mil quilômetros quadrados, devem chegar a uma área pelo menos quatro vezes maior até 2050, com 145 mil quilômetros quadrados plantados. "E a expansão deve seguir o eixo da rodovia BR-153, muitos municípios serão 100% ocupados pela cana", prevê.

O zoneamento da cana prometido pelo governo há anos, mas ainda não apresentado, não deverá ser suficiente para conter o avanço da produção sobre áreas remanescentes de vegetação nativa. Segundo Ferreira, a destruição do cerrado coloca em risco a disponibilidade de recursos hídricos para outros biomas.

Produtor rural será remunerado por conservar água – Sítio eletrônico da CNA – 23/06/2009

Remunerar os produtores rurais pela correta conservação do solo, manutenção da qualidade dos recursos hídricos, entre outros serviços ambientais que beneficiam a sociedade em geral, é o objetivo do Projeto Produtor de Água.

O lançamento oficial aconteceu na semana passada em duas cidades paulistas: Joanópolis e Nazaré Paulista. Essa experiência já é realizada, com sucesso, no Município de Extrema (MG) e em Rio Claro (RJ). A expectativa é de que, em breve, o programa será estendido para todo o território paulista.

As microbacias do Ribeirão do Cancã, em Joanópolis, e a do Ribeirão do Moinho, em Nazaré Paulista, não foram escolhidas aleatoriamente. Segundo Alcides Ribeiro de Almeida Júnior, diretor da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) - Regional de Bragança Paulista, esses ribeirões são de grande importância, pois alimentam as represas do Cachoeira e a do Atibainha, que, junto com outras, formam o Sistema Cantareira (responsável por levar água para mais da metade da Grande São Paulo).

O Projeto Produtor de Água é um trabalho realizado pelas Secretarias Estaduais do Meio Ambiente e de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati). O programa conta com parceria do Banco Mundial e outras entidades de preservação da natureza.

O Projeto Produtor de Água terá o período de três anos, mas a intenção é de que ele se torne permanente. O produtor rural que aderir ao projeto poderá receber o pagamento de até R$ 125/ha/ano em área de preservação permanente (APP) recuperada, R$ 75/ha/ano em conservação de solo e R$ 125/ha/ano em floresta conservada. A expectativa é estimular

técnicas de conservação do solo em 390 hectares, recuperar 208 hectares de APP e conservar 540 hectares de florestas.

Sabesp - A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), por meio da Unidade de Negócio de Tratamento de Esgotos da Metropolitana, plantou ontem mudas de árvores no entorno da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) ABC, na Grande São Paulo.
A iniciativa faz parte do projeto Abraço Verde que a empresa desenvolve para arborizar o entorno de suas unidades.
Até agora, sete já foram contempladas. Essa ação conta com parceira da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo, doadora das mudas.

A ETE é responsável pelo tratamento dos esgotos gerados em parte da cidade de São Paulo e da região do ABC. Ela contribui para que 141 milhões de litros de esgotos/dia sejam tratados e deixem de ser lançados nos corpos dágua.

* Notícia publicada no Jornal do Brasil desta terça-feira - 23/06/2009.

Stephanes: meio ambiente não é monopólio de ambientalistas – Sítio Eletrônico da CNA – 23/06/2009

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou hoje, durante audiência pública na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos deputados, que vem procurando tratar a questão ambiental com equilíbrio. "Não é monopólio de ambientalistas entender de meio ambiente", disse, logo no início de sua exposição, que contava também com a presença do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, mas que chegou atrasado à audiência porque participava de evento em São Paulo.

"Quero deixar claro que inversamente do que se procura divulgar, até com falta de boa-fé, sou favorável ao desmatamento zero no bioma da Amazônia. Já temos área suficiente desmatada. Quero deixar muito claro isso", reforçou. De acordo com o ministro, esse esclarecimento é necessário para evitar "ações espetaculosas" que, segundo ele, às vezes ocorrem sobre o tema.

No pronunciamento, Stephanes comentou que há cinco causas do desmatamento no Bioma Amazônico. Ele reconheceu que a mais forte delas é o setor agrícola, mas pediu que se retirasse o fator soja do discurso, cultivo esse, de acordo com o ministro, colocado durante muito tempo como o principal produto causador do desmatamento. "Hoje já se

reconhece que a soja não amplia áreas de produção há quatro anos. É crescimento apenas de produtividade. A soja ocupa apenas 2,5% do território nacional, então não poderia ser vilã", defendeu.

Na avaliação de Stephanes, tanto o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) quanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estão realizando estudos a respeito do tema, só que, para ele, há uma "confusão deliberada" na mídia, feita por ONGs a respeito da diferença entre Amazônia e o bioma amazônico. "Onde está efetivamente a linha do bioma amazônico? Por falta de definição correta, produtores estão sendo prejudicados no momento de pegar financiamento", argumentou.

Stephanes: debate ambiental não tem participação de quem produz – Sítio Eletrônico da CNA – 24/06/2009

O Brasil precisa construir legislação ambiental, mas é preciso que o setor produtivo participe do debate, na avaliação do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, feita durante audiência pública na Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. "O debate até aqui construído, ao longo de 40 anos, não teve a participação de quem produz. Tomo conhecimento dessas questões por meio do diário oficial", reclamou.

Ao iniciar o pronunciamento, Stephanes deixou claro que não participaria do debate que se seguiria após o seu discurso e o do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Ele permanece, no entanto, na mesa da audiência até agora. Há poucos minutos, Minc é que se retirou do local. Ele lembrou que amanhã participará de outra audiência pública, também na Câmara, para explicar aos parlamentares ruralistas o motivo de ter chamado a categoria de "vigarista".

Durante a audiência hoje, o ministro da Agricultura colocou em questão um item do Código Florestal que delimita em 50 metros a liberação para a plantação agrícola a contar da margem do rio. "Isso merece ser discutido. Por que a margem tem de ser de 50 metros e não de 10 metros, 20 metros, 100 metros? Isso depende da qualidade do solo e não deve ser feito em linha reta", argumentou. Para Stephanes, alguns itens do código devem ser adaptados até que se estude as questões com mais profundidade.

Durante o pronunciamento, ele disse também que a produção brasileira de grãos, considerada "fabulosa", é produzida em apenas 7% do território nacional. "Este é um dado incontestável. O que podia ser discutida é pecuária", voltou a dizer. Ao final de seu discurso, Stephanes deu mais uma alfinetada nos presentes: "Meu pronunciamento só pode ser rebatido por discurso e não por dados."

Deputado propõe comissão especial para debater Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 24/06/2009

O deputado Homero Pereira (PR-MT) sugeriu hoje que a Câmara dos Deputados crie uma comissão especial para debater o Código Florestal Brasileiro, um dos principais pontos de divergência entre os Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente. "Não podemos ser pautados pelas ONGs internacionais. Precisamos fazer o debate para chegarmos a um acordo", disse o parlamentar, durante audiência pública da Comissão de Agricultura na Câmara.

Pereira defendeu também um pacto pela produção sustentável com a utilização intensiva das áreas produtivas em troca da preservação da floresta em pé. Para isso, o deputado defende um pagamento àqueles que mantenham a floresta. "Temos que estabelecer linhas de corte sobre a Amazônia", afirmou.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, foi convocado pela comissão para esclarecer por que usou o termo "vigaristas" ao se referir a produtores rurais durante uma manifestação na Esplanada dos Ministérios. Ele se mostrou favorável ao "pagamento de um" (sic) aos que protegerem a Amazônia.

"O senhor diz que é preciso fiscalizar a Amazônia, mas o senhor é ministro do Meio Ambiente do Brasil, não da Amazônia. Gostaria que o senhor fiscalizasse o Brasil inteiro", propôs Pereira.

Em seguida, o deputado Marcio Junqueira (DEM-RR) disse considerar "complicada" a permanência do ministro no cargo, após o episódio em que usou a expressão "vigaristas". "Mas, se ficar, proponho uma viagem à Amazônia, mas à Amazônia que o senhor não conhece", disse Junqueira.

Agência Estado

Minc e Stephanes não escondem divergências - Catarina Alencastro e Isabel Braga – O Globo – O País – 24/06/2009

Ministros da Agricultura e do Meio Ambiente mal se falam durante audiência que discutia dados sobre biomas

BRASÍLIA. Os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e do Meio Ambiente, Carlos Minc, demonstraram ontem que o clima entre os dois continua azedo, depois da troca pública de farpas no fim do ano passado e das recentes críticas de Minc aos ruralistas. Em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Minc só apareceu ao fim do discurso do colega.

Minc aproveitou sua fala para criticar estudo da Embrapa segundo o qual o Brasil dispõe de menos de 30% de seu território para ocupação econômica, industrial e agrícola. Ele saiu antes de Stephanes da audiência, que discutia dados oficiais sobre os biomas brasileiros. Minc e Stephanes trocaram cumprimentos formais e, durante a audiência, mal se falaram. O ministro da Agricultura lembrou aos deputados que havia perdido a confiança em Minc ano passado e repetiu que defende o desmatamento zero na Amazônia.

Ele culpou a imprensa por ter inviabilizado as reuniões que coordenava com Minc para discutir mudanças no Código Florestal.

A razão foi a publicação da troca de farpas entre ambos.

Stephanes disse que está disposto a "esquecer o que houve lá atrás" e retomar os encontros com ambientalistas.

— Nunca disse que quero desmatar a Amazônia. Tentaram sabotar alguma coisa que estava caminhando na direção correta.

Meu último diálogo com o ministro Minc foi: "Ministro, desculpe, mas perdi a confiança no seu diálogo". Agora, aceito retomar o diálogo, desde que se apresente algo concreto.

Stephanes afirmou que não concorda que os ambientalistas monopolizam o conhecimento sobre preservação. Defensor de mudanças no Código Florestal que levem em conta produções antigas de café, maçã e outras frutíferas no Sul do país, ele disse que, se a atual legislação fosse cumprida, três milhões de produtores estariam na ilegalidade: — O Brasil precisa construir uma legislação ambiental, e o nosso ponto de partida é que toda a legislação ambiental construída até hoje não teve a participação de quem produz.

Desmatamento na Amazônia cai 89% no mês de maio – Sítio Eletrônico do MDA – 24/06/2009

O desmatamento na Amazônia caiu 89% em maio deste ano, em comparação com o mesmo mês em 2008. De acordo com o Instituto de Pesquisa Espacial (Inpe), responsável pela divulgação dos dados, o total da área desmatada foi de 123 km2.

Em coletiva de imprensa no início da tarde de hoje (24), o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que a expectativa é de que "teremos o menor índice de desmatamento dos últimos 20 anos".

Minc declarou ainda que a soma do desmatamento dos cinco primeiros meses deste ano é menor do que a taxa do mês de abril do ano passado. O Mato Grosso foi o estado brasileiro com o maior índice de desmatamento (61%), seguido por Roraima (17,72%) e Maranhão (17,63%). O sistema utilizado para a medição foi o Deter (Detecção do

Desmatamento em Tempo Real). Na medição deste ano, a cobertura de nuvens foi de 62%, em contraponto aos 46% do mesmo período no ano passado.

De acordo com o ministro, as causas da redução estão relacionadas aos pactos com os setores produtivos de soja e madeira, ao aumento da aplicação de multas, à Operação Arco Verde e à atuação do Ibama em conjunto com a Força Nacional e as Polícias Federal e Rodoviária, que realizaram intensas operações de fiscalização e apreensão em toda a região. Ele acrescentou que todo o Governo Federal está empenhado em reduzir drasticamente a devastação na Amazônia. "Nossa meta é alcançar em 2017 o desmatamento zero", completou.

Minc também anunciou o pacto que será firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social para sanar o custo social da operação Arco Verde. O novo pacto prevê a piscicultura, o manejo florestal e a agricultura de baixo impacto como alternativas de trabalho para as pessoas que antes trabalhavam em atividades ilegais. "Graças a ações como estas conseguimos chegar a esta redução, mas cada vez que fechamos uma serraria, por exemplo, sabemos que ocorre o desemprego entre a população local", completou o ministro.

O delegado da Polícia Federal, Álvaro Palharini, da Divisão de Crimes contra o Meio Ambiente destacou a parceria entre Ibama, Força Nacional e Polícia Rodoviária e afirmou que nunca houve um trabalho de fiscalização "tão intenso e árduo" quanto agora, o que resultou na expressiva queda do desmatamento. Ele citou a importância das operações Arco Verde e Portal que controla o escoamento de madeira dos estados do Acre, Rondônia, do sul do Amazonas e do noroeste do Mato Grosso.

Segundo o diretor do Ibama, Luciano Evaristo, das 300 operações planejadas para este ano, 103 já foram realizadas entre janeiro e junho. A maior parte das ações estratégicas será executada no período crítico da seca que teve início em maio e se estende até agosto. Do começo do ano até agora, o Ibama já aplicou um total de 1.102 multas, o que equivale a aproximadamente R$806 milhões.

Minc esclareceu ainda que a regularização fundiária na Amazônia, associada ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), também pode contribuir para o controle do desmatamento, uma vez que a medida deve legalizar as propriedades, facilitando a fiscalização e reduzindo a violência na região.

ONGs discutem lei para mudança climática – Daniela Chiaretti – Folha de São Paulo – Brasil – 24/06/2009

As principais organizações não-governamentais que trabalham com mudança climática se reúnem hoje, em Brasília, com representantes do governo para cobrar

coerência nas posições brasileiras dentro e fora do país. As ONGs querem a aprovação do projeto de lei que cria a Política Nacional de Mudanças Climáticas, a revisão do plano lançado no fim de 2008 e ter influência no papel do Brasil na Conferência de Copenhague, a CoP-15, em dezembro.

O evento, na Câmara dos Deputados, é organizado pelo Observatório do Clima, uma rede que reúne WWF, Conservação Internacional e SOS Mata Atlântica entre outras entidades ambientalistas e tem parceria do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV, da Frente Parlamentar Ambientalista e da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, por exemplo. "As posições do Brasil no enfrentamento à mudança do clima e seus impactos têm que ser firmes tanto do ponto de vista doméstico como externo" diz Fernanda Carvalho, assessora política para assuntos de clima da TNC e vice-coordenadora do Observatório do Clima. "O que vemos são sinais trocados".

Os "sinais trocados" se traduzem na cobrança que o Brasil faz aos países industrializados para adotar metas de redução de emissão de gases-estufa mais fortes no debate internacional, sob o argumento de que o Brasil assumiu o compromisso de reduzir o desmatamento no plano de combate à mudança do clima, em dezembro de 2008. Só que, internamente, o plano não tem recursos específicos ou prazos estabelecidos. "Se o Fundo Amazônia é uma proposta ousada, as polêmicas atuais em torno das medidas provisórias e da revisão do Código Florestal mostram que o governo, como um todo, não está comprometido com isso."

O país também não tem marco regulatório para orientar a economia no rumo do baixo carbono. Há três projetos de lei que criam a Política Nacional de Mudanças Climáticas tramitando no Congresso Nacional. As ONGs sugerem que as metas de redução sejam estabelecidas por setor e que existam medidas definidas de mitigação e adaptação aos efeitos do aquecimento global. No evento de hoje será entregue um manifesto aos representantes dos ministérios das Relações Exteriores, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia.

Cresce cerco ao boi na Amazônia- Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 24/06/2009

A forte pressão internacional de compradores e ONGs ambientalistas obrigou a Associação da Indústria Exportadora de Carne Bovina (Abiec) a aceitar ontem um compromisso público de rejeição à aquisição de boi criado em áreas de desmatamento ilegal na Amazônia. Além disso, a Abiec negocia com o BNDES um programa de rastreamento eletrônico do gado na região da floresta com recursos do Fundo Amazônia, apurou o Valor.

Gestor do fundo composto por doações internacionais para preservação da Amazônia, o BNDES tem participação no capital de vários frigoríficos e busca responder à pressão internacional por mecanismos de proteção ao bioma amazônico. O fundo já tem US$ 110 milhões da Noruega, deve receber US$ 30 milhões da Alemanha, mas poderia captar US$ 17 bilhões até 2017, calcula o banco.

Acuados por denúncias das ONGs Greenpeace e Amigos da Terra, e por embargos decretados pelo Ministério Público do Pará a seus fornecedores, os frigoríficos criaram um "código de conduta socioambiental" com metas e prazo para instituir um "programa de excelência" e de "rastreamento ambiental e sanitário" aos pecuaristas. "Não faremos um compromisso falso com ministério A ou B nem algo para inglês ver", afirmou o presidente da Abiec, Roberto Giannetti da Fonseca, em audiência no Senado. "A Abiec assinará um compromisso com a sociedade".

A pressão é forte. Grandes redes varejistas, como Carrefour, Wal- Mart e Pão de Açúcar, anunciaram que rejeitarão carne de animais provenientes de áreas de desmatamento. A audiência na Comissão de Agricultura serviu para frigoríficos e ruralistas atacarem a ação de ONGs e do MP do Pará. Convidados, mas ausentes do debate, eles foram classificados como "mentirosos", "levianos" e "irresponsáveis" ao longo das discussões. "Para o MP, eles [as ONGs] são os heróis e as empresas, as bandidas", disse Gianetti.

As ONGs acusaram, em relatório difundido nos países compradores de carne e couro do Brasil, os frigoríficos de patrocinar desmatamento, trabalho escravo e invasão de terras indígenas na Amazônia. O MP do Pará autuou fazendas e empresas, além de ameaçar compradores do Bertin de co-responsabilidade por crimes ambientais supostamente praticados pelo frigorífico e seus fornecedores.

Gianetti defendeu ontem que, mesmo sem terem sido incluídos em listas restritivas por Ibama e Ministério do Trabalho, pecuaristas fornecedores da Bertin tiveram suas propriedades embargadas pelo MP. Os procuradores teriam tomado "atitude abusiva" e causado "destruição da reputação" da empresa. "Vamos ter que pedir solução ao Judiciário", afirmou. O executivo disse que as ONGs tiveram acesso ao sigilo fiscal da Bertin. "O Greenpeace disse ter tido acesso a dados fiscais em uma 'sala empoeirada' de Belém durante reunião, na Alemanha, com Adidas e Reebok", disse Gianetti.

Irritado com a ausência dos convidados, o senador Valter Pereira (PMDB-MS), presidente da comissão, afirmou que o MP deu demostração de que o órgão "não tem interesse" em debater e estaria agindo "ao arrepio da lei". "A ação do MP é equivocada e não tem embasamento legal", disse o senador Gilberto Goellner (DEM-MT). Os senadores decidiram realizar uma nova audiência pública, desta vez em Belém (PA), para debater o tema. Greenpeace e Ministério Público serão novamente convidados.

Varejista impõe metas para os fornecedores – Valor Econômico – Agronegócios – 24/06/2009

O número de presidentes de grandes multinacionais no Brasil no evento promovido ontem pelo Wal-Mart, em São sPaulo, dá a medida do poder econômico da multinacional americana, a maior varejista do mundo e, provavelmente, a maior cliente de muitas das principais fabricantes globais de bens de consumo.

Recepcionados por Héctor Núñez, presidente do Wal-Mart no Brasil, altos executivos de 20 empresas assinaram ontem um "pacto pela sustentabilidade", iniciativa que está sendo conduzida globalmente pela varejista com o objetivo de fixar metas ambientais para os seus fornecedores ao redor do mundo.

O primeiro evento do gênero foi realizado pelo Wal-Mart em Pequim, na China, no passado. O país asiático, segundo Núñez, foi escolhido por ser um grande fornecedor de muitos dos itens vendidos nas lojas e por ser, comumente, alvo de críticas dos ambientalistas.

O Brasil é o segundo país onde o "pacto pela sustentabilidade" proposto pelo Wal-Mart foi assinado por grandes fornecedores, embora muitos deles mantenham um relacionamento em bases globais com a varejista. A ideia é replicar o evento nos demais países onde a multinacional atua.

Na lista dos CEOs que assinaram ontem o compromisso com a varejista figuraram os presidentes no Brasil da Unilever, Nestlé, Cargill, Sara Lee, Pepsico, Kimberly-Clark, Diageo e Johnson&Johnson. Também assinaram o documento vice-presidentes e diretores da 3M, Ambev, Bunge, Cola-Cola, Marfrig, Grupo JBS e Grupo Bertin.

As metas ambientais estabelecidas pelo Wal-Mart - muitas delas a serem alcançadas até 2013 - abrangem vários aspectos da cadeia de suprimentos, incluindo a redução de 5% no uso de embalagens. O grupo se propõe ainda a reduzir o consumo de sacolas plásticas em 50%.

O Wal-Mart também quer que as indústrias de sabão em pó e detergentes reduzam em 70% o uso de fosfato e oferecem produtos duas vezes mais concentrados. **(BB, CF, MC)**

Wal-Mart exige auditorias em propriedades da região - Bettina Barros, Murillo Camarotto* e Cláudia Facchini – Valor Econômico – agronegócios – 24/06/2009

A rede varejista Wal-Mart anunciou ontem que irá exigir de frigoríficos localizados no bioma amazônico a apresentação de um laudo, elaborado por auditores independentes, que garanta que as fazendas fornecedoras de bovinos não estejam envolvidas em desmatamento ilegal ou denúncias de corrupção de fiscais, como foi divulgado na semana passada. A ideia é forçar a sustentabilidade em toda a cadeia de fornecedores da varejista -

além da carne, os frigoríficos vendem outros subprodutos do boi para empresas de cosméticos e higiene, por exemplo.

Em cerimônia para divulgar o "Pacto Pela Sustentabilidade, Construindo a Cadeia de Suprimentos do Futuro", que reuniu cerca de 300 fornecedores em São Paulo, a vice-presidente de sustentabilidade do Wal-Mart no Brasil, Daniela de Fiori, informou que os frigoríficos JBS, Marfrig e Bertin assinaram há dois dias um compromisso de apresentar, em 30 dias, o nome das empresas que farão a auditoria, a partir de uma lista fornecida pelo próprio Wal-Mart. Entre as sugeridas, PricewaterhouseCoopers, Deloitte e Ernst & Young. Os frigoríficos deverão entregar os primeiros laudos em 90 dias.

A decisão é mais um desdobramento do relatório "A Farra do Boi na Amazônia", publicado pela organização ambientalista Greenpeace, e a lista do Ministério Público Federal do Pará (MPF) e do Ibama sobre empresas da cadeia da pecuária acusadas de contribuírem para desmatar a maior floresta tropical remanescente no planeta. O relatório do MPF não poupou grandes nomes nem marcas associadas à sustentabilidade, como a dos detergentes Ypê.

De olho nas inevitáveis ranhuras de imagem, as varejistas Wal-Mart, Pão de Açúcar e Carrefour anunciaram um boicote conjunto da carne bovina oriunda do Pará. Só não explicaram quais unidades de abate de bovinos iriam suprir a demanda interrompida do Estado. O Pará fornece 12% do total da carne adquirido pela Wal-Mart no Brasil, segundo informou o presidente da empresa no Brasil, Héctor Núñes.

De qualquer forma, a exigência da Wal-Mart de laudos independentes dos frigoríficos é um passo mais concreto que o simples anúncio de boicote. Isso porque a decisão de deixar de comprar não responde a algumas perguntas: como saber quais fazendas fornecedoras de gado na Amazônia cumprem, de fato, a legislação ambiental? Quem tem o controle sobre isso? As propriedades passarão a ser mapeadas por satélite (a única maneira precisa de checar desmates)?

"Vamos iniciar o processo de auditoria para entender a origem e o transporte dos animais", explicou Núñes, em entrevista à imprensa. Os custos da certificação, disse, ficarão com os próprios frigoríficos.

Embora digam que conhecem seus fornecedores e garantem suas práticas corretas em relação ao ambiente, os varejistas, na verdade, não têm hoje outro mecanismo de monitorar a veracidade dessas informações a não ser pela chamada "lista negra" de propriedades embargadas publicada pelo Ibama. E a fiscalização do Ibama, como se sabe, contém muitas falhas.

"E o que você quer que a gente faça? O papel do Estado?", questiona o ex-ministro da Agricultura e atual membro do conselho de sustentabilidade e administração do JBS/Friboi, Pratini de Moraes. "Nos baseamos nos dados oficiais".

Pratini, que já presidiu a Associação Brasileira dos Exportadores de Carne Bovina (Abiec), atrelou o debate do desmatamento a interesses comerciais. Embora defenda a Amazônia, disse que o desmatamento é a nova barreira não-tarifária de concorrentes e organizações ambientais. "Cansaram da vaca louca e da febre aftosa, agora pegaram outra

coisa", disse ele, minutos antes da assinatura do compromisso público dos fornecedores e a varejista Wal-Mart.

Enquanto Núñes falava a uma plateia silenciosa, representantes de um grande frigorífico conversavam nos corredores sobre as novas exigências. Um deles não parecia feliz com o "curto" período de tempo para a adequação das fazendas.

MP 458: Lula deve vetar artigo sobre áreas ocupadas por empresas – Sitio eletrônico da CNA – 25/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu vetar o artigo que permite a legalização de posses de áreas com até 1,5 mil hectares da Amazônia ocupadas por empresas. Ele estudava ainda se vetaria ou não na MP que regulariza as posses na Amazônia Legal outro artigo polêmico, o que permite a venda das posses entre 400 e 1,5 mil hectares depois de três anos da titulação e não 10 anos, como previa o texto original. A decisão ocorrerá hoje, último dia do prazo legal para que Lula sancione a proposta e a transforme em lei.

O veto à MP foi debatido ontem entre o presidente e seu conselho político. Lula disse que considera bom o conteúdo da medida provisória. Além do mais, segundo o presidente, tudo o que foi aprovado foi amplamente negociado na Câmara. O presidente acrescentou ainda que, depois de ouvir especialistas, concluiu que alguns poucos excessos foram incorporados à MP durante sua apreciação pelo Congresso, um deles o que permite a legalização das terras ocupadas por empresas. Quanto ao restante, disse Lula, estava tudo dentro do que o governo havia planejado, com a dúvida a respeito do prazo para a venda.

A partir de amanhã, quando o presidente sancionar a MP que permite a regularização das terras da Amazônia, estará aberta a possibilidade de legalização, em três anos, de cerca de 296 mil posses. Os que ocupam áreas de até 100 hectares receberão a terra de graça; os que têm áreas de 101 a 400 hectares poderão comprar a posse por valor simbólico; os de 401 a 1,5 mil hectares pagarão o valor de mercado com a terra limpa, mas não terão de passar por um processo de licitação. Disporão do prazo de 20 anos para pagar pela propriedade.

A nova lei faz algumas exigências para a legalização das posses. Entre elas a comprovação de que cumprem função social, foram ocupadas pacificamente, e que o pretenso proprietário não ganhou terras em assentamentos em outros projetos do governo. Serão obrigados a reflorestar, em 10 anos, as áreas que foram desmatadas, até recompor a exigência de reserva legal de 80% do total da propriedade, conforme determinação do Código Florestal para a Amazônia Legal.

Ambientalistas, procuradores da República que atuam na Amazônia, o PT do Senado e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) pressionaram o presidente Lula a vetar não só a parte relativa às empresas e ao prazo para a venda. Queriam também que o presidente tirasse do texto a possibilidade de que áreas ocupadas por prepostos possam ser legalizadas. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) fez pressão ao contrário, para que não houvesse nenhum veto.

Atacado por ruralistas, Minc pede desculpas na Câmara – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 25/06/2009

Bombardeado ontem por cinco horas em uma audiência na Câmara, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) pediu desculpas ao grandes produtores por tê-los chamado de "vigaristas" no mês passado. Mas o recuo não evitou que levasse o troco na mesma moeda dos integrantes da bancada ruralista.
Frequentemente em tom exaltado, muitos parlamentares exigiram um pedido formal de desculpas, cobraram sua demissão do governo federal e o chamaram de "maniqueísta". Dos 22 deputados que falaram diante do ministro, apenas 3, do PT, saíram em sua defesa.
A revolta dos deputados ligados à agropecuária teve origem no final do mês passado. Em meio a uma marcha da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em Brasília, Minc subiu em um carro de som e se referiu aos grandes produtores como "vigaristas", sugerindo que eles, além de acumular bilhões em dívidas, usavam os pequenos agricultores como massa de manobra para exigir mudanças na legislação ambiental.

Recuo

Ontem, Minc recuou da expressão, considerada por ele como "indevida" e "descabida", mas não mudou seu ponto de vista macro. "Retiro a expressão. Ela não revela o meu ponto de vista", declarou.
"Já o conjunto das questões que defendo -como o tratamento diferenciado à pequena produção, críticas que faço sobretudo aos grandes latifúndios que praticam a monocultura, o desmatamento, que usam agrotóxicos-, obviamente as mantenho", completou.
Ruralista histórico e líder na Câmara do oposicionista DEM, o deputado federal Ronaldo Caiado (GO) fez um dos ataques mais ferozes ao ministro: "É um maniqueísmo. Aí ele entende bem. Ele é professor do maniqueísmo. Ele é o bem, e o produtor rural é o mal".
Outro duro ataque veio de Giovanni Queiroz (PDT-PA). "Isso [clima de mal-estar] só acabaria se o presidente Lula o demitisse. Vossa Excelência não merece o cargo."
Depois de ouvir o primeiro bloco de perguntas, Minc respondeu às declarações dos

ruralistas. A Caiado, fundador nos anos 80 da UDR (União Democrática Ruralista), o ministro disse ter recebido "agressões injustificadas e mentirosas". Sobre a sugestão de Queiroz para que Lula o demitisse, ironizou: "É um direito seu. Pode falar com o presidente".
Essa tensão de Minc com a bancara ruralista nada mais é do que um reflexo dos recentes embates dentro do próprio governo entre as áreas ambiental e agrícola, que é representada na figura do ministro Reinhold Stephanes (Agricultura).
Anteontem na Câmara, Stephanes disse que sua pasta não é ouvida nos processos de mudança da legislação ambiental.

Desmatamento
À tarde, em entrevista no ministério, Minc comemorou os dados divulgados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) divulgados ontem que mostram o desmatamento de 123 km2 em maio na Amazônia Legal, contra 1.096 km2 de maio de 2008.
O Pará, líder do desmatamento no ano passado (5.180 km2), teve em maio 83% de sua área coberta por nuvens, o que prejudicou as imagens de satélite -contra 59% de nuvens em maio de 2008.
Nesse ritmo de queda de desmatamento, Minc disse que "vamos ter o menor desmatamento nos últimos 20 anos". No último período (agosto de 2007 a julho de 2008), foram 12 mil km2.
O acumulado nos últimos meses é positivo, ainda de acordo com o ministro: 2.960 km2 de desmatamento entre agosto de 2008 e maio de 2009, contra 6.952 km2 entre agosto de 2007 e maio de 2008.

Desmatamento cai 88% na Amazônia - Soraya Aggege e Catarina Alencastro – O Globo – O País – 25/06/2009

'A guerra é agora', diz Minc, admitindo que problema piora na época da estiagem

SÃO PAULO e BRASÍLIA. Pelo menos 123 quilômetros quadrados da Amazônia Legal sofreram corte raso ou degradação em maio, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A área desmatada equivale a quase 22 campos de futebol por hora, durante todo o mês de maio. Se comparado aos últimos três meses, quando a média de desmate foi de 65,6 quilômetros quadrados por mês, o índice cresceu. No entanto, com relação a maio do ano passado, a redução foi de 88%.

O Inpe prefere não fazer comparações com outros períodos, por causa da diferença nos níveis de cobertura de nuvens e de resolução dos satélites, mas avalia que a tendência geral é de redução do desmatamento da floresta. Em maio, os satélites observaram 38% da

Amazônia Legal, porque 62% estavam cobertos por nuvens. No trimestre anterior, 80% da Amazônia estavam com nuvens. No fim do ano, o sistema Prodes apresentará dados mais completos.

Do total de 123 km² observados em maio, quase metade (61 km²) estão em Mato Grosso, que em maio foi o estado que pôde ser observado melhor pelos satélites. Amapá, Pará, Amazonas e Acre não puderam ser monitorados adequadamente.

Em Brasília, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem que a falta de visibilidade dos satélites explica apenas em parte a queda de 88% no desflorestamento. Ele creditou o resultado ao incremento de ações de repressão à ilegalidade ambiental.

— É por causa das nuvens uma ova. Lá embaixo, o pessoal tava dando uma dura (nos desmatadores) — disse Minc, reafirmando que este ano o Brasil terá o menor desmatamento dos últimos 20 anos.

— Comparando todo esse ano com todo o ano passado já tivemos uma queda de 60% — completou o ministro.

Além das operações, Minc mencionou pactos com o setor produtivo, como a moratória da soja, segundo a qual empresas não compram mais o grão plantado em áreas de desmatamento.

Ele admitiu, no entanto, que o grosso do desmatamento ocorrerá a partir do próximo mês, quando começa o período de estiagem na região.

— A guerra é agora — disse.

Pela manhã, depois de passar cinco horas se explicando na Comissão de Agricultura da Câmara, por ter chamado os grandes agricultores de "vigaristas", Minc voltou a dizer que a expressão usada foi "indevida". Ele garantiu, no entanto, que mantém sua posição de buscar um entendimento com a agricultura familiar e condenar as monoculturas e os latifúndios. O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) reagiu e criticou duramente a gestão de Minc, que preferiu não responder. O deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) defendeu a demissão do ministro.

Lula recebe mais de 7 mil mensagens por veto à MP 458 – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Política – 25/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem prazo somente até hoje para vetar os artigos mais polêmicos da Medida Provisória 458, que cria novas regras para regularização de terras na Amazônia. O tema foi tratado na reunião de coordenação política de ontem mas, segundo ministros ouvidos pelo Valor, Lula não explicitou quais os pontos que pretende vetar. A tendência é que o presidente derrube o artigo que permite o repasse de terras da União para empresas ou em nome de terceiros. Ficaria mantida, apenas, a possibilidade de repasse de terras para pessoas físicas.

Assessores da Presidência reconheceram que o assunto é polêmico e que, qualquer decisão terá uma repercussão internacional forte. Para se ter uma ideia do tamanho da pressão, até terça-feira, a Presidência da República já havia recebido 7,2 mil mensagens, entre cartas e e-mails - 100 vindas do exterior - opinando sobre o assunto. Destes, apenas 50 defendiam a sanção na íntegra da MP.

Lula sabe que sua decisão pode afetar ainda mais uma relação tão conturbada entre dois setores estratégicos do governo: o do ambiente e o do agronegócio. "De um lado, um grupo que tem grande repercussão internacional. Do outro, um setor que tem um peso muito grande para a economia brasileira", afirmou um assessor da Presidência.

As razões para o provável veto ao artigo que permite o repasse de terras para pessoas jurídicas é justamente o fato de ela ferir um dos princípios basilares que nortearam a edição da MP: permitir o acesso à terra dos pequenos produtores rurais. "Tanto que a MP foi concebida pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel", lembrou um aliado do governo.

Depois de almoço no Palácio do Itamaraty em homenagem à presidente das Filipinas, Glória Arroyo, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, lembrou que na semana passada o presidente Lula fez uma grande reunião no Palácio da Alvorada envolvendo os principais ministros das diversas Pastas que tratam do tema. "A decisão a ser tomada será uma decisão de governo e, por isto, será respeitada", assegurou.

Stephanes não quis comentar a possibilidade do veto à transferência de terras da União que estejam sob ocupação de empresas ou por terceiros - os prepostos, nas palavras do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. "As emendas não fazem parte do projeto original. Eu participei da elaboração do projeto original", esquivou-se Stephanes.

O foco da MP é possibilitar que pequenos produtores rurais tenham acesso à terras com 400 hectares, embora o texto estenda este tamanho para terras com até 1,5 mil hectares. Terão direito a estes terrenos pessoas que ocupem a terra antes de 1º de dezembro de 2004. No caso de terrenos de até 100 hectares, as terras serão doadas; de 101 a 400 hectares, a venda será feita por valor simbólico; de 401 a 1,5 mil hectares, os terrenos terão preço de mercado, com prazo de 20 anos para pagamento.

Preservação já dá dinheiro a agricultores de três cidades – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 25/06/2009

Produtores rurais de três municípios brasileiros já estão sendo pagos para manter vivas e saudáveis o que é considerado hoje um ativo tão precioso quanto rebanhos de gado e lavouras agrícolas: as suas nascentes de água.

Um grupo de 147 propriedades aderiu a essa iniciativa inédita no país - o conceito de pagamento por serviços ambientais, que recompensa financeiramente aqueles que preservarem matas estratégicas para a conservação da água.

Entre 2008 e 2009, proprietários rurais de Extrema (MG), Rio Claro (RJ) e Alfredo Chaves (ES) colocaram no bolso quantias mensais ou semestrais que variam de R$ 300 a R$ 3 mil, graças aos benefícios ecológicos por eles prestados. Projetos similares despontam em Joanópolis e Nazaré Paulista (SP), São Paulo, Camboriú (SC), Apucarana (PR) e no Distrito Federal. A expectativa é de que, no futuro próximo, surja um novo profissional no agronegócio brasileiro: o "produtor de água", premiado por uma commodity à altura de qualquer outra.

A lógica desse negócio parte do fato inequívoco de que é a propriedade rural o maior abastecedor de água para o país, irrigando não só o campo mas as áreas urbanas. Por esse motivo, se as nascentes continuarem a tendência de queda de vazão por práticas agrárias erradas - como já acontece - metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro irão simplesmente secar. Ruim para a agricultura, para a indústria e para o usuário comum (você).

"Só o comando e controle do desmatamento não funciona", explica Paulo Henrique Pereira, o diretor de Meio Ambiente de Extrema que esboçou os primórdios do projeto "Conservador das Águas", pontapé que tornou o município o primeiro a realizar o pagamento por serviços ambientais às propriedades mineiras. Na prática, o projeto paga para que a legislação ambiental seja cumprida. O Código Florestal determina que nascentes, matas ciliares e mananciais sejam Áreas de Preservação Permanente, e que se mantenha 20% da propriedade com cobertura vegetal (Reserva Legal). "Recompensar economicamente foi uma necessidade. Só é possível fazer a reversão da degradação com apoio financeiro aos produtores", diz Pereira.

Extrema é um município que, como tantos outros, sofre de dualismos: seu PIB é relativamente alto devido à presença de indústrias como Bauducco e Kopenhagen, mas a renda média per capita não chega sequer a dois salários mínimos. Essencialmente rural, o município rico em água acompanha gradativamente a queda de vazão, que colocou em alerta o poder público.

Quatro anos de investigação culminaram em um diagnóstico ambiental que dá a pista da origem do problema: apenas 22% das matas de Extrema estão de pé. O resto da Mata Atlântica desapareceu sob a colcha de pequenas propriedades onde o gado leiteiro predomina. A corrida agora é para saber o tamanho do prejuízo - o balanço hídrico atual da região.

"Vimos que era preciso trabalhar nossos mananciais", diz Pereira, desde 1994 no cargo. E, assim, o governo local começou a se mexer.

Para dar viabilidade ao projeto, a Prefeitura de Extrema incluiu como prioridade em seu Plano Plurianual de 2005 um orçamento anual de R$ 150 mil para o pagamento pelos serviços ambientais a seus produtores. A decisão foi a base para a criação da lei 2.100/2005, que possibilitou o repasse de dinheiro público ao setor privado.

Com apoio técnico e de suprimentos de parceiros como a organização ambiental The Nature Conservancy (TNC) e o Instituto Estadual Florestal (IEF), Extrema foi dividida em sete sub-bacias do rio Jaguari, que corta a cidade. A ideia foi começar logo pelo mais difícil: restaurar a vegetação da sub-bacia mais degradada, Posses. São 1,3 mil hectares, 109 propriedades. "É uma área bastante fragmentada e com menos de 10% da cobertura vegetal", diz o engenheiro agrônomo Aurélio Padovezi, da TNC.

A segunda fase do projeto, já iniciada, é na sub-bacia de Salto. Aqui, 13 proprietários já recebem dinheiro do projeto, perfazendo uma área de cerca de 550 hectares.

A lei estabelece pagamentos mensais aos produtores, que assinam um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Prefeitura. O pagamento é de 100 unidades fiscais (R$ 169) por hectare/ano e é baseado na área da propriedade. Cabe ao produtor abrir mão de atividades agrícolas em áreas de nascentes. E só. O projeto se encarrega de cercar as áreas, plantar mudas e monitorar. "O produtor não gasta nada. Só recebe", afirma Padovezi.

"No campo, a gente já ganha minoria (sic). Sem apoio, é difícil", diz Terezinha de Moraes Oliveira, de 56 anos. Ela e o marido, Benedito de Oliveira, 60, vivem das 30 cabeças de gado que dão até 50 litros de leite por dia. Tiram, em média, R$ 500 por mês. Por terem uma nascente na propriedade de 14 hectares, recebem de Extrema R$ 205. Quase metade da renda do casal.

Desmatadores fora da lista do Ibama – Bettina Barros e Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócios – 25/06/2009

As 21 fazendas embargadas na mais recente ação do Ministério Público Federal (MPF) do Pará e do Ibama não constam da "lista negra" de desmatamento do próprio Ibama. Das 21 propriedades, sete foram embargadas em 2006, e as restantes ao longo deste ano. A lista é a única maneira oficial de um frigorífico - ou qualquer pessoa jurídica e física - averiguar se a propriedade rural está em conformidade com a lei ambiental.

Esse é o principal argumento da Bertin S.A, acusada de contribuir para a devastação da Amazônia pelo MP do Pará, para rebater a ação do órgão que levou a empresa, que tem quatro frigoríficos no Estado, a perder receitas de quase R$ 50 milhões.

Das 21 fazendas da lista do MP, a Bertin adquiria bovinos de 14 delas. Depois da ação, as compras foram suspensas. Sem o nome das fazendas na lista do Ibama, a empresa argumenta que não é possível saber da ilegalidade.

Desde que fez parceria com a IFC, braço financeiro do Banco Mundial, em 2007, a Bertin adota práticas de sustentabilidade na compra do gado em todas as suas unidades , segundo Fernando Bertin, diretor-presidente da empresa. Só no Pará, a Bertin tem 2.500 fornecedores - em todo o país são 7 mil para atender um total de 13 unidades. No próprio

Estado, a empresa implementou um projeto-piloto prevendo práticas sustentáveis, que deve ser ampliado para todas as unidades a partir do segundo semestre.

Em entrevista na noite de ontem, o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo, mostrou-se surpreso com a informação de que as 21 fazendas não estavam na lista do órgão em que trabalha. "Deveriam estar lá. Se não estão, vão entrar imediatamente", afirmou. Ele não soube explicar o porquê da falha.

Já o procurador federal Daniel Azeredo Avelino, do Pará, disse ter informado ao órgão ambiental, há algum tempo, sobre o erro. "É um absurdo essas fazendas não estarem na lista", disse ele. Segundo ele, uma das fazendas embargadas está dentro de território indígena. Outras 16 não têm licenciamento ambiental para operar, e quatro apresentam só o protocolo de licença.

Apesar da decisão, as propriedades continuaram a comercializar bois à revelia da Justiça e, por isso, foram autuadas em R$ 2,1 bilhões por violação do embargo. A multa se enquadra no que o Ministério Público classifica como um "pagamento solidário", no qual frigoríficos que adquiriram animais nessas fazendas também pagam a conta como co-responsáveis pelo crime ambiental praticado.

O argumento da indústria, no entanto, não deixa de ter algum fundamento: se a ilegalidade das fazendas de gado não é apresentada pelo próprio Ibama, como saber dos embargos? É por esses erros do Estado, entre outros motivos, que o Ministério Público defende que pecuaristas e indústria ampliem suas responsabilidades para cumprir a lei ambiental.

Na semana passada, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) elaborado pelo MPF foi entregue aos frigoríficos com várias exigências. O setor - entre eles a Bertin - enviou sua contra-proposta, na qual se isenta de responsabilidades que acredita ser exclusivamente do poder público - realizar o cadastro ambiental das propriedades e o monitoramento do desmatamento e fiscalizar as propriedades em relação à entrada e saída de gado, entre elas. O MPF analisa o documento.

Os movimentos das últimas semanas foram detonados após a publicação do relatório "A farra do boi na Amazônia", da organização ambientalista Greenpeace. Na sequência, o MPF do Pará e o Ibama divulgaram uma lista sobre empresas da cadeia da pecuária acusadas de contribuírem para desmatar a Amazônia.

Câmara aprova nova lei para rastrear bovinos – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 25/06/2009

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem uma nova lei para o rastreamento do rebanho bovino e bubalino no país. O sistema, que ainda será submetido ao

crivo do Senado, simplifica as regras de rastreamento do gado e reduz as exigências para uma identificação facultativa dos rebanhos.

O projeto de lei aprovado na Câmara permite seguir as várias etapas de vida de um animal, de seu nascimento até as fases de produção, transporte, processamento e distribuição dentro da cadeia produtiva. É uma carteira de identidade de cada animal.

O texto institui como mecanismos de rastreamento formas permanentes de marcação dos animais, como marcas à fogo e tatuagens nos animais, mas também admite o uso de microchips para identificação do proprietário do gado. Exceção será feita ao animal com registro genealógico em entidades credenciadas pelo governo.

"Agora, faremos um controle sanitário com custo compatível, sem onerar o produtor", afirma o líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO). "Não vamos mais transferir ao cartel dos frigoríficos as informações sobre o rebanho com nome de pecuarista e quantidade de animais".

O atual sistema (Sisbov) abre as informações dos pecuaristas às indústrias do setor, segundo ele. "Agora, os frigoríficos não vão mais saber onde está o rebanho e quanto gado o pecuarista tem que vender em determinado período", afirma Caiado. "Eles não terão mais os dados e não poderão acessá-los diariamente como fazem hoje no atual Sisbov". Mercados importadores como os países da União Europeia exigem regras e auditorias rígidas, com uma lista única de fazendas, para comprar animais brasileiros.

Pelo texto da nova lei, os pecuaristas terão que manter, por um prazo de cinco anos, a guarda de documentos como guia de trânsito animal (GTA), nota fiscal, atestado de vacinação e registros do serviço de inspeção de produtos de origem animal, emitidos pelo governo federal. O Ministério da Agricultura será responsável pela organização de uma base de dados eletrônica.

O projeto, relatado pelo deputado Abelardo Lupion (DEM-PR), também prevê a criação de sistemas de rastreamento adicionais, desde que sejam voluntários. Os pecuaristas terão prazo de dois anos para se adaptar às novas exigências, desde que "não sobrecarreguem" o pecuarista com "formalidades administrativas".

Municípios pioneiros abastecem áreas metropolitanas – Valor Econômico – Agronegócios – 25/06/2009

Se é importante para a pequena Extrema, de 24 mil habitantes, a água que nasce ali é crucial para São Paulo. Grosso modo, um produtor rural de Extrema abastece cerca de 1.800 paulistanos.

Nada menos que 100% das águas de seu rio Jaguari desembocam no Sistema Cantareira, o maior sistema de abastecimento de água da América do Sul e fonte de 50% da água que chega às 9 milhões de pessoas da região metropolitana de São Paulo. "Se Minas

Gerais tivesse mar, a água não chegaria até lá. Antes, seria desviada para São Paulo", alfineta, humorado, Paulo Henrique Pereira, diretor de Meio Ambiente de Extrema.

Com sérios problemas de deficiência hídrica, São Paulo precisa dos 22 metros cúbicos por segundo de vazão média que vêm do Jaguari para atender à sua demanda.

Do mesmo modo, a importância do rio Piraí é vital para a região metropolitana do Rio de Janeiro, que inclui Nova Iguaçu e Niterói, uma mancha urbana de 8 milhões de pessoas. Assim como o Jaguari, o Piraí contribui com quase 20% da água levada ao Sistema Guandu.

"Está tudo pendurado nessas transposições de rios", explica Décio Tubbs Filho, diretor-geral do Comitê da Bacia Guandu, sediado em Seropédica, no Rio de Janeiro.

A importância do pagamento aos produtores rurais de Extrema e Rio Claro que preservam seus mananciais, portanto, extrapola os limites de seus municípios. "Todos nos beneficiamos com isso", afirma Fernando Veiga, coordenador de Serviços Ambientais da The Nature Conservancy (TNC).

Sem a manutenção das matas, a absorção da água da chuva nos lençóis subterrâneos é prejudicada, e as chances de erosão aumentam significativamente. E esse problema é especialmente grave no Brasil. Dados da Agência Nacional de Águas (ANA) mostram que as taxas de erosão no país estão entre 15 a 20 toneladas por hectare - 9 a 12 toneladas é o recomendado.

Pesa mais para o produtor, que perde área útil, e para o consumidor: o assoreamento leva mais sedimentos aos rios, o que aumenta o custo de tratamento da água.

Espírito Santo recorre a royalties do petróleo para expandir política – Betina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 25/06/2009

Cerca de R$ 3 milhões em royalties de petróleo e gás pagos ao Espírito Santo poderiam ser utilizados hoje para o pagamento a produtores rurais do Estado que preservarem suas matas nativas e, consequentemente, seus mananciais. Essa exorbitância de dinheiro está prevista em uma lei aprovada em dezembro de 2008, que tornou o Espírito Santo o primeiro a instituir - em nível estadual - os pagamentos por serviços ambientais.

A lei número 8995 determina que 3% dos royalties de petróleo e gás sejam revertidos para o Fundágua, o fundo constituído para financiar a conservação e a melhoria dos recursos hídricos capixabas. Desse montante, 60% devem ser destinados para pagamentos de serviços ambientais, e os 40% restantes a demais projetos ambientais públicos. Além dos royalties, o fundo recebe a compensação financeira do setor hidrelétrico.

Por enquanto, o projeto-piloto recompensa financeiramente apenas sete propriedades do município de Alfredo Chaves, totalizando 112 hectares preservados.

Segundo o governo, outras 20 propriedades já estão cadastradas. Elas estão na área da bacia hidrográfica do rio Beneventes, que abastece uma gama de municípios, entre eles Guarapari. Os pagamentos aos produtores tiveram início em março deste ano e somam R$ 17,5 mil.

A meta do governo do Espírito Santo é trabalhar com 60 propriedades rurais até o fim deste ano.

De acordo com a secretária estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Maria da Glória Brito Abaurre, este é o início de um dos projetos para incentivar a conservação e a ampliação da cobertura florestal, principalmente em áreas consideradas estratégicas para a questão da água. O Espírito Santo tem hoje apenas 10% de Mata Atlântica, sua cobertura vegetal original. A meta do governo é ampliar essa área em 16% até 2050.

"O objetivo é a indução de comportamento. O Espírito Santo reconhece que a floresta tem valor econômico porque presta um serviço ambiental", diz Maria da Glória "Não temos abundância em recursos hídricos. Somos cada vez mais pobres, mais assoreados", explica.

Segundo a secretária, Alfredo Chaves foi escolhido devido a algumas particularidades. Primeiro, trata-se do maior produtor de nhame do Brasil, cultura que consome alta quantidade de água. Segundo devido à localização e boa condição dos fragmentos verdes - ao contrário de Extrema, as autoridades capixabas optaram por começar a compensação econômica pelas áreas mais preservadas.

Os próximos passos, diz Maria da Glória, são avançar para áreas estratégicas dos rios São José e Guandu. A legislação determina que o valor máximo a ser pago por hectare/ano em áreas prioritárias é de 510 VRTEs (Valor de Referência do Tesouro do Estado), equivalente a R$ 923. O repasse é feito através do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes).**(BB)**

Cobrança de água garante verba no Rio – Valor Econômico – Agronegócios – 25/06/2009

O translúcido rio Piraí, que margeia o pequeno município de Rio Claro, na serra carioca, segue caudaloso até chegar ao Sistema Guandu, a principal fonte de abastecimento de água da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Piraí contribui com quase 20% da água levada ao sistema e por isso o Comitê da Bacia do Guandu - uma figura criada pela Lei Nacional de Recursos Hídricos, formada por representantes de governo, sociedade civil e usuários - é contemplado com R$ 3 milhões por ano pela cobrança do uso de água.

Ao contrário de Extrema, onde o orçamento municipal paga o produtor de água, é deste comitê que sai o pagamento por serviços ambientais instituído em Rio Claro, em

2008. O programa "Produtores de Água e Floresta" do município recebe, nesta primeira etapa, R$ 40 mil. O restante da verba vai para projetos de saneamento, mais que bem-vindos em um município que tem hoje somente 50% de coleta e zero de tratamento de esgoto.

No primeiro ano do projeto-piloto, 18 propriedades receberam a verba, totalizando pouco mais de R$ 17 mil pagos. Segundo o governo, há outros 28 produtores cadastrados. O potencial de abrangência do projeto, no entanto, é alto: apenas nesta microbacia existem 120 propriedades rurais aptas a participar, em uma área de 5 mil hectares. Na bacia inteira, que abrange mais 14 municípios, o escopo aumenta para mil proprietários em 300 mil hectares de terras.

"Todas as propriedades são georreferenciadas [mapeadas por satélite], o que ajudou a dar credibilidade ao projeto junto ao comitê", afirma Fernando Veiga, coordenador de Serviços Ambientais da The Nature Conservancy (TNC), parceira da Prefeitura no projeto.

Com uma economia baseada na pecuária leiteira de baixa tecnificação, Rio Claro vê no pagamento por serviços ambientais uma alternativa interessante. O município, afinal, parece não ter muito para onde correr. "Pensar em trazer a indústria para cá, nem pensar. Estamos afastados do principal eixo viário do Estado e nossa topografia não ajuda porque é muito montanhosa. A saída de Rio Claro é essa, ser produtor de água e pecuária", resume o prefeito Raul Machado.

Com contratos de quatro anos, os produtores rurais recebem parcelas semestrais que, segundo o governo, equivale ao que eles ganhariam caso optassem por arrendar a terra. "Nunca pagamos menos do que eles ganhariam de outra forma", afirma o biólogo Gilberto Pereira, diretor técnico do Instituto Terra de Preservação Ambiental, outro parceiro de peso da Prefeitura. A Emater/RJ fez os cálculos: R$ 100 por hectare/ano para o arrendamento e R$ 200 por hectare/ano para a venda de leite.

Benedito Leite, 66 anos, e a esposa, Terezinha Leite, de 62, membros da única comunidade quilombola de Rio Claro, receberam R$ 2 mil no início do ano para que o governo cercasse suas nascentes para impedir a entrada do gado. O boi, eles aprenderam, pisoteia os cursos d'água até que se transformem em brejos e sequem. "A gente não tinha na cabeça a necessidade de proteger a água", dizem. A poucos quilômetros dali, Braz de Oliveira vê o retorno do projeto com o aumento da água. Uma de suas nascentes foi cercada e o gado, agora, só olha de fora. Um verdadeiro oásis no meio do pasto.

Brasil pode aumentar capacidade produtiva do agronegócio recuperando áreas degradadas – Sítio Eletrônico da CNA – 26/06/2009

"Aquilo ali é o resultado de mais de 50 anos de exploração desregrada do solo", denuncia o produtor rural Ovídeo Müller, apontando para o alto de um morro onde a terra está tomando o lugar da vegetação. Há mais de duas décadas Müller, um gaúcho de 59 anos, migrou para Mato Grosso do Sul, onde possui uma fazenda de 700 hectares para

criação de gado de corte, em São Gabriel do Oeste. Há cerca de três meses tomou a decisão de implantar a produção integrada de sistemas agropecuários como forma de aumentar a produtividade, recuperar áreas degradadas e aproveitar um córrego que atravessa sua propriedade.

A técnica implantada na fazenda de Ovídeo foi a silvipastoril (SSP), uma combinação de árvores e pastagem de gado manejados de forma integrada numa mesma área. De acordo com o pesquisador da Embrapa Florestas e doutorando pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) Vanderley Porfírio, a criação de animais com árvores na pastagem ajuda a reduzir o processo de erosão do solo e proporciona bem-estar aos animais. "A recuperação do solo vai formar um pasto com mais nutrientes para o gado, com isso os animais engordam mais rápido e a madeira das árvores é alternativa de renda ao produtor que pode vendê-la para indústria de celulose e outras", explica o pesquisador.

A expectativa do produtor rural é que, a experiência de criar gado com plantação de eucaliptos, torne os pastos mais produtivos para aumentar a lotação atual de 0,5 para 2,5 animais por hectare/ano. A pastagem de boa qualidade reduz, em cerca de um ano, o desenvolvimento do animal, do nascimento até abate. Na medida em que uns são abatidos, outros ocupam seu lugar, ciclo que aumenta o giro de animais por pasto. O sistema SSP é executado em caráter experimental nos 21 hectares da fazenda. Com os resultados positivos, o sistema integrado de produção será implantado em toda a propriedade.

Assistência técnica - O projeto de produção integrada na fazenda de Ovídio Müller tem assistência do Comitê Técnico Gestor (CTG) de São Gabriel do Oeste/MS, é formado por pesquisadores, produtores rurais da região, servidores da prefeitura e técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Outros CTGs prestam assistência em estados, como o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. O sistema de produção que, além da pecuária e da floresta, inclui a lavoura, é chamado sistema de Integração Lavoura, Pecuária e Silvicultura (ILPS) ou agrosilvipastoril. Cada região deve optar pelo mais adequado às suas características. Segundo o professor Aníbal de Moraes, no cerrado a integração é reforçada pela rotação de culturas, recuperação dos solos e das pastagens degradadas.

Já na região Sul do Brasil o enfoque tem sido na rotação e diversificação de culturas, mas principalmente como alternativa de renda e uso das terras em períodos intermediários às lavouras de verão. "Os benefícios da produção integrada lavoura e pecuária têm sido associados, invariavelmente à redução de custos, aumento da eficiência do uso do solo, da prevenção de pragas e de doenças, além do aumento de liquidez e renda ao produtor", afirma o professor Aníbal.

As vantagens do sistema de produção integrada já são comprovadas pelo produtor Vilson Brusamarello, 50 anos, dono de uma fazenda de mil hectares, também em São Gabriel do Oeste/MS. Há cinco anos, Brusamarello começou a alternar o plantio de soja no verão com a criação de gado no inverno, "num talho" de 85 hectares da propriedade. "A melhor soja que colhi aqui da fazenda foi desse pedaço de terra", orgulha-se o produtor, que diminuiu em 25% a aplicação de agrotóxico. , "Em termos de controle de ervas daninhas e combate à praga é bem mais fácil", afirma. A estimativa é de que a produtividade da soja colhida nessa parte da fazenda tenha aumentado em cerca de 15%.

Voçoroca - Diante dos bons resultados, o produtor quer ampliar a produção integrada na propriedade. Em outros 22 hectares vai desenvolver o sistema lavoura, árvore e pasto e, em 21 hectares, a experiência será com pasto e floresta.. "Pelo que vi, posso falar com segurança que a produção integrada é um bom negócio", diz Brusamarello. Além dos benefícios econômicos, a plantação de árvores nativas e eucaliptos no pasto freou o avanço de uma voçoroca, de 28 metros de profundidade por 32 de largura, que preocupava o fazendeiro.

Pastos degradados e baixa produção associados à pequena rentabilidade foram os motivos que levaram o gerente Adilson Kazuo, da Fazenda Modelo 2, no município de Ribas do Rio Pardo/MS, a implantar o sistema de produção integrada. A propriedade produz soja, milho, feijão e madeira, além de trabalhar com gado de corte. As lavouras seguem o sistema de plantio direto na palha (SPD). "A presença da palha influencia diretamente na conservação da umidade do solo", explica Kazuo.

A integração lavoura-pecuária oferece mais flexibilidade no investimento. Se uma atividade apresenta melhor perspectiva pode-se investir mais e ter mais cautela na outra. Para saber no que é melhor investir, é feita uma análise dos custos de produção por hectare, das previsões climáticas e da expectativa dos preços do mercado. O sistema agrosilvipastoril começa com a lavoura intercalada com floresta. Depois da colheita, planta-se o capim para a criação do gado, favorecendo o bem-estar animal.

A melhora da fertilidade do solo se deve ao acúmulo de matéria orgânica, que renova o ciclo de nutrientes e aumenta a eficiência dos fertilizantes. A curto prazo, o produtor conta com a renda da agricultura; em médio prazo, com a pecuária. Mais adiante, dependendo da escolha, poderá vender a madeira para indústrias ou carvoarias.

Recuperação do solo – As experiências de Ovídio Müller, Vilson Brusamarello e Adilson Kazuo mostram como o sistema de produção integrada, além de proporcionar ganhos financeiros, também permite a recuperação de solos degradados. O ILPS é um sistema nacional de uso racional do solo, em que interagem lavoura, animal e árvore na preservação do solo e da água, promovendo o desenvolvimento sustentável.

A recuperação de áreas degradadas por meio do sistema de produção integrada é, reconhecidamente, a melhor forma de aumentar a agropecuária no País, sem a necessidade de ampliar a fronteira agrícola. O Brasil tem como desafio recuperar cerca de 40 milhões de hectares de áreas degradadas. O sistema ILPS otimiza o uso do solo, aumenta a produção em áreas usualmente de pastagens e, ao mesmo tempo, incrementa a renovação do solo e o aproveitamento da adubação residual da lavoura de grãos.

Assessoria de Comunicação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Lula veta transferência de terra da Amazônia para empresas – Sítio Eletrônico da CNA – 26/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou ontem o artigo 7º da Medida Provisória 458, que foi incluído pela Câmara, e permitia a regularização fundiária de terras da Amazônia ocupadas por empresas ou por terceiros. A decisão foi tomada depois da reunião do presidente com o advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli. A justificativa do veto mostrou que a MP levou em conta o fato "de que a maior parte das ocupações de terras públicas na região era exercida por pequenos e médios agricultores".

Ainda de acordo com o documento distribuído à imprensa, o objetivo do governo era viabilizar a regularização para este segmento de produtores, "que exploram diretamente a terra e tem na exploração da mesma a principal atividade econômica". A AGU reconheceu que a importância da regularização fundiária para o desenvolvimento econômico e social da região levou a proposta a receber emendas "que ampliaram seu objeto para incluir as ocupações exercidas por pessoas naturais, ainda que detentoras de outros imóveis ou que explorem indiretamente a área ocupada, e por pessoas jurídicas entre aquelas passíveis de regularização".

Pela análise da assessoria jurídica do governo, não seria possível prever os impactos das duas propostas para o desenvolvimento do processo de regularização fundiária, pela simples razão de "não haver dados que permitam aferir a quantidade e os limites das áreas ocupadas que se enquadram nesta situação".

Editada com base nos estudos feitos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para resolve o vácuo de regras para a legislação fundiária na Amazônia, a MP 458 transformou-se em uma batalha política entre ambientalistas e ruralistas. A bancada ligada ao agronegócio no Congresso estendeu a possibilidade que a regularização dos terrenos até 1,5 mil hectares beneficiasse também empresas e ocupações indiretas.

Desde a semana passada a tendência pelo veto à emenda que beneficiava as empresas era dada como certa. Mas a proibição de regularização de terras ocupadas por

prepostos foi uma decisão tomada mais tarde. "Essa questão é polêmica, já que a pessoa pode não morar em um terra próxima à que seria regularizada, mas manter atividade produtiva na mesma", afirmou um ministro ao Valor, antes da confirmação dos dois vetos.

Antes de saber dos vetos, a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PT-AC), criticou o texto da MP. "Os apelos por vetos não são só de ambientalistas, mas de toda a sociedade. Estão em jogo R$ 70 bilhões em terras da União. É dinheiro do patrimônio público. Vai haver a reconcentração de terras, porque com título próprio as terras valerão mais e os titulares vão vender a terra".

"Na sua origem essa medida provisória é problemática. Primeiro, que não deveria ser uma medida provisória, segundo que deveria ter recorte de 400 hectares, atendendo a 80% dos posseiros e envolvendo uma área de R$ 7 milhões de hectares. Agora, como envolveram ainda grandes e médios produtores, tem um agravante de 60 milhões de hectares", disse.

A petista apontou um benefício, mas ressalvou: "De ponto positivo, a MP possibilitará que a população tenha acesso ao crédito, mas, no mérito, ela é problemática. Vai esconder os grileiros que estão por trás das pequenas propriedades. E não atende ao benefício de função social da terra."

Autor: Paulo de Tarso Lyra (colaborou Cristiane Agostine) – Valor Econômico – publicada em 26/06

Minc anuncia mudanças no Código Florestal – Sítio Eletrônico da Fetraf – 26/06/2009

Os pequenos agricultores gaúchos voltaram a respirar aliviados no fim da tarde de ontem após o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciar uma série de medidas que envolve as discussões em torno da Reserva Legal. Com as mudanças propostas para o Código Florestal, as áreas de preservação permanente (APPs) poderão ser consideradas reservas legais.

As novidades foram apresentadas no encerramento da audiência pública sobre aperfeiçoamentos do Código Florestal, promovida na Assembleia Legislativa. Entre elas está a admissão de até 100% da área de preservação permanente no cálculo do percentual de reserva legal (a média e grande agricultura serão discutidas separadamente); tratamento diferenciado para a agricultura familiar, com até quatro módulos fiscais — no RS alcança até 100 hectares—; legalização das culturas de áreas com inclinação entre 25 e 45 graus;

averbação gratuita da reserva legal; e, definição das várzeas pelo nível médio de vazão e não mais pelo nível máximo.

Carlos Minc anunciou ainda a criação do Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental da Agricultura Familiar com o objetivo de promover a regularização das propriedades e posses do agricultor familiar. Pela proposta, nas várzeas ficam asseguradas as atividades sazonais de agricultura especificamente para o cultivo de lavouras temporárias. Outro item que o documento contempla é o das elevações com inclinação superior a 45 graus, onde "será admitida a manutenção de culturas consolidadas com espécies lenhosas perenes, assim consideradas aquelas já efetivamente implantadas na data de início de vigência da presente norma e desde que utilizadas práticas de manejo que garantam a função ambiental da área".

"São as bases de um acordo nacional que podem representar a possibilidade de preservar mais e produzir mais", afirmou Carlos Minc. "Neste ano que estou à frente do ministério, aumentamos em 60% as licenças ambientais, sendo mais ágeis e mais rigorosos. Também conseguimos alcançar o menor desmatamento da Amazônia nos últimos 20 anos". Segundo ele, não será necessária a derrubada de nenhuma árvore para que o País produza mais.

MOVIMENTO

Minc disse que o acordo feito pelo Ministério do Meio Ambiente, consagrando pedidos do setor de agricultura familiar, foi devido à importância da luta dos ambientalistas gaúchos e dos agricultores familiares na produção de alimentos no Estado. Ele ficou impressionado com a representatividade do público que lotou o auditório Dante Barone. "Nunca vi tanta gente participando de debate num parlamento", afirmou.

Segundo o ministro, o acordo isentará de pagamento de medição das propriedades áreas entre 60 e 100 hectares. Disse também que haverá indenizações por práticas preservacionistas. Conforme Minc, o presidente Lula anunciou que já existe um fundo de R$ 2 bilhões para estas indenizações.

Minc também anunciou o pagamento por serviços ambientais, desejo de diversos setores e acordadas com as entidades representativas do setor – Contag, Fetraf, CUT e MPA – as mudanças serão encaminhadas ao Congresso através de Medida Provisória. Ainda não há data para o encaminhamento e votação da proposta, mas Carlos Minc adiantou que espera vê-las implementadas o mais rápido possível.

Apesar de terem saído da audiência satisfeitos, os agricultores familiares querem novos avanços. O coordenador-geral da Fetraf-Sul, Altemir Tortelli, acredita que deve ser permitido o cultivo de milho e soja nessas áreas, e não apenas as perenes.

Principais mudanças

-Agricultor familiar passa a ser quem tem até quatro módulos fiscais (um módulo no RS varia de oito a 35 hectares), e não mais 30 hectares;

-Cômputo de até 100% da APP no cálculo do percentual de reserva legal;

-Manutenção de culturas com espécies lenhosas perenes em áreas com inclinação entre 25 e 45 graus;

-Averbação da reserva legal da propriedade passa a ser gratuita;

-Programa permitirá a regularização da propriedade no prazo de três anos;

-Fica assegurada atividade sazonal para cultivo de ciclo curto em várzea;

-Permite intervenção de baixo impacto em APPs, como moradias.

Uma nova política rural – José Carlos de Carvalho – O Globo – Opinião – 26/06/2009

Há mais de duas décadas o problema do desmatamento está no centro do debate ambiental. A questão, entretanto, permanece sem solução capaz de revertê-la e vai dilapidando o patrimônio natural do país.

Em Minas, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, foram desmatados em torno de 32 mil hectares deste bioma de 2005 a 2008. Do ponto de vista absoluto, o estado ficou no topo da lista dos que mais desmataram, por ser também a unidade com a maior área desse bioma.

A despeito da sua histórica ocupação territorial, Minas tem, embora fragmentados, 2,6 milhões de hectares da antiga Mata Atlântica.

Do ponto de vista relativo, tal área é bem menor que os 135 mil hectares suprimidos entre 1995 e 2000, evidenciando a tendência observável de queda.

Ora, a Mata Atlântica foi submetida, por força de lei federal, a um regime especial de proteção, mas a medida não foi suficiente. Que razões informam tal resultado? A ausência, teimosa, da discussão de políticas de uso da terra no país. Não adianta discutir restrições da legislaçã ambiental, sem debater igualmente os instrumentos econômicos que estimulam o uso da terra.

O crédito rural, por exemplo, como o mais importante instrumento de incentivo econômico da política agrícola, permanece, com poucas alterações, com a mesma concepção dos anos 70! Ainda hoje, estimulamse os cultivos e criações, sem pensar a propriedade rural como uma unidade de produção sustentável.

Nesse modelo excludente de formulação de políticas públicas, na esfera federal o desmatamento continuará, ainda que declinante, como ocorre em Minas. Aqui, o governo do estado dobrou o contingente do policiamento ambiental, passando de 965 policiais para 1600, realizou concurso público e nomeou mais de 500 técnicos de nível superior, adquiriu veículos e helicópteros para dar mobilidade à fiscalização, e o problema continua a ser grave.

Além disso, Minas é o primeiro estado fora da Amazônia a realizar, em escala adequada, o Zoneamento Ecológico-Econômico de todo o seu território.

Com a política ambiental agindo quase que exclusivamente nas medidas de comando e controle, e com a política econômica do governo federal para o setor agropecuário abstendo-se de incorporar a variável ambiental, podemos entender, ainda que lamentando, por que o desmatamento continua e por que ambientalistas e ruralistas estão dando cabeçadas em relação ao Código Florestal.

É preciso conceber uma nova política de desenvolvimento rural sustentável, na qual os recursos naturais sejam considerados, simultaneamente, como ativos ambientais imprescindíveis à manutenção dos ecossistemas e como fatores de produção da economia agropecuária. Sem isto, estaremos degradando o meio ambiente e destruindo as bases da prosperidade futura do próprio setor agrícola.

Não se pensa a propriedade rural como unidade de produção sustentável

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO é secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais.

Minc afirma que,com os vetos, medida é boa - Carlos Souza – O Globo – O Pais – 26/06/2009

Para ministro, MP vai ajudar a diminuir violência na região
Especial para O GLOBO

PORTO ALEGRE. Enquanto Reinhold Stephanes vê perigo, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem, em Porto Alegre, que foi importante o veto sugerido por ele ao dispositivo da medida provisória 458 que permitiria a transferência de terras da União para pessoas jurídicas.

Minc também aprovou o veto ao artigo que amplia o direito de posse às pessoas que não vivem na propriedade, e que exploram as terras na Amazônia por meio de prepostos.

O ministro disse que, no todo, a MP 458, que trata da regularização de terras na Amazônia, "é boa para diminuir a violência e para a fiscalização do desmatamento". Para ele, por causa da discussão sobre os vetos, ficou a impressão de que a medida "é no fundamental ruim, quando é no fundamental boa". Minc reiterou que o desmatamento em 2009 será o menor da Amazônia nas duas últimas décadas.

As declarações foram dadas em entrevista, por volta das 17h, quando o ministro ainda não sabia que Lula confirmaria os vetos na MP 458. Minc afirmou que determinados setores tentaram alterar vários pontos positivos da lei, mas não conseguiram.

— É bom que se diga que houve pouca alteração. Nós colocamos no artigo 15, por exemplo, que quem receber a terra e desmatar perde a terra.

Houve setores que tentaram tirar isso e não conseguiram.

O ministro participou de audiência pública com mais de 600 pessoas, na Assembleia Legislativa gaúcha, sobre a readequação do Código Florestal Brasileiro.

Ele acolheu praticamente na íntegra um conjunto de propostas apresentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, CUT e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores. Uma das propostas considera pequeno produtor rural quem detém até quatro módulos — no caso do Rio Grande do Sul de 60 a 100 hectares, ao contrário do limite de 30 hectares de hoje. Com isso, 80% dos agricultores estariam enquadrados no país.

Artigo permitia transferência de terras da União a pessoas jurídicas e prepostos; Stephanes considera decisão ´perigosa´

BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem a lei sobre a regularização de terras na Amazônia, com veto ao artigo 7o, que permitia a transferência de áreas da União a pessoas jurídicas e a prepostos (que exploram a terra em nome de terceiros). Na mensagem ao Congresso, o presidente afirma que o dispositivo, incluído pelos parlamentares no texto original do governo, contraria o interesse público. O veto foi sugerido pelos Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente.

Segundo o governo, a proposta original — prevista na medida provisória 458, enviada em janeiro para o Congresso — era viabilizar a regularização fundiária de áreas de pequeno e médio porte exploradas diretamente por seus ocupantes. O Congresso ampliou essa possibilidade, incluindo pessoas jurídicas e terras exploradas por prepostos, o que, na avaliação do governo, torna impossível "prever seus impactos para o desenvolvimento do processo de regularização fundiária, uma vez que não há dados que permitam aferir a quantidade e os limites das áreas ocupadas que se enquadram nessa situação".

O presidente vetou ainda o inciso II do artigo 8o, mas apenas porque fazia referência ao artigo 7oe ficaria sem sentido se fosse mantido. A sanção da lei foi anunciada à noite, após reunião de Lula com o advogado-geral da União, José Antônio Toffoli.

Antes do anúncio do veto, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que a questão do veto é "delicada e perigosa", tendo em vista que se refere a produtores com propriedades de até 1.500 hectares.

Muitos deles, afirmou o ministro, não são pessoas físicas.

— É uma questão um pouco perigosa. Nós não estamos mais na época daquela agricultura com enxadinha nas costas da pessoa física. Estamos falando de propriedades até 1.500 hectares — disse Stephanes, que à noite não quis comentar a decisão de Lula.

Autora de várias pedidos de veto à MP 48, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que continua contra o texto sancionado, mas aprovou o veto: — Esse artigo, da pessoa jurídica e da ocupação indireta, era o bode e a família do bode na sala. Seria uma imoralidade se não tivesse sido vetado.

Criou uma atenuante num problema que já é grave.

A senadora defendeu um acompanhamento desses processos de regularização pela Comissão de Direitos Humanos. A previsão do Ministério do Desenvolvimento Agrário é

que 67 milhões de hectares sejam regularizados, com foco nos posseiros que têm terras de até 400 hectares. Num primeiro momento, a expectativa do governo é regularizar 300 mil posseiros.

Lula veta transferência de terra da Amazônia para empresas – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Política – 26/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou ontem o artigo 7º da Medida Provisória 458, que foi incluído pela Câmara, e permitia a regularização fundiária de terras da Amazônia ocupadas por empresas ou por terceiros. A decisão foi tomada depois da reunião do presidente com o advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli. A justificativa do veto mostrou que a MP levou em conta o fato "de que a maior parte das ocupações de terras públicas na região era exercida por pequenos e médios agricultores".

Ainda de acordo com o documento distribuído à imprensa, o objetivo do governo era viabilizar a regularização para este segmento de produtores, "que exploram diretamente a terra e tem na exploração da mesma a principal atividade econômica". A AGU reconheceu que a importância da regularização fundiária para o desenvolvimento econômico e social da região levou a proposta a receber emendas "que ampliaram seu objeto para incluir as ocupações exercidas por pessoas naturais, ainda que detentoras de outros imóveis ou que explorem indiretamente a área ocupada, e por pessoas jurídicas entre aquelas passíveis de regularização".

Pela análise da assessoria jurídica do governo, não seria possível prever os impactos das duas propostas para o desenvolvimento do processo de regularização fundiária, pela simples razão de "não haver dados que permitam aferir a quantidade e os limites das áreas ocupadas que se enquadram nesta situação".

Editada com base nos estudos feitos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para resolve o vácuo de regras para a legislação fundiária na Amazônia, a MP 458 transformou-se em uma batalha política entre ambientalistas e ruralistas. A bancada ligada ao agronegócio no Congresso estendeu a possibilidade que a regularização dos terrenos até 1,5 mil hectares beneficiasse também empresas e ocupações indiretas.

Desde a semana passada a tendência pelo veto à emenda que beneficiava as empresas era dada como certa. Mas a proibição de regularização de terras ocupadas por prepostos foi uma decisão tomada mais tarde. "Essa questão é polêmica, já que a pessoa pode não morar em um terra próxima à que seria regularizada, mas manter atividade produtiva na mesma", afirmou um ministro ao Valor, antes da confirmação dos dois vetos.

Antes de saber dos vetos, a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PT-AC), criticou o texto da MP. "Os apelos por vetos não são só de ambientalistas, mas de toda a sociedade. Estão em jogo R$ 70 bilhões em terras da União. É dinheiro do patrimônio público. Vai haver a reconcentração de terras, porque com título próprio as terras valerão mais e os titulares vão vender a terra".

"Na sua origem essa medida provisória é problemática. Primeiro, que não deveria ser uma medida provisória, segundo que deveria ter recorte de 400 hectares, atendendo a 80% dos posseiros e envolvendo uma área de R$ 7 milhões de hectares. Agora, como envolveram ainda grandes e médios produtores, tem um agravante de 60 milhões de hectares", disse.

A petista apontou um benefício, mas ressalvou: "De ponto positivo, a MP possibilitará que a população tenha acesso ao crédito, mas, no mérito, ela é problemática. Vai esconder os grileiros que estão por trás das pequenas propriedades. E não atende ao benefício de função social da terra." **(Colaborou Cristiane Agostine)**

OMC apoia tarifa contra produto de país poluidor – Fiona Harvey – Valor Econômico – Internacional – 26/06/2009

Os países que colocarem em vigor um sistema de limitação e comercialização de direitos de emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa poderão impor tarifas sobre importações para proteger setores suas economias após a Organização Mundial de Comércio (OMC) ter dado apoio cauteloso a esse tipo de medida.

Em um relatório que será publicado hoje, produzido com o Programa Ambiental da ONU, a OMC diz que suas regras tornam possível a imposição de impostos de importação por razões ambientais.

"As regras permitem, sob determinadas condições, o emprego de ajustes tributários nas fronteiras sobre produtos importados e exportados", anunciou a OMC. "O objetivo de ajustes tributários aduaneiros é nivelar o campo de jogo entre setores de atividade econômica nacionais tributados e concorrentes estrangeiros não tributados, mediante medidas para assegurar que impostos internos sobre produtos sejam neutros em relação ao comércio."

A questão é crucial no âmbito das conversações sobre as políticas envolvendo emissões de carbono.

Algumas empresas e políticos americanos dizem que a cobrança de um preço sobre as emissões de carbono poderia colocar companhias nacionais em desvantagem em comparação com importações mais baratas provenientes de países onde tais condições são mais lenientes, ou inexistentes. Uma forma de evitar isso seria impor tarifas sobre

importações provenientes de países onde não existam regimes duros regulamentando as emissões de carbono.

Melissa Carey, do grupo ativista Environmental Defense Fund, nos EUA, disse que "sem dúvida, existe um segmento de opinião, aqui, defendendo que a legislação de limitação e comercialização de direitos de emissão pode, e deveria, conter meios para nos assegurar algum recurso, caso importantes países em desenvolvimento não adotem metas de emissões".

Mark Kenber, diretor de políticas do Climate Group, disse que a OMC poderá estimular determinados setores a apresentar reivindicações especiais. "Isso poderá criar um precedente lamentável, porque reforçará a ideia de que há custos significativos decorrentes da legislação sobre emissões de carbono", disse ele. "As evidências sugerem que o efeito adverso sobre os negócios, decorrente das políticas de enfrentamento das mudanças climáticas, é mínimo, e muitas companhias beneficiam-se por tornarem-se mais eficientes."

A OMC disse que medidas desse tipo ainda não foram testadas, e não devem constituir "um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, ou restrição dissimulada ao comércio internacional".

MP do Pará rejeita contra-proposta de frigoríficos – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 26/06/2009

O Ministério Público Federal (MPF) do Pará rejeitou ontem a contra-proposta enviada esta semana pela União das Indústrias Exportadoras de Carne (Uniec), em resposta à recomendação do órgão para a interrupção imediata da compra de frigoríficos do Estado que contribuem para o desmatamento da Amazônia.

"Essas questões já são responsabilidade legal do Estado, não há novidade nisso. O que seria novidade seria o setor produtivo reconhecer o ônus de sua atividade e se comprometer com controles, garantir que as compras serão interrompidas se os fornecedores não obtiverem a regularização", diz o procurador Daniel Avelino, um dos responsáveis pela negociação.

Além disso, diz o ofício do MPF, maior parte dos dispositivos da contra-proposta preveem exigências genéricas, que não resultam em compromissos objetivos para as especificidades da lei ambiental aplicada ao setor, e dificultam a verificação do seu cumprimento.

Os frigoríficos já sentem no caixa o impacto da ação. O Bertin, por exemplo, registrou perda de quase R$ 50 milhões por deixar de abater 30 mil animais. O frigorífico alega que as propriedades embargadas não constam da "lista negra" do Ibama, a única forma oficial de se averiguar se a fazenda está de acordo com a lei.

A pecuária é a maior inimiga da Amazônia? – Roberto Giannetti da Fonseca Folha de São Paulo – Tendências e debates – 27/06/2009

NÃO

Meio ambiente e alimentos, juntos para sempre

ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA

PARA QUEM observou de perto a experiência da expansão das fronteiras agrícolas do Brasil nos anos 70 e 80, é paradoxal assistir hoje à criminalização dos heróis de um passado tão recente.

Quantas e quantas famílias do Sul e Sudeste brasileiros foram induzidas por ofertas generosas de incentivos fiscais e financeiros para se mudarem para regiões até então inóspitas do país a fim de implantar novas áreas de produção agropecuária? Era uma época em que prevalecia o lema "ocupar para não entregar o território brasileiro", especialmente em relação à despovoada região amazônica.

Consciência ambiental era privilégio de poucos e exóticos cientistas ou ativistas, que falavam sozinhos a uma plateia de descrentes. Os que usavam os incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia se viam obrigados ao desmatamento de 50% da área da propriedade rural, sob pena de multa por inadimplência do cronograma operacional.

Os ventos mudaram nos últimos 20 anos, e temas ligados às mudanças climáticas ganharam legítima relevância. Práticas ambientais passaram a inspirar novas leis e regras para a atividade econômica, da emissão de gases de veículos ao desmatamento de florestas. Quase nada se faz hoje sem que se passe pelo crivo dos ambientalistas, transformados subitamente em salvadores do planeta, enquanto agricultores e pecuaristas da região amazônica passaram a ser tratados como criminosos ambientais.

Hoje, o discurso ambientalista já não é exclusividade de ninguém, pois a consciência ambiental tomou conta de corações e mentes ao redor do mundo. Mas alguns importantes dilemas continuam abertos, provocando conflitos entre grupos de interesses divergentes: Como corrigir os erros do passado sem criminalizar aqueles que agiram de acordo com as regras e leis da época? Como conciliar a necessária expansão da produção de alimentos com a preservação ambiental? Como valorizar economicamente a floresta, de forma que seja viável a sua preservação pelos proprietários rurais da Amazônia?

Só o debate democrático e racional desses temas poderá trazer respostas objetivas para os impasses.

Na oportunidade em que se está promovendo no país ampla revisão do Código Florestal, as soluções adequadas de zoneamento econômico-ecológico por meio do conceito de bacias hidrográficas, e não mais de propriedade rural individual e contínua, bem como de garantias de desmatamento zero no bioma amazônico, poderão conciliar e resolver boa parte dos problemas acima apontados.

Certamente é possível, com um investimento público e privado em modernas tecnologias agrícolas e pecuárias, aumentar de forma exponencial a produção de alimentos sem que seja necessário desmatar um hectare sequer de novas áreas florestais.
A Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne), que reúne 17 empresas produtoras de carne bovina, responsáveis pelo abate de cerca de 17 milhões de cabeças de gado por ano (35% do total no país), está hoje em dia perfeitamente consciente da importância de preservar o meio ambiente, bem como de garantir a seus milhões de consumidores, no Brasil e no exterior, a excelente qualidade sanitária de seus produtos.
Para tanto, está promovendo, com seus milhares de fornecedores em todo o país, a adoção de boas práticas sanitárias e ambientais que, em futuro breve, serão fiscalizadas por sistemas de rastreamento eletrônico de grande eficácia e confiabilidade.
Mas resta ainda resolver o grave problema dos milhares de abatedouros clandestinos que estão espalhados por todo o país e que, além de sonegar impostos, não observam controles sanitários ou ambientais. Cerca de 19 milhões de cabeças de gado estão submetidas a esse segmento informal de produção de carne bovina, mas, surpreendentemente, nem os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, nem o Ministério Público Federal e muito menos as ruidosas ONG's ambientalistas falam disso, como se o problema não existisse.
Se é para defender a saúde dos brasileiros e o nosso meio ambiente, convidamos todos esses atores públicos e privados para que se unam à Abiec nessa tarefa de combate ao abate clandestino no Brasil.

A pecuária é a maior inimiga da Amazônia? – Paulo Barreto – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 27/06/2009

SIM

O desmatamento é desnecessário

PAULO BARRETO

A AMAZÔNIA perdeu cerca de 70 milhões de hectares para o desmatamento, uma área equivalente à França. É preciso desmatar mais?
Para quem se importa com outras espécies, o desmatamento é uma agressão à vida. Por ano, na última década, tombou cerca de 1 bilhão de árvores e foram desalojados ou mortos 32 milhões de aves e 1 milhão de macacos, entre outras vítimas.
Quem deseja evitar tragédias climáticas para seus descendentes se preocupa com as emissões dos gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento. A metade do "peso" de uma árvore é carbono, e as queimadas para limpar o solo após o desmatamento na região respondem por mais de 50% das emissões brasileiras.

Porém, outros consideram o desmatamento indispensável para aumentar a produção agropecuária, que gera renda, empregos e impostos. Assim, não surpreende que a imprensa divulgue tantos conflitos entre ambientalistas e ruralistas.

A boa notícia é que esses conflitos são superáveis. É possível dobrar ou triplicar a produção agropecuária brasileira sem derrubar árvores. Para isso, segundo a Embrapa, seria necessário aumentar a produtividade das áreas já desmatadas, principalmente nos 100 milhões de hectares de pastos degradados no país.

Então, como vencer a contradição do fato de que é desnecessário desmatar, mas o desmatamento continua?

Para começar, é preciso entender para que e por que se desmata. Cerca de 75% da área desmatada na Amazônia é ocupada com pastos para a pecuária bovina -boa parte deles de baixa produtividade. Portanto, essa pecuária que desmata sem necessidade é uma inimiga a ser combatida.

As causas do desmatamento incluem falhas de políticas públicas e do mercado. Geralmente, é mais barato e mais lucrativo desmatar novas áreas do que investir no aumento da produtividade das áreas já desmatadas. Isso decorre, em grande parte, do fato de que o Estado tem falhado em proteger as terras públicas, das quais muitos pecuaristas se apossaram gratuitamente. Por sua vez, a abundância da terra gratuita desfavorece o investimento para aumentar a produtividade das áreas desmatadas.

Outra falha pública é a impunidade dos crimes ambientais. Nem 5% do valor total das multas é arrecadado.

A principal falha de mercado é o fato de que a conservação da floresta -que produz benefícios coletivos, como a regulação climática e a proteção da biodiversidade- não é remunerada. Além disso, a exigência dos consumidores por produtos de origem sustentável ainda é incipiente.

Portanto, para zerar o desmatamento, é preciso corrigir as falhas. Os governos devem evitar a apropriação das terras públicas, punir os crimes ambientais e criar oportunidades para remunerar a conservação florestal.

Uma oportunidade para obter recursos para compensar a conservação florestal é a negociação, em dezembro deste ano, de um acordo global sobre mudanças climáticas. Um dos temas é a redução das emissões do desmatamento global, que contribui com cerca de 20% das emissões totais. Dado que evitar desmatamento é uma das opções mais baratas para evitar emissões, é plausível estabelecer um acordo pelo qual o Brasil seja compensado pelo desmatamento evitado. O país precisa aproveitar essa oportunidade.

Os representantes do povo devem ser estimulados nessas ações. Embora entendam o problema e a direção a seguir, precisam de força para vencer as reações de quem perde no curto prazo. Por exemplo, o presidente Lula, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e a senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Kátia Abreu, têm declarado que é possível aumentar a produção agropecuária sem desmatamento. Além disso, em 2008, o governo federal tomou medidas corajosas contra o desmatamento. Mas as reações têm sido intensas. Aqueles que desejam que seus descendentes possam se maravilhar com a biodiversidade e não sofram com catástrofes

climáticas devem estimular e cobrar nossos representes -antes e após o voto. Além disso, é preciso valorizar as marcas que respeitam a natureza. É preciso lembrar que bichos, árvores e nossos descendentes não votam nem vão ao mercado.

PAULO BARRETO , engenheiro florestal e mestre em ciências florestais pela Universidade Yale (EUA), é pesquisador sênior do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).

Amazônia: ONGs criticam lei sancionada por Lula - Catarina Alencastro – O Globo – O País – 27/06/2009

Minc disse que outros vetos poderiam ter sido feitos à MP 458, mas que questões técnicas impediram

BRASÍLIA. Um dia depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetar apenas um artigo da polêmica MP 458, ONGs criticaram o texto final da lei que cria regras para regularização de 67,4 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia.

O Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que a medida é boa, mas afirmou que outros vetos poderiam ter sido feitos. Entre eles, Minc citou o artigo que permite que produtores com mais de 400 hectares vendam suas terras três anos após terem recebido a titulação do governo.

Segundo Minc, esse ponto não pôde ser vetado por uma questão técnica, já que, no texto, estava incluído num artigo que não poderia ser derrubado, sob pena de inviabilizar toda a medida. O ministro avalia que o presidente, ao derrubar o artigo 7o que impede que empresas e os chamados prepostos sejam beneficiados, retirou as piores alterações feitas pelos ruralistas no Congresso.

— Várias coisas que eles tentaram incluir, eles perderam: as empresas, a exploração indireta por terceiros e a venda por três anos. Das principais coisas que eles colocaram, duas o presidente vetou.

No meu modo de ver, as duas mais importantes — avaliou.

Já o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, que recomendou a Lula o veto ao artigo 7o a sanção quase total da lei é uma confirmação de que a MP, em vez de proteger os grileiros, defende os pequenos agricultores da região amazônica: — O acato do

presidente demonstra que a MP não é da grilagem, e sim para regularizar e proteger os pequenos e médios produtores da Amazônia.

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que chegou a escrever uma carta ao presidente pedindo vetos, o texto, como ficou, ainda pode provocar insegurança na região. Para o presidente da Contag, Arnaldo Broch, há riscos de que grileiros sejam beneficiados com títulos de terra, caso não haja fiscalização. Ele acha que o tema deveria ter tido maior participação dos amazônidas.

— Nós achamos que deveria ter havido um debate mais profundo na região. Exigimos vetos aos pontos mais prejudiciais e fomos atendidos parcialmente.

Evidentemente, ainda há uma série de riscos. Podem surgir muitos problemas, de pessoas que se enquadram na MP, mas contra quem há denúncia de grilagem. Essa pessoa não pode receber (o título).

Em nota, o Greenpeace chamou a MP de "presente aos grileiros".

Além dos pontos excluídos da medida, a ONG defendia a vistoria de todas as propriedades e não apenas das maiores.

Pela MP, produtores com até 400 hectares estão isentos de vistoria e precisam apenas apresentar uma declaração de que são donos da propriedade. O Greenpeace também criticou a possibilidade de venda após três anos do recebimento do documento de posse da terra: "O texto sancionado pelo presidente absolve o Estado da responsabilidade de governar a Amazônia. (...) Lula, infelizmente, capitulou, dando uma clara demonstração de que seu governo não tem qualquer compromisso com a sustentabilidade e o meio ambiente em sua política para a Amazônia".

Gado será rastreado via satélite na Amazônia - Eliane Oliveira e Ilimar Franco – O Globo – Economia – 27/06/2009

Segundo ministro, governo implantará sistema em 6 meses, para evitar venda de animais criados em áreas desmatadas

BRASÍLIA. Daqui a seis meses o governo colocará em execução um novo sistema de monitoramento na Amazônia, cujo objetivo é evitar que o gado criado em áreas ilegais ou desmatadas seja fornecido aos frigoríficos.

Segundo o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, o acompanhamento terá como pontos fortes guias de trânsito eletrônicas e rastreamento de satélites sobre a região, a um custo estimado em cerca de R$ 3 milhões por ano.

— Temos instrumentos para determinar o desmatamento zero na Amazônia — afirmou o ministro ao GLOBO.

Com o novo sistema, Stephanes espera pôr um ponto final no impasse entre o Ministério Público Federal do Pará e os frigoríficos. O primeiro comprou recentemente uma briga com os estabelecimentos do estado, ao recomendar às redes de varejo o boicote à compra de carne e couro oriundos de área desmatada no Pará.

O MP também considera que o BNDES não deve financiar os frigoríficos que desrespeitam o meio ambiente.

Sistema dispensará novo acordo com BNDES O Ministério da Agricultura, segundo Stephanes, discute há vários meses, tanto internamente como com os representantes dos frigoríficos, dos pecuaristas e do governo paraense, a situação no Sul e no Leste do Pará. Ele garantiu que, atualmente, mesmo com guias de trânsito manuais, há fiscais nos frigoríficos 24 horas por dia.

— O gado que sai da fazenda para o frigorífico obrigatoriamente tem a guia de trânsito. A questão é que, ao contrário de outros estados brasileiros, o processo é manual. Vamos ter o controle no Pará em tempo real.

Não vamos mais emitir guias para o fazendeiro que derrubar uma única árvore. Teremos controle total — assegurou.

Stephanes defendeu os frigoríficos e os pecuaristas. Disse que produtores e empresários não querem ser tachados de criminosos e reconhecem que há pressões internacionais que podem levar a barreiras às compras de países que desmatam suas florestas.

— O Pará foi habilitado a exportar no ano passado. Ninguém quer perder mercado.

Para Stephanes, com o novo sistema, não será necessário um novo acordo envolvendo o BNDES — que negaria automaticamente empréstimo para empresas que comprarem carne produzida irregularmente. Ele informou ter determinado à sua equipe que faça um estudo minucioso sobre o desmatamento.

— Não posso ficar no discurso de que o culpado é a soja.

Hoje já descobrimos que a soja não é culpada. Há quatro anos a soja não derruba uma única árvore nessa área. Nós não sabemos o que está acontecendo com as áreas desmatadas. Estamos é chutando — afirmou, dizendo que é preciso verificar não apenas a pecuária, mas também mineração, carvoaria, madeira, assentamentos do Incra e terras indígenas.

Stephanes disse ter consciência de que a pecuária está desmatando e informou ter mandado uma equipe à região.

Ele próprio já passou três dias sobrevoando o local. Numa crítica indireta ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, defendeu maior racionalização do debate que, em sua opinião, está politizado. Para ele, nas discussões não deve haver "ações espetaculosas, na linha do boi pirata" (expressão usada por Minc para definir o gado ilegal).

— Há também interferência muito forte de ONGs estrangeiras — acrescentou Stephanes.

Produtor que reduzir uso da terra terá subsídio De acordo com o ministro, os pequenos e médios produtores terão de ser ressarcidos pela sociedade, uma vez que serão obrigados a reduzir em, no mínimo, 20% o uso da terra por causa da atual revisão da legislação ambiental. Isso, admitiu, deverá ser feito através de uma espécie de subsídio verde.

— A sociedade precisa arcar com isso. Como vou dizer para o produtor, que tem 30 hectares, que ele pode perder entre 20% e 50% de sua renda? — perguntou Stephanes.

Ainda em defesa do setor, ele disse que todo agricultor é ecológico e não tem intenção de destruir sua propriedade. Destacou que existem mais de 16.200 atos ambientais, entre leis, decretos, portarias e resoluções, e que por isso há desinformação entre produtores.

— O agricultor sequer sabe que tirar minhoca da beira do rio é crime ambiental — ilustrou.

O ministro afirmou que é preciso encontrar o equilíbrio entre a segurança alimentar e a ambiental.

E lembrou que o Brasil utiliza apenas 7% de seu território para o plantio de grãos.

— Quem planta grãos não deveria ter obrigação nenhuma, salvo proteger águas e rios. Os países que pagam as ONGs que estão aqui chegam a usar 90% de seus territórios — disse o ministro.

MP da Amazônia: mudar sem mudar de lado – Jorge Viana – O Globo – Opinião – 28/06/2009

A semana que iniciou o inverno no hemisfério sul acabou marcada pelo acalorado debate da questão ambiental, incendiado pela expectativa da sanção presidencial da MP 458, que trata da regularização da posse de terras públicas na Amazônia.

A importância do assunto e a radicalização do debate me preocupavam muito, pois isso costuma fechar o horizonte.

Mas numa dessas surpresas que, graças a Deus, a vida apronta quando a gente menos espera, tive a atenção desviada por outro fato sem nenhuma relação com a MP, mas que, ao final, foi capaz de dissipar as nuvens mais densas e clarear o firmamento das ideias.

Tive o privilégio de participar do ato em homenagem a Apolônio de Carvalho, sua esposa Reneè e seus filhos RenéLouis e Raul, promovido no Rio de Janeiro como parte das atividades do ano da França no Brasil. Foi emocionante assistir ao vídeo-documentário "Vale a pena sonhar", narrado pelo próprio Apolônio, este herói brasileiro que enfrentou o autoritarismo das ditaduras no nosso país, combateu o fascismo na Espanha e lutou na Resistência Francesa contra o nazismo.

O discurso do presidente Lula foi outro momento marcante da homenagem.

Ele lembrou que Apolônio de Carvalho pode ser considerado nosso maior revolucionário. Lula fez questão de ressaltar que, se não conhecesse sua história, teria dificuldade em acreditar que uma pessoa de fala tão serena e equilibrada quanto Apolônio tenha participado de tantas batalhas sangrentas. Apolônio assinou a ficha número 1 do Partido dos Trabalhadores e sua marca maior foi sempre ter lutado por mudanças sem nunca ter mudado de lado.

Mudar sem mudar de lado não é fácil. O presidente lembrou que ele próprio, em 2002, passou um dia inteiro tentando gravar uma frase defendendo a reforma agrária "tranquila e pacífica", depois de ter passado algumas décadas repetindo palavras de ordem pela "reforma agrária ampla e radical." Interessante que a homenagem a Apolônio de Carvalho tenha acontecido exatamente na semana em que o presidente Lula sancionou a Medida Provisória 458, um esforço pacífico de organização territorial numa região tão extensa quanto cheia de conflitos, com dezenas de assassinatos consumados e centenas de denúncias envolvendo ameaças de morte.

O presidente Lula, que conhece profundamente a Amazônia e seus conflitos, e que já esteve

chorando seus mortos como fez em 1988 no Acre no enterro do maior ambientalista do Brasil, o seu amigo Chico Mendes, deu mais uma prova do quanto luta por mudanças sem mudar de lado.

Além de ter colocado a questão da regularização fundiária em debate, ao ter encaminhado a MP 458 ao Congresso, o presidente Lula teve a coragem de vetar seu artigo sétimo, acatando apelo de tantas entidades e personalidades, como a senadora e ex-ministra Marina Silva.

É consenso na Amazônia a necessidade da regularização fundiária. O problema é como fazer sem estimular a especulação de terra, a grilagem, o desmatamento e a violência. Ao vetar o artigo sétimo da MP, o presidente Lula faz uma importante mediação no ambiente radicalizado que experimentamos hoje e deixa claro que é preciso adotar tratamento diferenciado para pequenas e grandes propriedades numa região que pode ser comparada a um continente e que guarda diferenças consideráveis dentro dos próprios estados.

O Brasil do presidente Lula, da ministra Marina e do ministro Minc começou a deixar de ser uma referência negativa na opinião pública internacional, principalmente por reduzir de 27 mil quilômetros quadrados no governo passado para 10 mil quilômetros quadrados, a área desmatada por ano na Amazônia.

E, para ocupar um espaço de maior destaque nos fóruns internacionais, o Brasil precisa ter uma política mais adequada para a região, até porque mais de 50% das emissões que agravam a situação climática a partir do Brasil vêm de queimadas da Amazônia. Nosso país precisa levar adiante políticas que deem atenção especial à população regional e que busquem fortalecer atividades produtivas sustentáveis.

Quando o governo brasileiro anuncia metas de redução do desmatamento em 70% até 2017 e o compromisso brasileiro de pôr fim ao desmatamento na Amazônia até 2040, merece reconhecimento e elogio. Daí a importância do fortalecimento do Ministério do Meio Ambiente e do ministro Carlos Minc como mediador e interlocutor qualificado em meio aos interesses de tantos segmentos conflitantes.

A radicalização que estamos vivendo hoje, com ambientalistas e opinião pública de um lado e ruralistas com voto no Congresso de outro, não é boa para a Amazônia, nem para o meio ambiente e nem para o Brasil. O Brasil precisa mudar e aperfeiçoar sua legislação ambiental.

Mas isso não pode ocorrer transformando os produtores e produtos da Amazônia em vilão, muito menos à custa do atraso.

A experiência de governar um estado amazônico me ensinou que as boas soluções para a questão fundiária na região não devem priorizar, necessariamente, a posse e uso da terra, mas o uso sustentável do que está acima e abaixo da terra.

Nesta semana de debates tão intensos, a pausa para a homenagem ao herói que foi Apolônio de Carvalho também me permitiu aprender que a tolerância é uma qualidade necessária até ao mais legítimo revolucionário.

É preciso reconhecer a importância do gesto do presidente Lula. Com o veto ao artigo sétimo da MP 458, ele criou condições para que o Brasil faça o melhor, mais amplo e mais adequado debate da questão ambiental.

JORGE VIANA é engenheiro florestal, foi prefeito de Rio Branco (1993-1996) e governador do Acre (1999-2006).

E-mail: jorgeviana.acre@gmail.com.

GLOBO NA INTERNET OPINIÃO Leia mais artigos oglobo.com.br/opiniao

Desmatamento na Amazônia cai 89% em maio – Sítio Eletrônico da Contag - 29/06/2009

O desmatamento na Amazônia caiu 89% em maio deste ano, em comparação com o mesmo mês em 2008. De acordo com o Instituto de Pesquisa Espacial (Inpe), responsável pela divulgação dos dados, o total da área desmatada foi de 123 km2. "Nossa meta é alcançar em 2017 o desmatamento zero", afirmou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em coletiva de imprensa nesta quarta-feira (24).

O ministro declarou que a soma do desmatamento dos cinco primeiros meses deste ano é menor do que a taxa do mês de abril do ano passado. O Mato Grosso foi o estado brasileiro com o maior índice de desmatamento (61%), seguido por Roraima (17,72%) e Maranhão (17,63%). O sistema utilizado para a medição foi o Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real). Na medição deste ano, a cobertura de nuvens foi de 62%, em contraponto aos 46% do mesmo período no ano passado.

Entre as causas da redução, os pactos com os setores produtivos de soja e madeira, ao aumento da aplicação de multas, à Operação Arco Verde e à atuação do Ibama em conjunto com a Força Nacional e as Polícias Federal e Rodoviária, que realizaram intensas operações de fiscalização e apreensão em toda a região.

O ministro anunciou o pacto que será firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para sanar o custo social da operação Arco Verde. O novo pacto prevê a piscicultura, o manejo florestal e a agricultura de baixo impacto como alternativas de trabalho para as pessoas que antes trabalhavam em atividades ilegais.

O delegado da Polícia Federal, Álvaro Palharini, da Divisão de Crimes contra o Meio Ambiente destacou a parceria entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Força Nacional e Polícia Rodoviária e afirmou que nunca houve um trabalho de fiscalização tão intenso e árduo quanto agora, o que resultou na expressiva queda do desmatamento. Ele citou a importância das operações Arco Verde e Portal que controla o escoamento de madeira dos estados do Acre, Rondônia, do sul do Amazonas e do noroeste do Mato Grosso.

Operações - Segundo o diretor do Ibama, Luciano Evaristo, das 300 operações planejadas para este ano, 103 já foram realizadas entre janeiro e junho. A maior parte das ações estratégicas será executada no período crítico da seca que teve início em maio e se estende até agosto. Do começo do ano até agora, o Ibama já aplicou um total de 1.102 multas, o que equivale a aproximadamente R$806 milhões.

Fonte: Portal do Governo Brasileiro

Brasil aumenta produção agrícola em áreas degradadas – Sítio eletrônico da Contag - 29/06/2009

"Aquilo ali é o resultado de mais de 50 anos de exploração desregrada do solo", denuncia o produtor rural Ovídeo Müller, 59 anos, apontando para o alto de um morro onde a terra toma o lugar da vegetação. Há mais de duas décadas, o gaúcho migrou para Mato Grosso do Sul, mas foi há cerca de três meses que tomou a decisão de integrar sistemas agropecuários para aumentar a produtividade, recuperar áreas degradadas e aproveitar o córrego que atravessa sua propriedade de 700 hectares, onde cria gado de corte, em São Gabriel do Oeste.

A técnica é a silvipastoril (SSP), uma combinação de árvores e pastagem que, segundo o pesquisador da Embrapa Florestas, Vanderley Porfírio, ajuda a reduzir a erosão e proporciona bem-estar aos animais. "A recuperação do solo vai formar um pasto com mais nutrientes. Com isso os animais engordam rápido e a madeira das árvores pode ser vendida para indústria de celulose e outras", explica.

A expectativa de Müller é de que a experiência permita aumentar a lotação atual de 0,5 para 2,5 animais por hectare/ano. A pastagem de boa qualidade reduz em cerca de um ano o desenvolvimento do animal, do nascimento até o abate. O sistema SSP é executado, hoje, em 21 hectares da fazenda, e, com resultados positivos, será ampliado depois para toda a propriedade.

A integração lavoura-pecuária oferece mais flexibilidade no investimento. Se uma atividade apresenta melhor perspectiva pode-se investir mais e ter mais cautela na outra. Para saber no que é melhor investir, é feita uma análise dos custos de produção por hectare, das previsões climáticas e da expectativa dos preços do mercado. O sistema

agrossilvipastoril começa com a lavoura intercalada com floresta. Depois da colheita, planta-se o capim para a criação do gado, favorecendo o bem-estar animal.

A melhora da fertilidade do solo se deve ao acúmulo de matéria orgânica, que renova o ciclo de nutrientes e aumenta a eficiência dos fertilizantes. No curto prazo, o produtor conta com a renda da agricultura; em médio prazo, com a pecuária. Mais adiante, dependendo da escolha, poderá vender a madeira para indústrias ou carvoarias

Fonte: Portal do Governo Brasileiro

País poupa 2 bilhões de toneladas de CO2 em 4 anos – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 29/08/2009

A redução do desmatamento da Amazônia que ocorreu entre 2004 e 2008 fez o país deixar de emitir para a atmosfera 2 bilhões de toneladas de CO2, principal gás envolvido no aquecimento global.

É mais do que emite, ao ano, o Japão ou próprio Brasil, dois dos seis maiores poluidores do mundo. Cada nação emite 1,2 bilhão de toneladas.

A conta, feita pela secretária nacional de Mudança Climática, Suzana Khan, será apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente na Groelândia. Ela e o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) participam nesta semana de uma reunião com 25 ministros de meio ambiente dos países que mais contribuem com as emissões de gases de efeito estufa.

No período analisado, houve uma diminuição da taxa de desmatamento de 53 mil km2 (veja quadro à direita). A área é maior do que o território da Suíça -que possui 41 mil km2.

O objetivo da secretária é mostrar o esforço que o país tem feito para acabar com o desmate na floresta amazônica. "Eles podem dizer que ainda desmatamos muito. Mas olha o nosso tamanho. E moram 20 milhões de pessoas na região, essas pessoas precisam de renda", diz Khan.

A conta também visa a aplacar os ânimos da comunidade internacional. A recente ação do presidente Lula, que sancionou a medida provisória 458- que dá terras de graça na Amazônia-, é considerada um desastre pelos ambientalistas e teve repercussão internacional. O país quer mostrar que o desmatamento está caindo e que merece receber compensação financeira por isso.

Há um grande impasse nas negociações para o próximo acordo climático global. O clima é de desconfiança entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Para colocarem propostas verdadeiras na mesa, os ricos querem que os mais pobres se comprometam a também reduzirem as emissões de gases-estufa. E os países em

desenvolvimento evitam se comprometer com metas -dizem que a responsabilidade histórica é dos países industrializados.
Entre os participantes do encontro na Groelândia estão Estados Unidos, China, Índia, África do Sul e diversos europeus -Alemanha, França, Dinamarca, Suécia e Noruega.
"Os dois lados, dependendo da forma como se analisa, têm razão", diz a secretária. E seu ponto de vista é que o Brasil tem muito a perder com o aumento da temperatura do planeta.
"Mais até do que a China, por exemplo", diz. O aquecimento global pode transformar a Amazônia em savana e afetar a agricultura em todo o país.

Política de clima

O projeto de lei que cria a Política Nacional de Clima continua parado no Congresso. Na semana passada, ONGs apresentaram um manifesto que pedia, entre outras coisas, agilidade para a aprovação da lei.
Khan concorda que a aprovação da lei é importante. "Se não tiver esse norteador do desenvolvimento vai cada um para um lado", afirma.

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL